



## Índice

1. Introdução .....	3
2. Organização do Município .....	4
2.1 Órgãos de Administração do Município 2013-2016 .....	4
Assembleia Municipal Órgão Deliberativo .....	4
Câmara Municipal – Órgão Executivo .....	4
3. Recursos Humanos .....	6
3.1 Introdução.....	6
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2016 .....	6
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo Vínculo/ Categoria/ Género.....	8
Caracterização dos Recursos Humanos por Grupo Profissional e Grau de Deficiência.....	9
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e a Idade .....	10
Caraterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e os Níveis de Escolaridade .....	10
3.3 Absentismo .....	12
3.4 Recrutamento e Seleção .....	13
3.5 Formação Profissional.....	14
3.6 Projetos no Âmbito das Medidas de Incentivo e Apoio ao Emprego do IEFP.....	14
Estágios Profissionais e Curriculares .....	15
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho .....	16
Situação Económica/ Financeira.....	17
4. Análise da Execução Orçamental.....	18
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado.....	18
Equilíbrio Orçamental.....	23
4.2 Receita .....	25
Estrutura e Evolução.....	25
Execução Orçamental .....	32
Saldo de Gerência Anterior .....	34
4.3 Despesa .....	36
Estrutura e Evolução.....	36
Execução Orçamental Despesa .....	44
Despesa com o Pessoal.....	48
Fundo Social Municipal.....	54
Transferências Correntes e de Capital.....	56
Montantes Recebidos pelas Juntas de Freguesia .....	57
Aquisição de Bens de Capital.....	58
4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa .....	62
4.5 Indicadores Económico - Financeiros .....	63
4.6 Endividamento .....	64
5. Balanço e Demonstração de Resultados .....	71
5.1 Balanço.....	71
5.2 Demonstração de Resultados .....	78
Custos .....	79
Proveitos.....	80
6. Aplicação de Resultados .....	82
7. Factos Relevantes ocorridos Após o Exercício.....	83
8. Contabilidade de Custos .....	84
8.1 Análise de Custos .....	84
8.2 Análise de Proveitos.....	86
9. Considerações Finais .....	89

PPAS

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a vertical line and the name "M. Martins" at the bottom.

## 1. Introdução

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, o Município de Arganil apresenta o presente Relatório de Gestão relativo ao ano financeiro de 2016, que se constitui como um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13, do Decreto-Lei supra mencionado (POCAL) e n.º 28 das Instruções n.º1/2001 – 2ª Secção – Resolução n.º 4/2001 e Resolução 6/2013, do Tribunal de Contas.

Pretende-se, também, com este Relatório, dar cumprimento ao estipulado na alínea l), do n.º 2, do Artigo 25º e na alínea i), do n.º 1, do Artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Por seu lado, compete à Assembleia Municipal, nos termos do n.º1, do art.º.76º, da Lei, nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a sua apreciação e votação - Controlo Político. Cabe ao Tribunal de Contas, de acordo com o fixado no art.º 80º, da mesma Lei, o Controlo Jurisdicional, cumprido que foi, para efeitos de acompanhamento da evolução das diferentes rubricas orçamentais, em termos trimestrais e no cumprimento do *dever de informação*, o seu envio aos Órgãos de tutela da Administração Pública Central – Direcção-Geral das Autarquias Locais e Direcção-Geral do Orçamento.

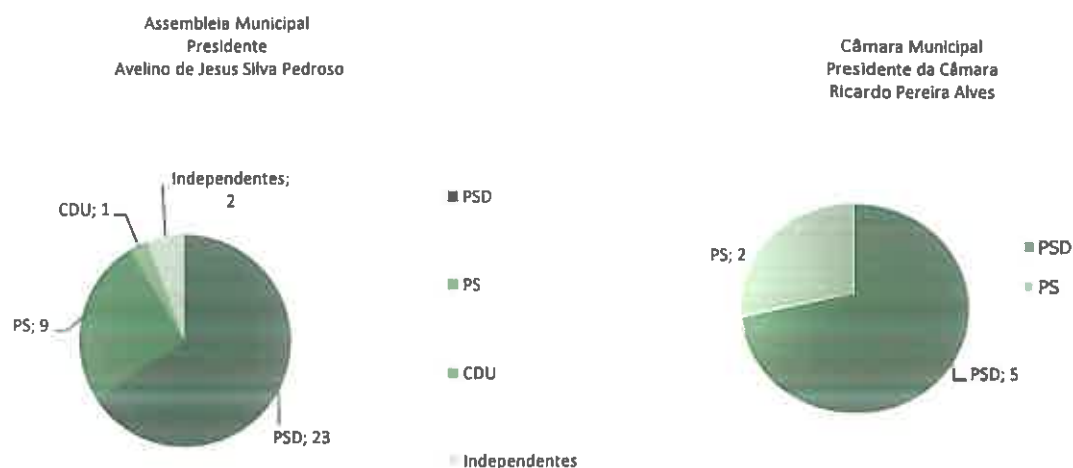
Para além das obrigações legais a cumprir, este Relatório de Gestão demonstra, ainda que de forma resumida, nos diversos aspetos que o compõem, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, no ano financeiro de 2016.

Este Relatório traduz os resultados de um Plano e Orçamento que, dada a conjuntura nacional e internacional, foi bastante condicionado.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam.

## 2. Organização do Município

### 2.1 Órgãos de Administração do Município 2013-2016



#### Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

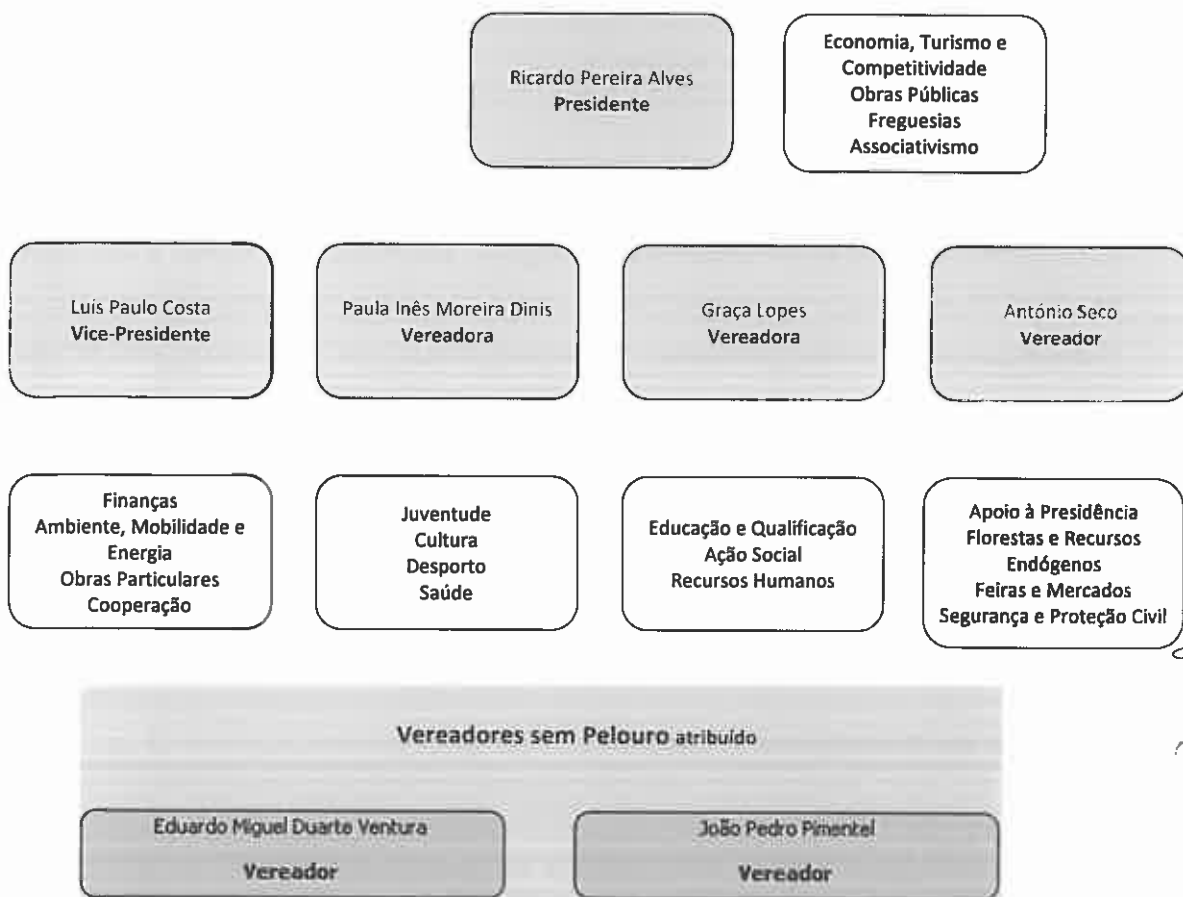
De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 23 de fevereiro, 25 de abril, 18 de junho, 03 de setembro e 26 de novembro, e uma extraordinária em 22 de outubro.

#### Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2016 a Câmara Municipal efetuou 24 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias.

RPAA



*Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a vertical line of marks and a signature at the bottom right.*

**Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:**

Secretária: Maria José de Oliveira Nobre

Secretária: Vânia Margarida Tavares da Silva

### 3. Recursos Humanos

#### 3.1 Introdução

A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2016 foi direcionada para a otimização e flexibilização das competências profissionais disponíveis, intensificando a utilização das tecnologias de informação e comunicação, focalizando o serviço público na satisfação dos cidadãos mas continuando a contribuir para a consolidação da despesa na área, através do controlo rigoroso da rotação de trabalhadores e revalorizando as metodologias existentes da gestão pública.

A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2016, evidencia o atrás mencionado e as crescentes responsabilidades da Autarquia consequentes da prossecução das suas atribuições e competências.

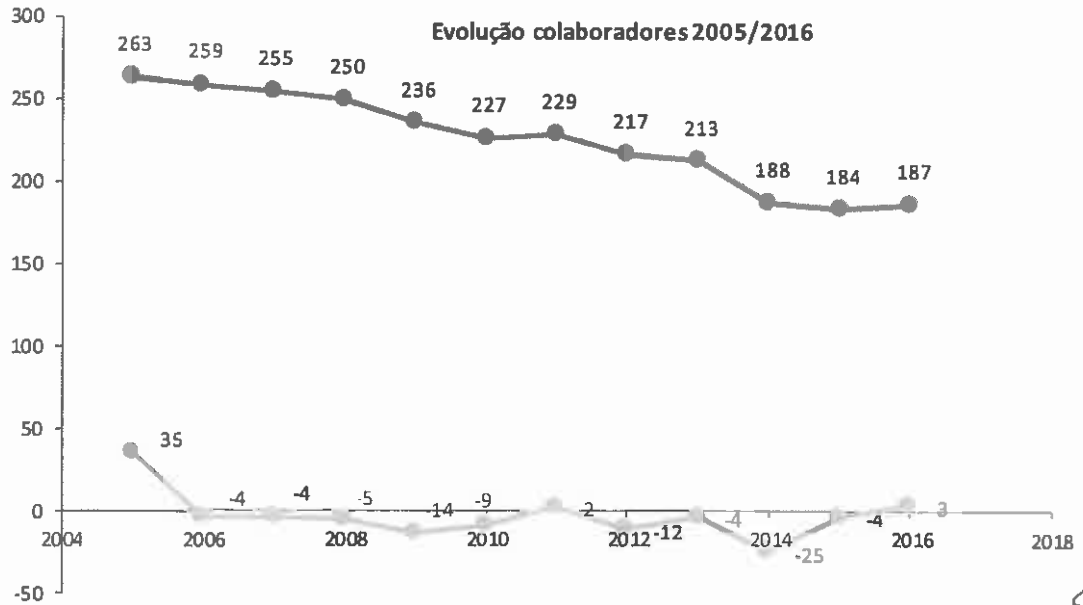
#### 3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2016

Ao longo dos últimos doze anos foi registada uma diminuição significativa do pessoal ao serviço da Autarquia; relativamente ao ano de 2016 verificou-se um acréscimo de 3 trabalhadores, perfazendo 187 no final do ano transato (inclui membros do Gabinete de Apoio à Presidência e contratos de avença e exceção trabalhadores em licença sem remuneração e mobilidade por período superior a 6 meses, eleitos locais e trabalhadores integrados em medidas de apoio e incentivo do IEFP).

Quadro Comparativo 2004/2016

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nomeação Definitiva	193	202	200	186	185								
Contrato Administrativo de Provisamento	3	4	1	0	0	178	200	202	195	196	183	173	174
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado			2	11	22	22							
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	18	48	41	41	40	33	25	25	19	15	3	8	10
Requisições a Outros	2	1	1	1	0								
Requisições de Outros				0	1								
Destacamentos				2	0								
Cedência Especial CMA			2	1	0								
Comissão de Serviço									2	1	1	2	2
Mobilidade interna a outros				1	1	2	1	1					
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	7	11	12	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	227	262	258	255	250	236	227	229	217	213	188	184	187

RPIS



Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including the name 'RPIS' at the top and several illegible signatures below.

#### Análise de dados por Vínculo:

- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: 93,05%;
- Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo: 5,35%;
- Trabalhadores na situação de comissão de serviço: 1,07%;
- Trabalhadores em regime de contrato de prestação de serviços: 0,53%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que, relativamente ao ano anterior, em 2016 foi registado um aumento global do número de trabalhadores da ordem de 1,63%, justificado pela necessidade de dotar a Autarquia dos recursos e competências suficientes que garantam a prossecução, com qualidade, das atribuições autárquicas, compensando a saída de trabalhadores nos últimos anos, por aposentação, antecipada ou por situação de invalidez e para exercício de funções em outras entidades públicas ou privadas.

Dos trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado verifica-se que 131 pertencem ao regime de proteção social convergente (Caixa Geral de Aposentações) e 45 ao regime geral de segurança social, registando este último grupo um aumento face a anos anteriores, confirmando assim a reestruturação do regime de proteção social dos trabalhadores da administração pública operada desde 2006. Considerando estes dois grupos de trabalhadores destacam-se os seguintes encargos, cuja despesa diminuiu face ao ano transato:

	Trabalhadores CTFP por tempo indeterminado			
	2015		2016	
	RPSC	RGSS	RPSC	RGSS
Remuneração base	1.190.051,00	335.643,41	1.174.205,72	367.607,33
Subsídio de férias	125.114,76	31.678,71	103.953,25	29.768,36
Subsídio de natal	107.588,49	29.297,04	103.897,73	32.813,60
Subsídio de refeição	129.944,29	38.071,32	122.126,27	39.984,28
Encargos com a saúde - Retenção DGAL para SNS	61.112,06		52.343,04	
Encargos com a saúde - ADSE (RO's e acordo de pagamento)	46.154,01		55.961,44	
Encargos com a saúde (ADSE)	26.166,69	4.162,28	21.007,16	3.663,45
Ajudas de Custo	5.117,15	792,34	4.727,94	800,22
Trabalho Suplementar	28.394,42	3.000,83	33.925,87	7.511,82
Suplementos remuneratórios	11.095,11	925,31	14.059,79	2.839,43
Abono de família	21.747,13	RGSS	16.767,20	RGSS
Remuneração paga em doença	61.149,73	RGSS	60.049,54	RGSS
Proteção na parentalidade	32.006,80	RGSS	3.197,82	RGSS
Pensões	11.369,13	RGSS	9.286,49	RGSS
Rescisões por mútuo acordo	83.289,91	Não aplicável	-	-

A situação existente do colaborador em regime de prestação de serviços na área de advocacia é excepcional e persiste nos termos da lei.

#### Caracterização dos Recursos Humanos Segundo Vínculo/ Categoria/ Género

##### Trabalhadores em CTFP por tempo indeterminado e em comissão de serviço

Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	10	17	27
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	15	22	37
Encarregado Operacional	2	0	2
Assistente Operacional	74	33	107
Especialista Informática	1	0	1
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>74</b>	<b>176</b>

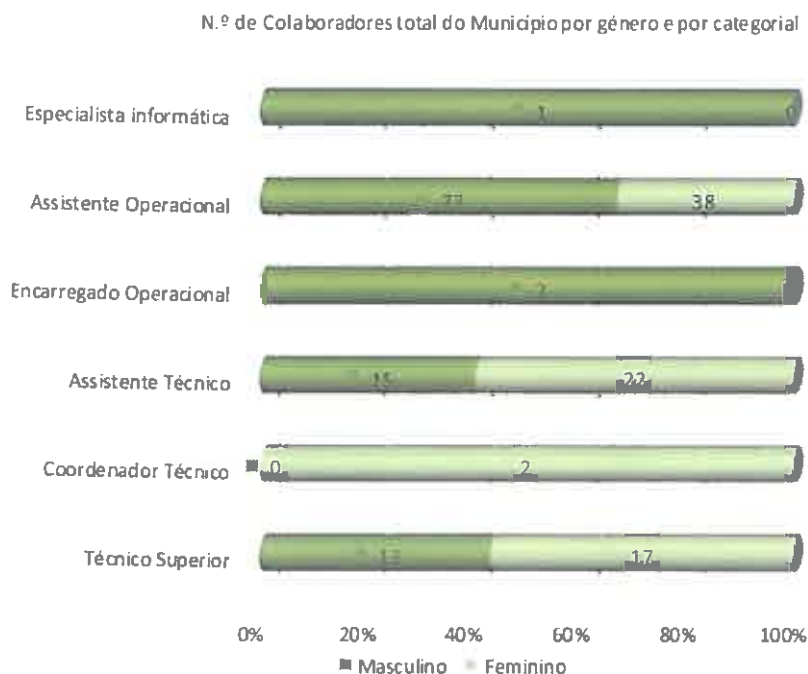
##### Trabalhadores com termo resolutivo certo e em regime de prestação de serviços

Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	3	0	3
Assistente Técnico	0	0	0
Assistente Operacional	3	5	8
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>11</b>



RPMS

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large vertical signature and several initials.



Quanto ao género, 57,75% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 42,25% do género feminino, sublinhando-se que 62,57% dos trabalhadores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional e a maioria dos trabalhadores da categoria de Assistente Técnico e da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

### Caracterização dos Recursos Humanos por Grupo Profissional e Grau de Deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 187 colaboradores do Município de Arganil, 1,60% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	0	1	1
Assistente Técnico	1	0	1
Assistente Operacional	0	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

### Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e a Idade

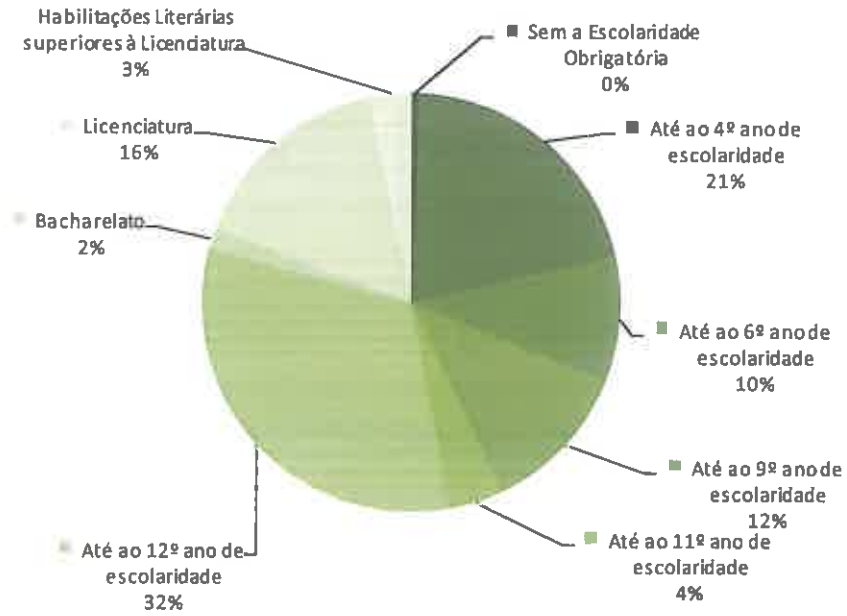
Atendendo ao quadro seguinte, verifica-se que 58,29% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 45 e 59 anos de idade e nesse intervalo, 66,06% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 44 anos, a maior percentagem de colaboradores corresponde ao género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 47 anos.

**Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade**

Intervalo de Idades	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado Operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
(25 - 29)	2	0	0	0	0	0	0	0	2
(30 - 34)	3	2	1	2	2	1	0	0	11
(35 - 39)	3	4	1	3	4	4	1	0	20
(40 - 44)	3	6	0	5	6	8	0	0	28
(45 - 49)	0	1	5	5	12	7	0	0	30
(50 - 54)	0	2	2	3	26	9	0	0	42
(55 - 59)	1	1	4	5	22	4	0	0	37
(60 - 64)	1	1	2	1	5	2	0	0	12
(65 - 69)	0	0	0	0	2	3	0	0	5
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>24</b>	<b>79</b>	<b>38</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>187</b>

### Caraterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e os Níveis de Escolaridade

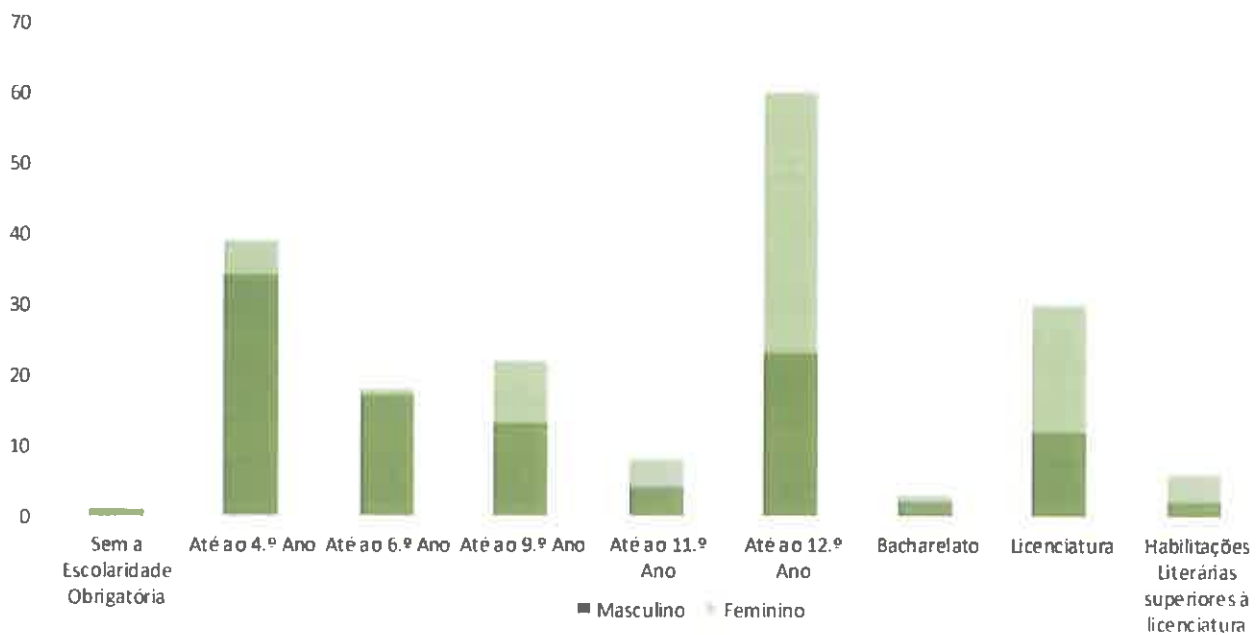
Níveis de escolaridade	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado operacional		Especialista de Informática		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Sem a Escolaridade Obrigatória	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Até ao 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	34	5	0	0	39
Até ao 6º ano de escolaridade	0	0	0	0	17	1	0	0	18
Até ao 9º ano de escolaridade	0	0	0	0	13	9	0	0	22
Até ao 11º ano de escolaridade	0	0	2	2	2	2	0	0	8
Até ao 12º ano de escolaridade	0	0	12	18	11	19	0	0	60
Bacharelato	1	1	1	0	0	0	0	0	3
Licenciatura	10	12	0	4	1	2	1	0	30
Habilitações Literárias superiores à Licenciatura	2	4	0	0	0	0	0	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>24</b>	<b>79</b>	<b>38</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>187</b>



*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
 A  
 P.P.  
 B  
 J  
 S  
 Mendes

A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 21,39% dos seus trabalhadores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 9,63% detêm o 2º ciclo e 11,76% têm o 3º ciclo. 79,14% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 20,86% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior for o grau de habilitações literárias, maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino. O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município de Arganil tem aumentado ao longo do tempo.

Estrutura Habilitacional dos colaboradores do Município por género



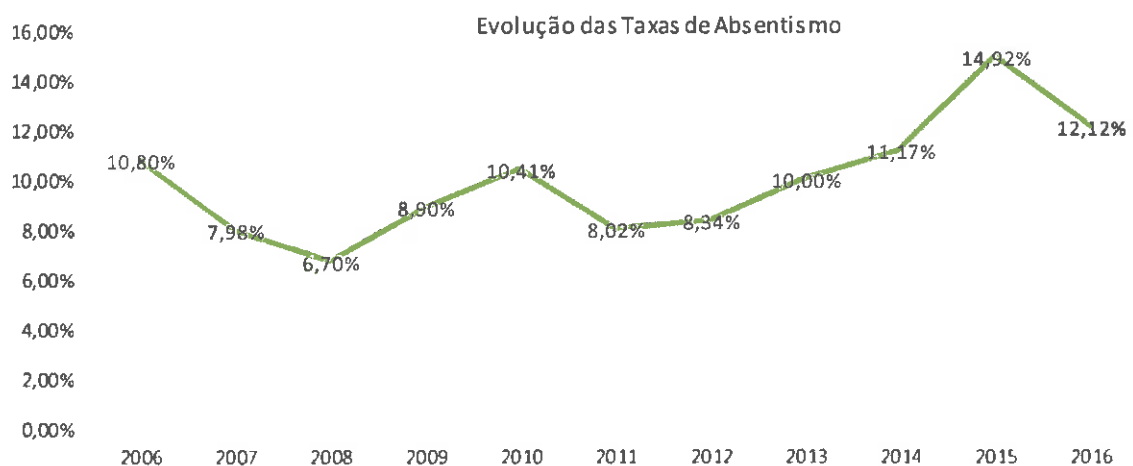
### 3.3 Absentismo

Absentismo		
Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por conta do período de férias	109	2,19%
Faltas para provas de concursos	2	0,04%
Falta por falecimento de familiar	66	1,32%
Falta por casamento	15	0,30%
Falta por atividade sindical	4,5	0,09%
Falta participação mesa eleitoral	4	0,08%
Falta eleito local	25	0,50%
Proteção na parentalidade	342	6,86%
Faltas para Consultas Médicas	275,5	5,53%
Consultas médicas ou tratamento ambulatório com familiares	281	5,64%
Faltas por doença	2827	56,72%
Falta para Assistência a Familiares	67	1,34%
Falta por Acidente em Serviço	309	6,20%
Faltas e licenças ao abrigo do Estatuto de Trabalhador Estudante	70,5	1,41%
Falta por cumprimento de Obrigações Legais	4	0,08%
Doação de sangue	0,5	0,01%
Acompanhamento escolar	9,5	0,19%
Descansos Compensatório por trabalho extraordinário	558,5	11,20%
Autoformação profissional	14,5	0,29%
<b>Total</b>	<b>4984,5</b>	<b>100,00%</b>

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2016, considerando os seguintes fatores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, exceto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2016 (187) e o total de faltas registado no mesmo ano (4984,5).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2016 situou-se nos 12,12%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos onze anos:



PPA  
A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2016 foram as motivadas por doença, maternidade e paternidade, descansos compensatórios pela prestação de trabalho extraordinário e acidentes em serviço, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

Do total das faltas por doença e das faltas relativas à proteção na parentalidade, 95,47% e 48,83%, respetivamente, correspondem a trabalhadores enquadrados no regime de proteção social convergente; no cômputo das faltas por assistência a familiares, 94,03% foram registadas por trabalhadores do regime geral da segurança social.

As ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram para além daquelas que têm maior peso na taxa de absentismo, as motivadas falta por conta do período de férias e para consultas médicas. No âmbito das ausências para autoformação profissional foram frequentadas 14 ações de formação profissional por um total de 9 trabalhadores.

Comparativamente com o ano de 2015, a taxa de absentismo decresceu 2,80% tendo sido as faltas relativas à proteção na parentalidade aquelas que mais contribuíram para esse decréscimo.

### 3.4 Recrutamento e Seleção

Durante o ano de 2016 foram abertos os seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento:

Vínculo	Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Unidade Orgânica
CTFP por tempo indeterminado	Técnico Superior	Medicina Veterinária	1	Gabinete de Apoio ao Presidente
		Economia	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
		Engenharia Alimentar	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
		Comunicação	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
	Assistente Técnico	Educação	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
		Serviços Gerais	1	Subunidade de Administração Geral
	Assistente Operacional	Transportes	1	Divisão de Gestão Urbanística
		Informática	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
	Técnico Superior	Direito	1	
		Arquitetura	1	
Engenharia Civil		1	Divisão de Gestão Urbanística	
CTFP com termo resolutivo certo	Assistente Técnico	Engenharia do Ambiente	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
		Arqueologia	1	
		Educação física e desporto	2	
		Educação	1	
	Assistente Operacional	Biblioteca	1	Divisão de Gestão Urbanística
		Turismo	1	
		Vias	1	
		Águas	1	
		Saneamento	1	
		Edifícios e equipamentos	1	
Turismo	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social		

### 3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 2,86 horas de formação profissional em 2016, considerando o volume de 532,5 horas de formação profissional, excluindo deste cômputo as 102 horas de autoformação profissional.

Formação 2016				
Área de Formação	Designação da Ação	Duração em Horas	Nº de partic.	Entidade Formadora
Gestão	LOE 2016 - Implicações na Administração local	7	5	CIM RC
	Workshop de Formação em SNC-AP	14	1	AIRC
	Planeamento e Gestão do Risco à Escala Intermunicipal	4	1	CIM RC
	Recrutamento e Seleção na Administração Local	7	1	ATAM
	Seminário SNC - AP	14	2	CIM RC
	Apresentação do Manual do Procedimento Concursal	3	20	Município de Arganil
Suporte	Faturação Eletrónica SGA	4	6	AIRC
	Pordata	2		Fundação Francisco Manuel dos Santos
	Serviços da Autoridade tributária nos Espaços do Cidadão	7	2	AMA
	12º Encontro de Arquivos Municipais	14	1	Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
	As Taxas das Autarquias Locais	7	1	CEDIPRE
	Direitos do Consumidor	16	1	DECOForma
Desporto	XVI Fórum Internacional do Desporto	8,5	1	FCDEF - UC
	Certificação AEA - Instrutor Internacional de exercício aquático	7	1	Mundo Hidro
	Análise de Jogo em Debate	7	4	FCDEF - UC
	A prevenção de maus tratos sobre pessoas com deficiência	6	1	Instituto Nacional para a Reabilitação
Educação e Ação Social	Empowerment and recovery em situações de violência de género e violência doméstica	15	1	Associação de Mulheres contra a Violência
	II Seminário Temático "Sociedade, escola e família: Que desafios?"	7	3	CPCJ
	I Encontro Regional do Programa Cidades Amigas das Crianças	7	1	Município de Cantanhede
	Alienação parental - Mito ou Realidade	3	1	CPCJ
	Encontro Nacional de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no ano de 2015 "Direitos Humanos da Criança"	21	1	CPCJ
Turismo	V8 Portugal - III Fórum do Turismo Interno	14	1	Turismo do Centro
	Seminário Nacional de Aperfeiçoamento Profissional de Fiscais Municipais	7	2	SINTAP
Urbanismo, Engenharia e Arquitetura	Fórum de Informação Geoespacial	7	1	Instituto Politécnico da Guarda
	Conceitos e princípios de iluminação interior e de emergência	2	1	AREAC
Ambiente e Florestas	Curso de Técnicos de Centros de BIT	11	1	FP Ciclismo
	Implementação de um plano de segurança da água nas pequenas zonas de abastecimento	8	1	E RSAR
	Jornadas Técnicas "16 - Novos Desafios para o Setor da Água	7	1	CTGA
	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM-RC	3	1	CIM RC
Bibliotecas	I Conferência Internacional (Re) Pensar a Biblioteca Pública	15	3	CIM Avelro
	Diálogos Intergeracionais - Novos Desafios	7	1	Rede de Bibliotecas de Vila de Rei
	V Partilhar para Crescer	7	5	Município de Arganil e CIM RC

### 3.6 Projetos no Âmbito das Medidas de Incentivo e Apoio ao Emprego do IEFP

No ano de 2016 foi possível aceder a um conjunto de medidas que visaram, no contexto particular da crise económica internacional e da situação do mercado de trabalho, estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados.

PPM

Neste contexto, o Município de Arganil promoveu contratos emprego-inserção, medida direcionada a desempregados beneficiários de prestações de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização de trabalho socialmente necessário durante um período máximo de 12 meses, tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contato destes trabalhadores com o mercado do trabalho, evitando o seu risco de isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu e desenvolveu no ano de 2016, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 10 projetos neste âmbito, num total de 16 trabalhadores ocupados.

*[Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature and the text 'MERC']*

Contratos Emprego - Inserção			
Área de atividade	Género e Nº de colaboradores ocupados		Tipo
	M	F	
Limpeza e conservação de espaços públicos	1	1	Contratos Emprego-inserção
Engenharia do Ambiente	0	1	
Serviços gerais	5	1	
Limpeza e conservação de espaços públicos	4	0	Contratos Emprego-inserção +
Advogacia	0	1	
Serviços Gerais	0	2	
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>*</b>

### Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2016 o Município de Arganil acolheu/promoveu 15 estágios curriculares e 1 estágio profissional (5ª edição do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local), consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para crescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal.

Estágios Curriculares		
Área do Estágio	Nº de estagários	Entidade Formadora
Artes e Ofícios	1	Agrupamento de Escolas de Arganil
Atendimento, arquivo e economato	1	
Turismo Ambiental e Rural	2	
Técnico de Multimédia	2	
Técnico de gestão de equipamentos Informáticos	3	
Técnico de Animação	2	
Operador de sistemas de gestão de resíduos sólidos	1	IEFP
Técnico de apoio à gestão desportiva	2	Agrupamento de Escolas de Tábua
Serviço Social	1	Universidade de Coimbra
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	*

#### Estágios Profissionais

Área do Estágio	Nº de estagários
Arquitetura	1

#### Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

O Município de Arganil detém as áreas da higiene, segurança e saúde no trabalho contratualizadas externamente e de cujas prestações de serviços resultou a emissão de 95 fichas de aptidão para o trabalho (medicina no trabalho) e um investimento com as citadas estruturas e no sentido do cumprimento das obrigações de higiene e segurança no trabalho de 16.169,68€.



## Situação Económica/ Financeira

### Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2016.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2016.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e no Orçamento de Estado.

*[Handwritten signatures and initials in the right margin, including 'RP/13', 'A', 'B', and 'melano']*

#### 4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2016 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em 30 de outubro e 28 de novembro de 2015.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2016, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

##### 4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

O Orçamento de 2016 do Município de Arganil foi aprovado com um valor de 18.688.373,00€, tendo registado um acréscimo de 2.412.860,00€ (14,83%), relativamente ao exercício de 2015.

O Orçamento Inicial da Receita para 2016 foi aprovado com um valor total de 18.688.373,00€ dos quais 11.561.414,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 7.126.459,00€ respeitavam à receita de capital estimada.

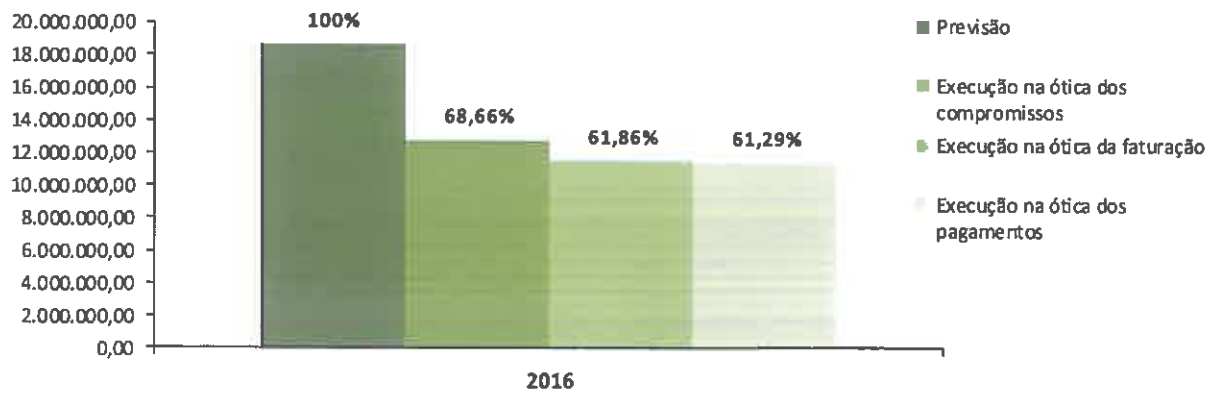
A receita total cobrada totalizou a importância de 12.669.544,46€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 67,79%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 18.688.373,00€, correspondendo 9.302.647,00€ às despesas correntes e 9.385.726,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 61,29%.

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 68,66%, verificada na ótica do compromisso (do exercício), demonstra que do total da Despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer à data de 31-12-2016. Devido à redução das transferências comunitárias e das transferências do Orçamento de Estado, que ao contrário do que era expectável, não têm acompanhado o esforço da autarquia, a execução na perspetiva do pagamento ficou nos 61,29% (em 2010 foi de 67,81%, em 2011 de 73,94%, em 2012 76,96%, em 2013 de 66,72%, em 2014 73,90% e em 2016 de 68,12%).

RPM



Os totais do orçamento inicial e final mantiveram-se inalterados, apesar da revisão orçamental ocorrida no exercício, uma vez que essa não teve como efeito qualquer aumento quer de despesa, quer de receita. Analisando rubrica a rubrica, constata-se alterações dentro das despesas correntes e dentro das despesas de capital, em resultado das 12 alterações orçamentais verificadas durante o ano de 2016, que tiveram como objetivo ajustar as previsões orçamentais.

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including 'RPM', 'PT', 'A', 'B', and 'Mikha'.*

**Execução Orçamental 2016**

	Inicial	Orçamento Orçamento Final	Variação	Valor Executado	Execução Desvio	%
<b>Receita</b>						
01 - Impostos directos	1.804.639,00	1.804.639,00	0,00	1.593.251,70	-211.387,30	88,29%
02 - Impostos indirectos	84.431,00	84.431,00	0,00	82.316,30	-2.114,70	97,50%
04 - Taxas multas e outras penalidades	382.120,00	382.120,00	0,00	348.630,51	-33.489,49	91,24%
05 - Rendimentos de propriedade	1.361.789,00	1.361.789,00	0,00	1.109.183,99	-252.605,01	81,45%
06 - Transferências correntes	5.576.536,00	5.576.536,00	0,00	5.755.653,65	179.117,65	103,21%
07 - Venda de bens e serviços correntes	2.324.450,00	2.324.450,00	0,00	1.227.391,21	-1.097.058,79	52,80%
08 - Outras receltas correntes	27.449,00	27.449,00	0,00	157.384,48	129.935,48	573,37%
<b>Total das Receltas Correntes</b>	<b>11.561.414,00</b>	<b>11.561.414,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.273.811,84</b>	<b>-1.287.602,16</b>	<b>88,86%</b>
09 - Venda de bens de capital	80.000,00	80.000,00	0,00	5.120,71	-74.879,29	6,40%
10 - Transferências capital	7.045.459,00	5.680.311,51	1.365.147,49	983.629,89	-4.696.681,62	17,32%
13 - Outras receitas de capital	1.000,00	1.000,00	0,00	32.573,66	31.573,66	3257,37%
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>7.126.459,00</b>	<b>5.761.311,51</b>	<b>1.365.147,49</b>	<b>1.021.324,26</b>	<b>-4.739.987,25</b>	<b>17,73%</b>
15 - Repo. não abatidas aos pagamentos	500,00	500,00	0,00	9.260,87	8.760,87	1852,17%
16 - Saldo Gerência Anterior		1.365.147,49	-1.365.147,49	1.365.147,49	0,00	100,00%
<b>Total da Receita</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.669.544,46</b>	<b>-6.018.828,54</b>	<b>67,79%</b>
<b>Despesa</b>						
01 - Despesas com pessoal	3.644.987,00	3.424.287,00	220.700,00	3.196.343,31	-227.943,69	93,34%
02 - Aquisição de bens e serviços	4.237.800,00	4.339.300,00	-101.500,00	3.382.217,96	-957.082,04	77,94%
03 - Juros e outros encargos	75.000,00	59.500,00	15.500,00	43.153,02	-16.346,98	72,53%
04 - Transferências correntes	930.860,00	940.060,00	-9.200,00	832.483,88	-107.576,12	88,56%
06 - Outras despesas correntes	414.000,00	539.500,00	-125.500,00	485.514,27	-53.985,73	89,99%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>9.302.647,00</b>	<b>9.302.647,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.939.712,44</b>	<b>-1.362.934,56</b>	<b>85,35%</b>
07 - Aquisição de bens de capital	7.603.100,00	7.407.100,00	196.000,00	1.887.538,28	-5.519.561,72	25,48%
08 - Transferências de capital	717.000,00	913.000,00	-196.000,00	657.523,80	-255.476,20	72,02%
09 - Ativos Financeiros	80.626,00	80.626,00	0,00	0,00	-80.626,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	965.000,00	965.000,00	0,00	964.219,87	-780,13	99,92%
11 - Outras Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	5.909,10	-14.090,90	29,55%
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>9.385.726,00</b>	<b>9.385.726,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.515.191,05</b>	<b>-5.870.534,95</b>	<b>37,45%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.454.903,49</b>	<b>-7.233.469,51</b>	<b>61,29%</b>

Os agregados correntes da receita e da despesa, apresentaram níveis de execução na ótica dos pagamentos de 88,86% e 83,35% respetivamente, sendo taxas de concretização maiores que as registadas nas rubricas de capital.

Relativamente às alterações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais	Data
1.ª Alteração	04-01-2016
2.ª Alteração	27-01-2016
3.ª Alteração	14-04-2016
4.ª Alteração	20-05-2016
5.ª Alteração	13-06-2016
6.ª Alteração	16-06-2016
7.ª Alteração	27-07-2016
8.ª Alteração	23-08-2016
9.ª Alteração	14-09-2016
10.ª Alteração	11-11-2016
11.ª Alteração	30-11-2016
12.ª Alteração	19-12-2016

As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

**Modificações Orçamentais, por Natureza Económica**

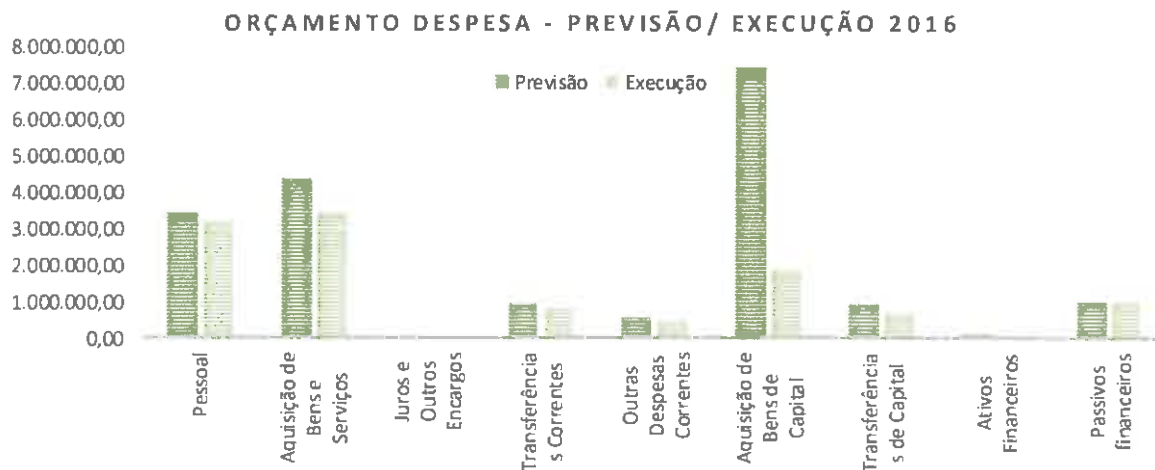
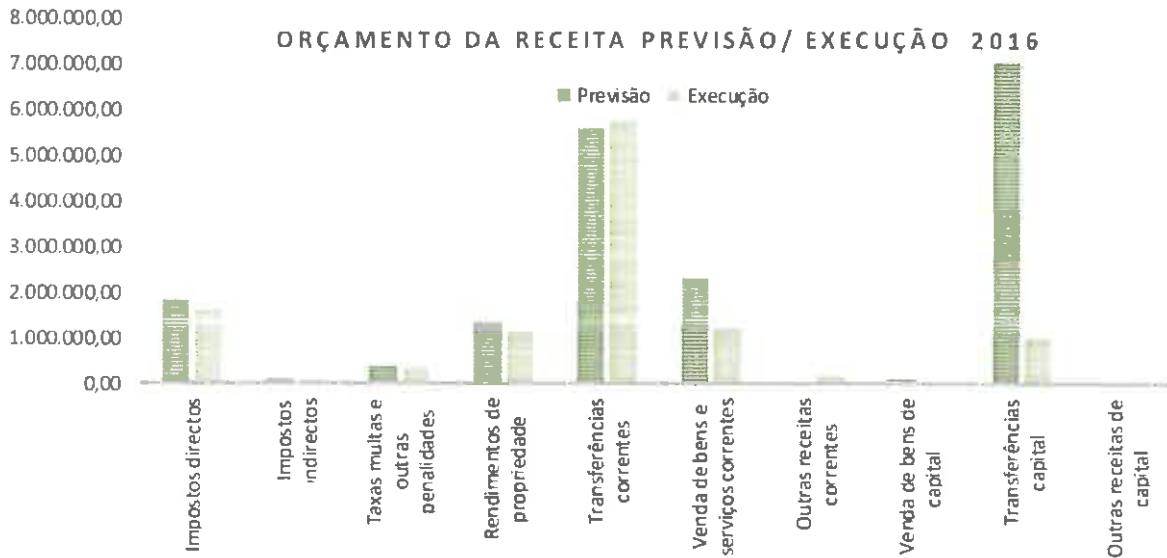
Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>1. Despesas Correntes</b>	<b>9.302.647,00</b>	<b>49,78%</b>	<b>455.700,00</b>	<b>455.700,00</b>	<b>9.302.647,00</b>	<b>49,78%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
1.1 Pessoal	3.644.987,00	19,50%	15.000,00	235.700,00	3.424.287,00	18,32%	-220.700,00	-6,05%
1.2 Aquisição de Bens	756.000,00	4,05%	9.500,00	75.000,00	690.500,00	3,69%	-65.500,00	-8,66%
1.3 Aquisição de Serviços	3.481.800,00	18,63%	180.500,00	13.500,00	3.648.800,00	19,52%	167.000,00	4,80%
1.4 Juros e Outros Encargos	75.000,00	0,40%		15.500,00	59.500,00	0,32%	-15.500,00	-20,67%
1.5 Transferências Correntes	930.860,00	4,98%	91.700,00	82.500,00	940.060,00	5,03%	9.200,00	0,99%
1.6 Outras Despesas Correntes	414.000,00	2,22%	159.000,00	33.500,00	539.500,00	2,89%	125.500,00	30,31%
<b>2. Despesas de Capital</b>	<b>9.385.726,00</b>	<b>50,22%</b>	<b>714.500,00</b>	<b>714.500,00</b>	<b>9.385.726,00</b>	<b>50,22%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
2.1 Terrenos	97.500,00	0,52%	32.500,00	10.000,00	120.000,00	0,64%	22.500,00	23,08%
2.2 Habitações/ Edifícios	2.276.850,00	12,18%	135.000,00	331.000,00	2.080.850,00	11,13%	-196.000,00	-8,61%
2.3 Construções Diversas	4.419.000,00	23,65%	315.000,00	350.500,00	4.383.500,00	23,46%	-35.500,00	-0,80%
2.4 Material de Transporte	45.000,00	0,24%		15.000,00	30.000,00	0,16%	-15.000,00	-33,33%
2.5 Equipamento/ Software Infor	53.000,00	0,28%			53.000,00	0,28%	0,00	0,00%
2.6 Equipamento Administrativo	374.250,00	2,00%			374.250,00	2,00%	0,00	0,00%
2.7 Equipamento Básico	222.500,00	1,19%	30.000,00		252.500,00	1,35%	30.000,00	13,48%
2.8 Ferramentas e Utensílios	5.000,00	0,03%			5.000,00	0,03%	0,00	0,00%
2.9 Investimentos Incorpóreos/ A	110.000,00	0,59%		2.000,00	108.000,00	0,58%	-2.000,00	-1,82%
2.10 Transferências de Capital	717.000,00	3,84%	202.000,00	6.000,00	913.000,00	4,89%	196.000,00	27,34%
2.11 Ativos Financeiros	80.626,00	0,43%			80.626,00	0,43%	0,00	0,00%
2.11 Passivos Financeiros	965.000,00	5,16%			965.000,00	5,16%	0,00	0,00%
2.12 Outras Despesas de Capital	20.000,00	0,11%			20.000,00	0,11%	0,00	-
<b>Total das Despesas (1)+(2)</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.170.200,00</b>	<b>1.170.200,00</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 1.170.200,00€ e por anulações de igual valor.

É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram no pessoal e aquisição de serviços, em termos correntes, e construções diversas e edifícios/ habitações, em termos de capital.

Relativamente ao Orçamento Municipal, sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências, em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa, encontram-se expostas nos gráficos seguintes.

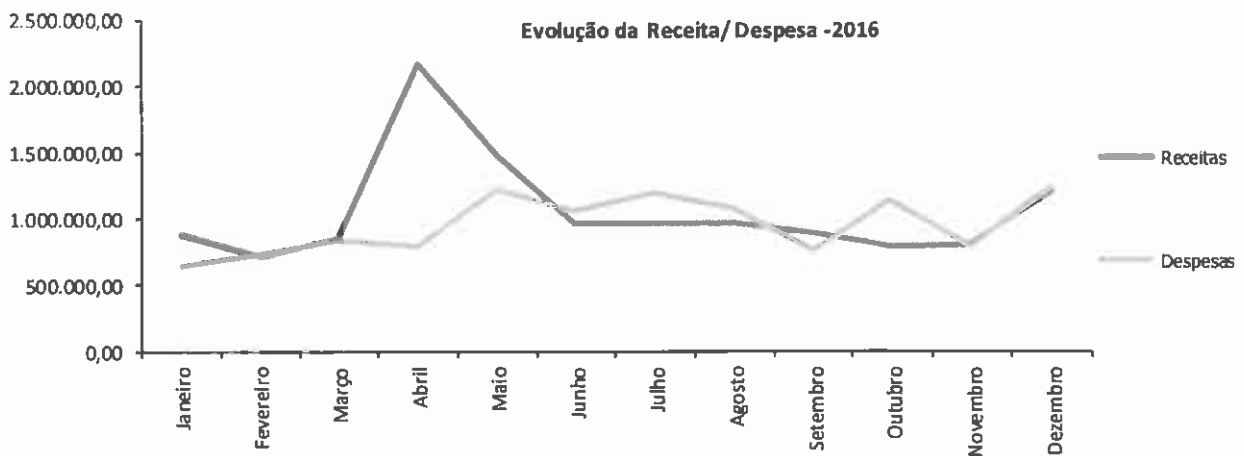
*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z  
AA  
BB  
CC  
DD  
EE  
FF  
GG  
HH  
II  
JJ  
KK  
LL  
MM  
NN  
OO  
PP  
QQ  
RR  
SS  
TT  
UU  
VV  
WW  
XX  
YY  
ZZ  
AAA  
BBB  
CCC  
DDD  
EEE  
FFF  
GGG  
HHH  
III  
JJJ  
KKK  
LLL  
MMM  
NNN  
OOO  
PPP  
QQQ  
RRR  
SSS  
TTT  
UUU  
VVV  
WWW  
XXX  
YYY  
ZZZ  
AAAA  
BBBB  
CCCC  
DDDD  
EEEE  
FFFF  
GGGG  
HHHH  
IIII  
JJJJ  
KKKK  
LLLL  
MMMM  
NNNN  
OOOO  
PPPP  
QQQQ  
RRRR  
SSSS  
TTTT  
UUUU  
VVVV  
WWWW  
XXXX  
YYYY  
ZZZZ  
AAAAA  
BBBBB  
CCCCC  
DDDDD  
EEEEE  
FFFFF  
GGGGG  
HHHHH  
IIIII  
JJJJJ  
KKKKK  
LLLLL  
MMMMM  
NNNNN  
OOOOO  
PPPPP  
QQQQQ  
RRRRR  
SSSSS  
TTTTT  
UUUUU  
VVVVV  
WWWWW  
XXXXX  
YYYYY  
ZZZZZ  
AAAAA  
BBBBB  
CCCCC  
DDDDD  
EEEEE  
FFFFF  
GGGGG  
HHHHH  
IIIII  
JJJJJ  
KKKKK  
LLLLL  
MMMMM  
NNNNN  
OOOOO  
PPPPP  
QQQQQ  
RRRRR  
SSSSS  
TTTTT  
UUUUU  
VVVVV  
WWWWW  
XXXXX  
YYYYY  
ZZZZZ



O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

**Evolução das Receitas e Despesas 2016**

Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Rec.	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	681.694,59	190.308,29	20,00	872.022,88	517.176,33	117.684,63	634.860,96
Fevereiro	665.634,48	47.593,00	469,15	713.696,63	510.435,64	223.396,13	733.831,77
Março	775.284,52	67.431,46	0,00	842.715,98	575.449,14	263.954,00	839.403,14
Abril	747.305,90	51.261,56	1.367.117,99	2.165.685,45	617.064,18	164.356,35	781.420,53
Maio	1.368.073,10	105.154,70	0,00	1.473.227,80	850.974,55	378.688,76	1.229.663,31
Junho	919.702,34	49.123,48	68,68	968.894,50	736.395,02	319.330,34	1.055.725,36
Julho	748.310,47	213.594,45	0,00	961.904,92	797.712,17	394.680,14	1.192.392,31
Agosto	892.814,06	78.293,00	83,00	971.190,06	632.664,24	438.950,33	1.071.614,57
Setembro	839.932,10	48.590,01	0,00	888.522,11	514.214,01	240.283,93	754.497,94
Outubro	736.202,97	48.293,00	6.649,54	791.145,51	866.943,07	267.529,05	1.134.472,12
Novembro	732.880,64	73.229,52	0,00	806.110,16	534.824,44	249.051,57	783.876,01
Dezembro	1.165.976,67	48.451,79	0,00	1.214.428,46	785.859,65	457.285,82	1.243.145,47
<b>Total</b>	<b>10.273.811,84</b>	<b>1.021.324,26</b>	<b>1.374.408,36</b>	<b>12.669.544,46</b>	<b>7.939.712,44</b>	<b>3.515.191,05</b>	<b>11.454.903,49</b>



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que entre os valores da receita e da despesa paga houve oscilações durante o ano de 2016, sendo o da primeira superior ao da segunda.

O gráfico abaixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. As rubricas correntes são superiores às de capital, sendo a da receita superior à da despesa, com 91% e 9% respetivamente.

PPAS



*Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a signature and the name 'M. R. L. C.' at the bottom.*

### Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

Da aplicação desta normativo legal, resultou no ano de 2016 uma poupança corrente de 2.334.099,40€; este montante é inferior em 330.695,45€ face ao registado no ano de 2015.

Analisando os últimos anos, regista-se um crescimento positivo refletindo uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do superavit corrente, para financiar o investimento.

#### Equilíbrio Orçamental

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	7.844.002,60	9.211.341,22	9.923.469,62	10.236.348,98	10.273.811,84
Despesas Correntes	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05	7.280.083,85	7.744.409,68	7.571.554,13	7.939.712,44
Poupança Corrente	-257.033,33	630.644,78	308.889,63	1.034.162,15	-241.106,24	585.117,39	647.999,55	1.931.257,37	2.179.059,94	2.664.794,85	2.334.099,40

A Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também estipula uma regra de equilíbrio corrente, que se encontra prevista no seu artigo 40º, definindo que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual á despesa corrente acrescida das

amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No exercício de 2016, a aplicação desta norma, e considerando as amortizações de empréstimos de médio e longo prazo pagas em 2016 traduziu-se num Saldo de Equilíbrio Orçamental de 1.413.925,04€ cumprindo-se com margem o limite legal.

**Equilíbrio Orçamental - nos termos da Lei das Finanças Locais  
artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro**

Rúbricas de 2016		
A	Receita corrente bruta	10.317.857,35
B	Despesas correntes	7.939.712,44
C	Amortizações empréstimos MLP	964.219,87
A-B-C	<b>Saldo de equilíbrio orçamental</b>	<b>1.413.925,04</b>

Caso fosse considerado as despesas correntes comprometidas para a aferição do equilíbrio orçamental o saldo seria 883.348,58€.



RPMS

## 4.2 Receita

### Estrutura e Evolução

A entrada em vigor já em 2012 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto de Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma, vieram condicionar a atuação dos Municípios, restringindo as regras de assunção de compromissos.

No início da presente década os Municípios têm visto reduzidas, ou não aumentadas, de acordo com o previsto, as transferências do Orçamento de Estado, o que é bastante penalizador para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 48% das receitas totais. Estas reduções provocam uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria. No ano de 2016 houve um aumento das transferências do Orçamento de Estado, contudo esses aumentos ainda não superaram as reduções verificadas em anos anteriores.

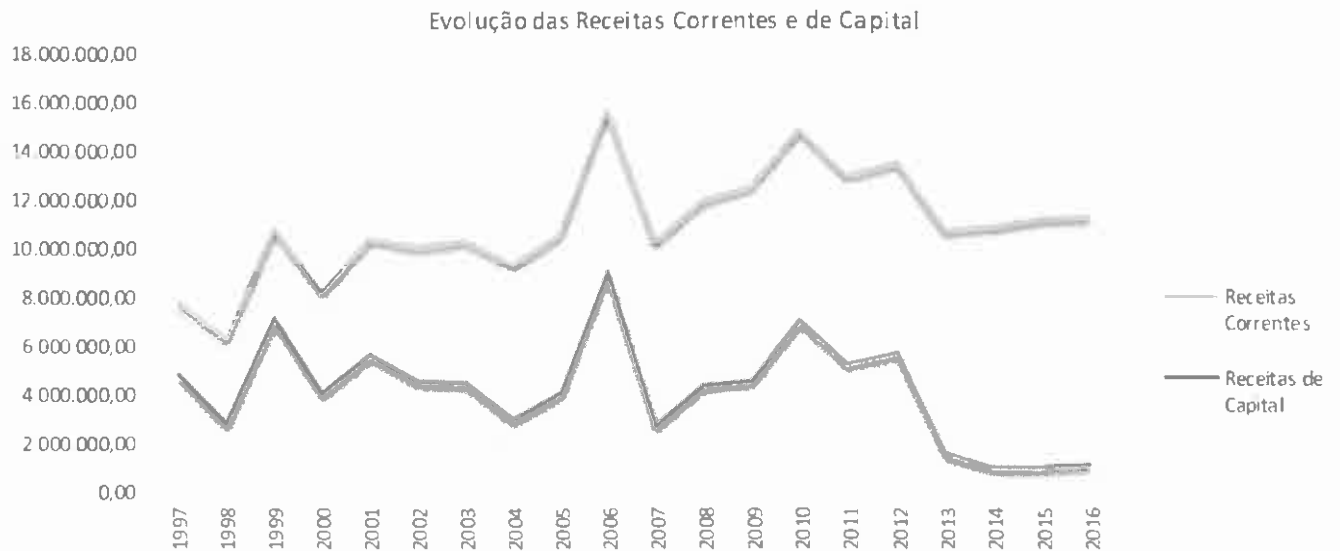
Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large vertical line and several initials.

No quadro seguinte evidencia-se a evolução das transferências do OE:

Transferências Orçamento de Estado												
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição Valor
5.070.887,00	5.070.887,00	5.070.887,00	9.278.881,00	8.602.825,00	6.860.405,00	6.327.385,00	6.010.886,00	6.010.886,00	5.845.512,00	5.976.693,00	6.060.673,00	0,00
0,00%	0,00%	8,00%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,75%	2,24%	1,41%	0,00	
												288.884,00
												313.944,00
												87.580,00
												-333.020,00
												-318.399,00
												0,00
												-165.474,00
												131.181,00
												83.980,00

No exercício de 2016, a receita arrecadada totalizou a importância de 11.295.136,10€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) e apresentou um acréscimo face a 2015 de 88.178,24€, que corresponde a cerca de 0,8%.

Analisando a evolução global das receitas, constata-se que no ano de 2016 a receita voltou, ainda que pouco, a crescer. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiros nesses dois anos.



No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, apesar do pequeno decréscimo do ano de 2010 e 2011, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

O crescimento acentuado quer em 2013, quer em 2014 das receitas correntes resulta também do facto de naqueles anos terem ocorrido alterações na arrecadação do FEF em termos correntes e de capital (até 2012 FEF corrente – 60%; a partir de 2014 FEF corrente 90%).

Do total da receita arrecadada, 10.273.811,84 (90,96%) dizem respeito à receita corrente e 1.021.324,26€ (9,04%), à receita de capital. Verifica-se, assim, que a estrutura da receita se mantém, revelando um peso superior das receitas correntes em relação às receitas de capital.

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada nos quadros seguintes, evidenciando-se nos mesmos a evolução verificada desde o ano de 2012, para melhor perceção do comportamento da receita.

Município de Arganil  
Relatório de Gestão - 2016

Evolução das Receitas Municipais no período de 2012 a 2016

Designação	2012			2013			2014			2015			2016			Var 15/2016		
	Valor	% Global		Valor	% Global		Valor	% Global		Valor	% Global	% Parcelar	Valor	% Global		Valor	%	
Total da Receita Corrente	7.844.002,60	58,03%		9.211.341,22	85,77%		9.923.469,62	90,92%		10.236.348,98	91,34%	100,00%	10.273.811,84	90,96%		37.462,86	0,37%	
Imposto Municipal sobre Imóveis	958.817,36	7,09%		1.189.491,48	11,08%		1.359.250,10	12,45%		1.328.787,40	11,86%	11,83%	1.215.146,43	10,76%		-113.640,97	-8,55%	
Imp. Único de Circulação	191.441,79	1,42%		247.473,45	2,30%		219.775,74	2,01%		210.028,23	1,87%	2,12%	217.969,58	1,93%		7.941,35	3,78%	
IMT	169.638,65	1,25%		175.511,70	1,63%		123.577,92	1,13%		231.790,64	2,07%	1,56%	160.135,69	1,42%		-71.654,95	-30,91%	
Impostos Indirectos específicos das Autarquias	38.755,37	0,29%		58.837,85	0,55%		65.669,99	0,60%		87.379,19	0,78%	0,80%	82.316,30	0,73%		-5.062,89	-5,79%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	295.209,48	2,18%		313.175,19	2,92%		324.906,45	2,98%		321.662,32	2,87%	3,39%	348.630,51	3,09%		26.968,19	8,38%	
Rendimentos de propriedades	1.013.395,53	7,50%		1.019.324,27	9,49%		1.152.679,76	10,56%		1.107.113,70	9,88%	10,80%	1.109.183,99	9,82%		2.070,29	0,19%	
Participações do Município nos Impostos do Estado	3.755.712,00	27,78%		4.883.349,00	45,47%		5.298.824,00	48,55%		5.405.572,00	48,23%	53,35%	5.481.154,00	48,53%		75.582,00	1,40%	
Outras Transferências	298.214,95	2,21%		254.316,16	2,37%		297.654,66	2,73%		313.292,95	2,80%	2,67%	274.499,65	2,43%		-38.793,30	-12,38%	
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	1.068.284,69	7,90%		1.027.409,10	9,57%		1.067.769,08	9,74%		1.208.828,24	10,79%	11,95%	1.227.391,21	10,87%		18.562,97	1,54%	
Outras Receitas Correntes	54.532,78	0,40%		42.453,02	0,40%		18.361,92	0,17%		21.894,31	0,20%	1,53%	157.384,48	1,39%		135.490,17	618,84%	
Total Receita de Capital	5.673.147,48	41,97%		1.528.352,25	14,23%		991.482,61	9,08%		970.608,88	8,66%	100,00%	1.021.324,26	9,04%		50.715,38	5,23%	
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00%		67.431,10	0,63%		163.386,00	1,50%		0,00	0,00%	0,50%	5.120,71	0,05%		5.120,71	-	
Participações do Município nos Impostos do Estado	2.255.274,00	16,68%		1.127.637,00	10,50%		546.688,00	5,01%		571.121,00	5,10%	56,74%	579.519,00	5,13%		8.398,00	1,47%	
Outras Transferências	3.369.865,34	24,93%		328.307,86	3,06%		256.301,03	2,35%		396.200,77	3,54%	39,57%	404.110,89	3,58%		7.910,12	2,00%	
Passivos Financeiros	48.008,14	0,36%		0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	32.573,66	0,29%		0,00	-		
Outras Receitas de Capital	48.008,14	0,36%		4.976,29	0,05%		25.107,58	0,23%		3.287,11	0,03%	3,19%	32.573,66	0,29%		29.286,55	890,95%	
<b>Total das Receitas sem Reposições e sem Saldo</b>	<b>13.517.150,08</b>	<b>100%</b>		<b>10.739.693,47</b>	<b>100%</b>		<b>10.914.952,23</b>	<b>100%</b>		<b>11.206.957,86</b>	<b>100%</b>		<b>11.295.136,10</b>	<b>100%</b>		<b>88.178,24</b>	<b>0,79%</b>	
Gerência Anterior	472.036,45			441.219,91			1.211.544,79			1.224.767,17			1.374.408,36			149.641,19	12,22%	
Reposições não Abatidas nos Pagamentos/ Saldo de Gerência																		
<b>Total das Receitas</b>	<b>13.989.186,53</b>			<b>11.180.913,38</b>			<b>12.126.497,02</b>			<b>12.431.725,03</b>			<b>12.669.544,46</b>			<b>237.819,43</b>	<b>1,91%</b>	

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: *RP/11*  
 - Middle right: *27789*  
 - Bottom right: *Handwritten signature*  
 - Far right: *Handwritten signature*

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

Evolução das Receitas correntes cobradas no período de 2012 a 2016							
Designação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2016 Valor	Var 15/16 Valor	%
<b>1. Impostos Directos</b>	<b>1.319.897,80</b>	<b>1.612.476,63</b>	<b>1.702.603,76</b>	<b>1.770.606,27</b>	<b>1.593.251,70</b>	<b>-177.354,57</b>	<b>-10,02%</b>
Autárquica	958.817,36	1.189.491,48	1.359.250,10	1.328.787,40	1.215.146,43	-113.640,97	-8,55%
Imp. Único de Circulação/ IMV	191.441,79	247.473,45	219.775,74	210.028,23	217.969,58	7.941,35	3,78%
IMT	169.638,65	175.511,70	123.577,92	231.790,64	160.135,69	-71.654,95	-30,91%
<b>2. Impostos Indirectos específicos das Autarquias</b>	<b>38.755,37</b>	<b>58.837,85</b>	<b>65.669,99</b>	<b>87.379,19</b>	<b>82.316,30</b>	<b>-5.062,89</b>	<b>-5,79%</b>
Mercados e Feiras	1.128,03	1.750,00	2.953,60	3.618,64	6.662,76	3.244,12	89,65%
Loteamentos e Obras	2.744,47	8.873,34	11.901,96	14.703,32	17.601,30	2.897,98	19,71%
Ocupação da Via Pública	4.857,68	4.760,32	6.181,60	5.183,36	5.585,37	402,01	7,76%
Publicidade	3.005,64	3.079,76	1.845,83	1.161,29	819,54	-341,75	-29,43%
Saneamento empresas	26.987,75	42.342,63	42.755,20	62.696,68	51.192,93	-11.503,75	-18,35%
Outros	31,80	31,80	31,80	15,90	254,40	238,50	1500,00%
<b>3. Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>295.209,48</b>	<b>313.175,19</b>	<b>324.906,45</b>	<b>321.662,32</b>	<b>348.630,51</b>	<b>26.968,19</b>	<b>8,38%</b>
Mercados e Feiras	40.680,67	40.780,48	40.435,11	40.059,36	35.426,52	-4.632,84	-11,56%
Loteamentos e Obras	44.497,32	25.459,69	43.410,10	13.994,68	24.143,58	10.148,90	72,52%
Ocupação da Via Pública	7.395,09	6.179,17	9.085,07	6.302,21	5.671,95	-630,26	-10,00%
Caça, uso e porte de arma	55,74	9,65	3,24	31,06	0,00	-31,06	-100,00%
Saneamento - Particulares	166.700,93	196.675,38	189.159,57	224.072,84	251.738,29	27.665,45	12,35%
Outras	17.555,58	20.211,56	16.510,57	13.249,16	12.437,96	-811,20	-6,12%
Juros de Mora	1.155,19	8.586,96	15.392,70	16.565,72	13.035,02	-3.530,70	-21,31%
Juros compensatórios	2.359,93	7.093,87	2.319,27	800,95	904,71	103,76	12,95%
Coimas e Penalidades por contra ordenações	14.388,70	5.958,03	8.422,20	6.278,34	5.272,48	-1.005,86	-16,02%
Multas e Penalidades Diversas	420,33	2.220,40	168,62	308,00	0,00	-308,00	-100,00%
<b>4. Rendimentos de propriedades</b>	<b>1.013.395,53</b>	<b>1.019.324,27</b>	<b>1.152.679,76</b>	<b>1.107.113,70</b>	<b>1.109.183,99</b>	<b>2.070,29</b>	<b>0,19%</b>
Bancos e Outras Instituições financeiras	7.871,60	521,77	1.095,77	436,41	592,59	156,17	35,79%
Empresas Munic. e Inter./ Empresas Públicas	2.103,71	1.765,61	12.964,26	20.401,13	25.400,50	4.999,37	24,51%
Terrenos/ Edifícios	2.955,41	1.130,00	0,00	4.164,37	4.172,66	8,29	-
Bens de Domínio Público	519.902,00	514.013,39	586.074,78	569.038,58	569.516,45	477,87	0,08%
Outros	480.562,81	501.893,50	552.544,95	513.073,21	509.501,80	-3.571,41	-0,70%
<b>5. Transferências Correntes</b>	<b>4.053.926,95</b>	<b>5.137.665,16</b>	<b>5.596.478,66</b>	<b>5.718.864,95</b>	<b>5.755.653,65</b>	<b>36.788,70</b>	<b>0,64%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.382.911,00	4.510.548,00	4.920.195,00	5.140.090,00	5.215.672,00	75.582,00	1,47%
Fundo Social Municipal	199.598,00	199.598,00	199.598,00	265.482,00	265.482,00	0,00	0,00%
Participação Variável no IRS	173.203,00	173.203,00	179.031,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras	0,00	65.884,00	82.920,11	17.036,11	43.638,55	26.602,44	156,15%
Estado-Particip.comunit.proyectos co-financiados	63.715,95	1.329,60	1.992,32	33.913,26	30.624,49	-3.288,77	-9,70%
Serviços e fundos autónomos	146.701,01	129.206,78	153.722,28	169.397,04	135.340,59	-34.056,45	-20,10%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famil.polit.act.EFP	58.591,97	37.468,61	48.775,72	62.213,85	48.804,02	-13.409,83	-21,55%
Segurança social	29.206,02	20.427,17	10.244,23	30.732,69	16.092,00	-14.640,69	-47,64%
<b>6. Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>1.068.284,69</b>	<b>1.027.409,10</b>	<b>1.062.769,08</b>	<b>1.208.828,24</b>	<b>1.227.391,21</b>	<b>18.562,97</b>	<b>1,54%</b>
Venda de Bens	456.047,36	388.206,68	411.160,48	455.663,11	466.244,86	10.581,75	2,32%
Venda de Serviços	556.137,36	590.922,57	602.079,07	673.241,57	698.011,45	24.769,88	3,68%
Rendas	56.099,97	48.279,85	49.529,53	79.923,56	63.134,90	-16.788,66	-21,01%
<b>7. Outras Receitas Correntes</b>	<b>54.532,78</b>	<b>42.453,02</b>	<b>18.361,92</b>	<b>21.894,31</b>	<b>157.384,48</b>	<b>135.490,17</b>	<b>618,84%</b>
<b>Total</b>	<b>7.844.002,60</b>	<b>9.211.341,22</b>	<b>9.923.469,62</b>	<b>10.236.348,98</b>	<b>10.273.811,84</b>	<b>37.462,86</b>	<b>0,37%</b>

No exercício de 2016, as receitas correntes cresceram 0,37% (mais 37.462,86€), comparativamente a 2015, sendo as variações mais significativas provenientes das transferências correntes, consequência do aumento do FEF, e da venda de bens e serviços correntes.

Os Impostos Diretos cobrados, no valor de 1.770.606,27€, totalizaram menos 177.354,57€ (-10,02%), este valor resulta da diminuição da receita de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e IMT (Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis).

Os Impostos Indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas com o serviço de saneamento às empresas.



**Evolução das Receitas de Capital cobradas no período de 2012 a 2016**

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	Var 15/16	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Terrenos	0,00	64.331,10	87.056,00	0,00	5.120,71	5.120,71	-
2. Edifícios	0,00	0,00	76.330,00	0,00	0,00	0,00	-
3. Outros Bens de Investimento	0,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>3. Transferências de Capital</b>	<b>5.625.139,34</b>	<b>1.455.944,86</b>	<b>802.989,03</b>	<b>967.321,77</b>	<b>983.629,89</b>	<b>16.308,12</b>	<b>1,69%</b>
financeiras - Privadas	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.255.274,00	1.127.637,00	546.688,00	571.121,00	579.519,00	8.398,00	1,47%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	3.266.302,57	327.288,31	254.513,02	392.113,49	401.959,42	9.845,93	2,51%
Administração local	63.562,77	1.019,55	1.788,01	4.087,28	2.151,47	-1.935,81	-47,36%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
4. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Outras receitas de capital	48.008,14	4.976,29	25.107,58	3.287,11	32.573,66	29.286,55	890,95%
<b>Total</b>	<b>5.673.147,48</b>	<b>1.528.352,25</b>	<b>991.482,61</b>	<b>970.608,88</b>	<b>1.021.324,26</b>	<b>50.715,38</b>	<b>5,23%</b>

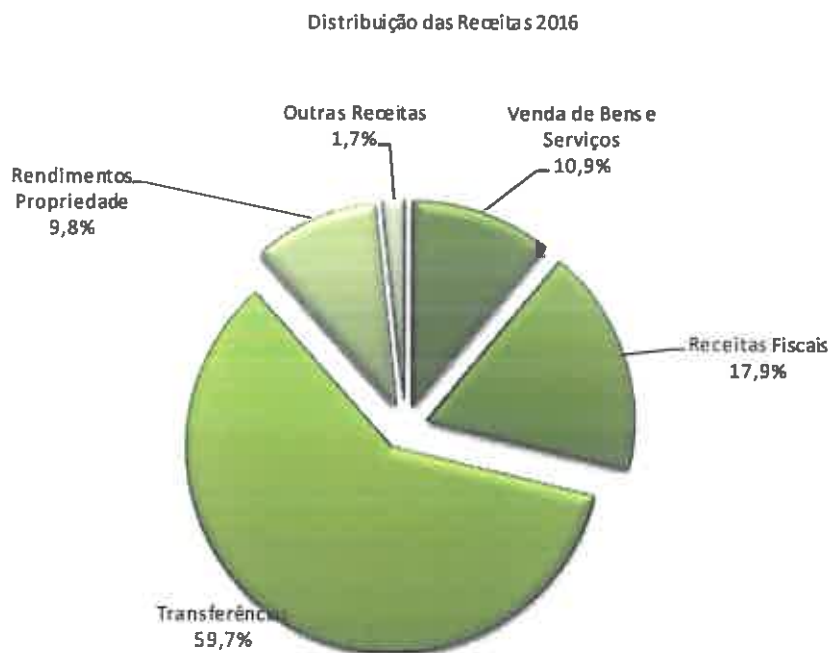
As Transferências de Capital totalizaram a importância de 983.629,89€, apresentando um aumento de 16.308,12€ (1,69%), face ao ano económico de 2015. Do total das Transferências de Capital, 579.519,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado. Os restantes 404.110,89€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

- 11.208,03€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Ampliação e infraestruturas na Zona Industrial da Relvinha”;
- 165.301,45€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Melhoria de tratamento de águas residuais nas localidades de Sarnadela, Saíl, Rochel e Folques e Cerdeira”;
- 129.651,21€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense”;
- 19.838,46€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Melhoria da eficiência energética da IP no Concelho de Arganil”;
- 8.607,78€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à Participação Comunitária no Projeto Cofinanciado: “Requalificação Paço Grande”;
- 11.358,98€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: “Parque Urbano do Prado”;

- 55.993,51€ do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP referentes à Participação no Projeto Cofinanciado: “Manutenção das galerias ripícolas – Ribeira da Mata da Margaraça e Ribeira de Folques”;
- 2.151,47€ a título de comparticipação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP’s).

As Outras receitas de Capital registaram um acréscimo de 890,95%, relativamente a 2015, valor pouco relativo em termos absoluto (29.286,55).

O gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2016:



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'RPA', 'AS', and 'Marta C']*

## Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respetivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2016 previa cobranças no valor global de 18.688.373,00€, contribuindo para esse montante: as receitas correntes com 11.561.414,00€ (62%), as receitas de capital com 5.761.311,51€ (31%) e outras receitas com 1.365.647,49€ (7%).

Os dados do Quadro seguinte mostram que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) atingiu o montante de 11.295.136,10€, tendo-se arrecadado 10.273.811,84€ de receitas correntes e 1.021.324,26€ de receitas de capital.

### Mapa Resumo da Execução Orçamental da Receita

	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Índice de cobrança
Receitas Correntes	11.561.414,00	10.273.811,84	-1.287.602,16	88,86%
Receitas de Capital	5.761.311,51	1.021.324,26	-4.739.987,25	17,73%
Reposições não Abatidas aos Pagamentos:	500,00	9.260,87	8.760,87	1852,17%
Saldo Gerência Anterior	1.365.147,49	1.365.147,49	0,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>12.669.544,46</b>	<b>-6.018.828,54</b>	<b>67,79%</b>

Daqui resulta que os maiores desvios ocorreram na cobrança de receitas de capital, fruto do baixo nível das receitas com origem na Venda de Bens de Investimento e Transferências de Capital (Sociedades e quase sociedades não financeiras e transferências de fundos comunitários).

No quadro abaixo está representada a evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2003 a 2016:

### Graus de Execução Orçamental da Receita

Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Corrente	91,46%	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	93,45%	90,04%	94,70%	96,88%	105,04%	104,25%	100,53%	88,86%
Receitas Capital	34,80%	31,09%	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%	58,16%	53,53%	61,78%	25,82%	23,82%	19,78%	17,73%
Receita Total	55,27%	54,24%	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%	70,07%	72,50%	79,02%	74,17%	81,70%	76,38%	67,79%

A taxa de execução da receita em 2016 foi 67,79% situando-se abaixo da verificada em 2015.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 88,86%, valor abaixo do registado no ano de 2015.

Os Impostos Diretos registaram uma taxa de execução de 88,29%. Desta receita destacam-se, pela negativa o Imposto Municipal sobre Imóveis que verificou uma diminuição de 164.822,57€ (-11,94%) e o



RPAS

Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis que registou uma diminuição de 22,11% (menos 45.448,31€), relativamente ao previsto.

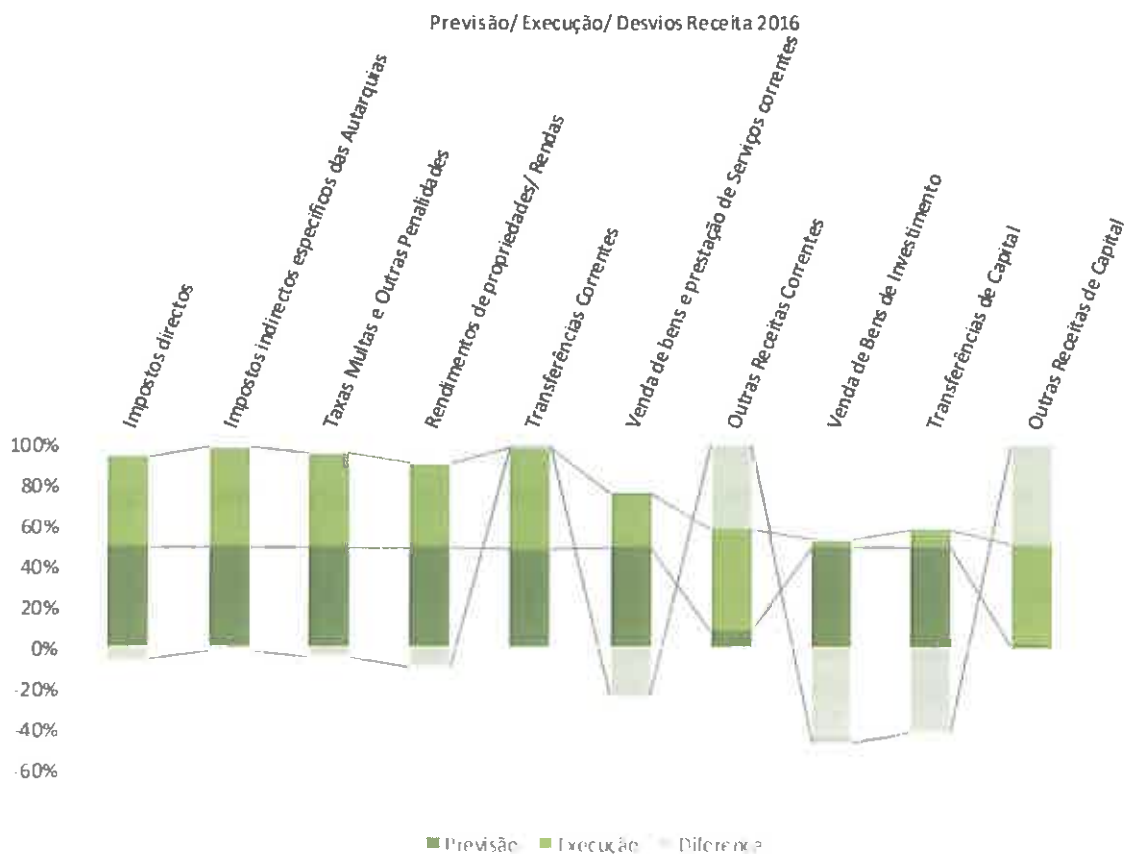
Em termos de receitas correntes apenas as Transferências Correntes e as Outras Receitas Correntes registaram taxas de execução acima dos 100%.

Quanto aos Rendimentos de Propriedade, cuja receita é constituída por: rendas de concessão, juros dos depósitos bancários, dividendos e rendas pagas pelos parques edíficos localizados dentro do perímetro do concelho de Arganil, sofreram em 2016 uma diminuição comparativamente a 2015. Em 2016 os Rendimentos de Propriedade representaram 8,7% de toda a receita arrecadada pelo Município de Arganil.

A Venda de Bens e Serviços registou uma execução na ordem dos 53%. Nesta rúbrica destaca-se o peso da Venda de água que representa 49% do total da rúbrica.

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de apenas 17,73%, para esta situação contribuíram os seguintes fatores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2016, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capitais previstas, relativas a obras comparticipadas e Mecenato.



Handwritten notes and signatures on the right margin, including 'RPAS' at the top and several illegible signatures below.

**Execução Orçamental das Receitas 2016**

Classificação da Receita	Previsão		Execução C	Desvios		Taxa de Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
<b>Impostos Directos</b>	<b>1.804.639,00</b>	<b>1.804.639,00</b>	<b>1.593.251,70</b>	<b>-211.387,30</b>	<b>-11,71%</b>	<b>88,29%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.379.969,00	1.379.969,00	1.215.146,43	-164.822,57	-11,94%	88,06%
Imp. Único de Circulação	219.086,00	219.086,00	217.969,58	-1.116,42	-0,51%	99,49%
IMT	205.584,00	205.584,00	160.135,69	-45.448,31	-22,11%	77,89%
<b>Impostos Indirectos Específicos das Autarquias</b>	<b>84.431,00</b>	<b>84.431,00</b>	<b>82.316,30</b>	<b>-2.114,70</b>	<b>-2,50%</b>	<b>97,50%</b>
Taxes	353.534,00	353.534,00	329.418,30	-24.115,70	-6,82%	93,18%
Multas e Outras Penalidades	28.586,00	28.586,00	19.212,21	-9.373,79	-32,79%	67,21%
<b>Rendimentos de Propriedades/ Rendas</b>	<b>1.361.789,00</b>	<b>1.361.789,00</b>	<b>1.109.183,99</b>	<b>-252.605,01</b>	<b>-18,55%</b>	<b>81,45%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>5.576.536,00</b>	<b>5.576.536,00</b>	<b>5.755.653,65</b>	<b>179.117,65</b>	<b>3,21%</b>	<b>103,21%</b>
Sociedades e quase sociedades não financeiras - privadas	500,00	500,00	0,00	-500,00	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.140.090,00	5.140.090,00	5.215.672,00	75.582,00	1,47%	101,47%
Fundo Social Municipal	265.482,00	265.482,00	265.482,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação fixa no IRS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Outras	15,00	15,00	43.638,55	43.623,55	290823,67%	290923,67%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	4.949,00	4.949,00	30.624,49	25.675,49	518,80%	618,80%
Serviços e Fundos Autónomos	140.000,00	140.000,00	135.340,59	-4.659,41	-3,33%	96,67%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot.						
Família Pol. Act. EFP	5.000,00	5.000,00	48.804,02	43.804,02	876,08%	976,08%
Segurança Social	20.000,00	20.000,00	16.092,00	-3.908,00	-19,54%	80,46%
Famílias	500,00	500,00	0,00	-500,00	-100,00%	0,00%
<b>Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes</b>	<b>2.324.450,00</b>	<b>2.324.450,00</b>	<b>1.227.391,21</b>	<b>-1.097.058,79</b>	<b>-47,20%</b>	<b>52,80%</b>
Outras Receltas Correntes	27.449,00	27.449,00	157.384,48	129.935,48	473,37%	573,37%
<b>Total Receltas Correntes</b>	<b>11.561.414,00</b>	<b>11.561.414,00</b>	<b>10.273.811,84</b>	<b>-1.287.602,16</b>	<b>-11,14%</b>	<b>88,86%</b>
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	<b>80.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>5.120,71</b>	<b>-74.879,29</b>	<b>-93,60%</b>	<b>6,40%</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>7.045.459,00</b>	<b>5.680.311,51</b>	<b>983.629,89</b>	<b>-4.696.681,62</b>	<b>-82,68%</b>	<b>17,32%</b>
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	3.172.000,00	1.806.852,51	0,00	-1.806.852,51	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	571.121,00	571.121,00	579.519,00	8.398,00	1,47%	101,47%
Outras	10,00	10,00	0,00	-10,00	-100,00%	0,00%
Estado - Partic. Comunitária						
projetos Co-financiados	3.153.823,00	3.153.823,00	401.959,42	-2.751.863,58	-87,25%	12,75%
Administração Local	88.500,00	88.500,00	2.151,47	-86.348,53	-97,57%	2,43%
Instituições sem Fins						
Lucrativos	60.000,00	60.000,00	0,00	-60.000,00	-100,00%	0,00%
Famílias	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,00%	0,00%
<b>Outras Receltas de Capital</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>32.573,66</b>	<b>31.573,66</b>	<b>0,00%</b>	<b>3257,37%</b>
<b>Total Receltas de Capital</b>	<b>7.126.459,00</b>	<b>5.761.311,51</b>	<b>1.021.324,26</b>	<b>-4.739.987,25</b>	<b>-82,27%</b>	<b>17,73%</b>
<b>Total Reposições não Abatidas nos Pagamentos</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>9.260,87</b>	<b>8.760,87</b>	<b>1752,17%</b>	<b>1852,17%</b>
Saldo Gerência Anterior	0,00	1.365.147,49	1.365.147,49	0,00	0,00%	100,00%
<b>Total das Receltas</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>12.669.544,46</b>	<b>-6.018.828,54</b>	<b>-32,21%</b>	<b>67,79%</b>

**Saldo de Gerência Anterior**

O Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), dispõe na alínea e) do ponto 3.1.1, que a receita orçamental terá que cobrir a despesa orçamental, decorrendo daqui que a receita anual arrecadada terá que ser maior ou igual à despesa paga do ano. Deste modo, todos os anos deverá existir um excesso ou igualdade de receita em relação à despesa, e consequentemente um saldo orçamental (positivo ou nulo), que transita para o ano seguinte, e acresce ao do ano anterior, com a designação de Saldo da Gerência Anterior, podendo apenas ser contabilizado como receita orçamental, e consequentemente utilizado para liquidar despesa, no ano seguinte mediante a realização de uma revisão orçamental.

O Município de Arganil realizou em 2016, duas revisões orçamentais. A primeira com vista a poder utilizar a poupança orçamental acumulada (Saldo da Gerência Anterior), para realizar pagamentos e incorporar esse mesmo valor nos Fundos Disponíveis, que totalizava 1.365.147,49€, conforme consta nos

documentos aprovados de Prestação de Contas do exercício de 2015. A segunda foi efetuada de modo a integrar no PPI o projeto da Requalificação do Espaço Urbano Público da Vila de Arganil.

RPAS  
A  
B  
C  
D  
E  
F  
G  
H  
I  
J  
K  
L  
M  
N  
O  
P  
Q  
R  
S  
T  
U  
V  
W  
X  
Y  
Z

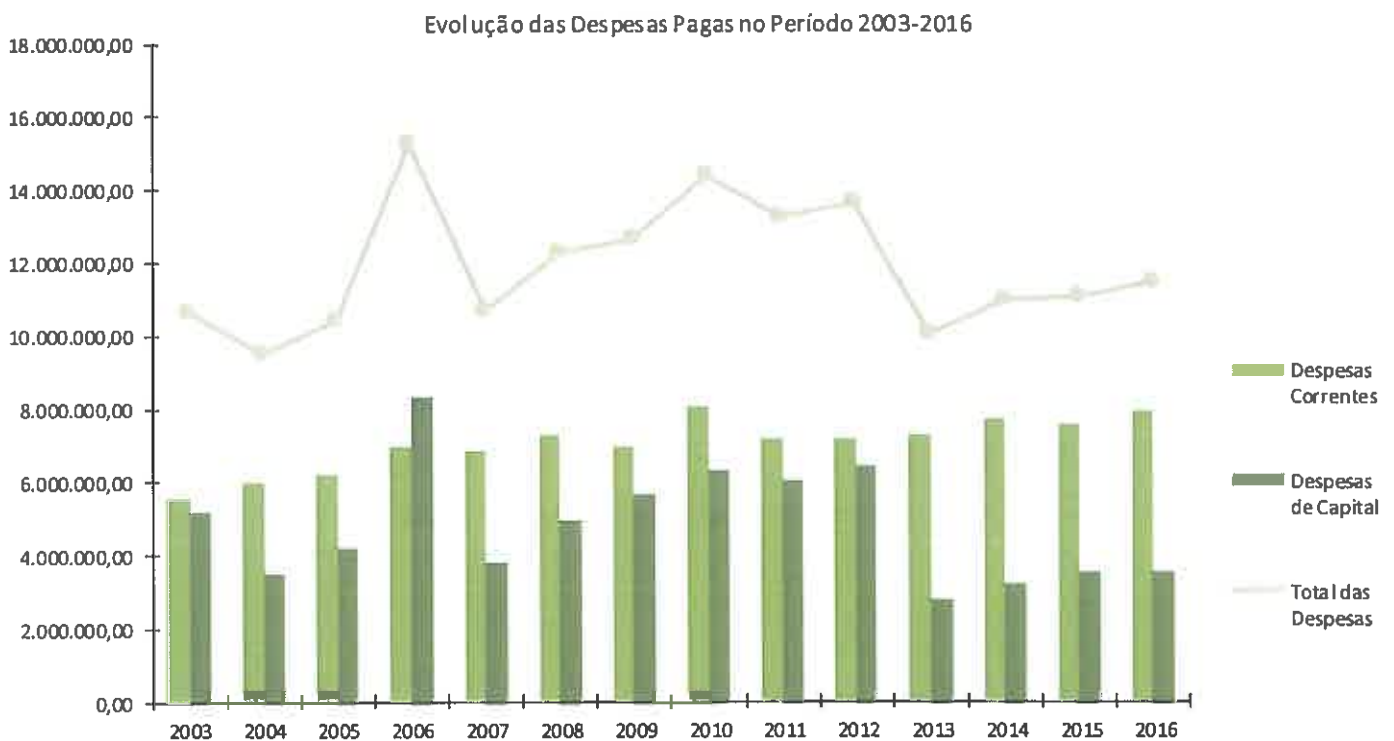
### 4.3 Despesa

#### Estrutura e Evolução

A Despesa Global do Município de Arganil totalizou, em 2016 11.454.903,49€, comparando com o valor do ano anterior de 11.087.001,96€, representa um acréscimo de 3%.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

No período 2003-2016, registou-se alguma variação no comportamento da despesa. Verifica-se que os picos de despesa ocorreram nos anos de contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro (2006 e 2010).



Da despesa total paga, 7.939.712,44€ (69%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 3.515.191,05 (31%) correspondem a despesas de capital.

Município de Arganil  
Relatório de Gestão - 2016

Evolução das Despesas Municipais pagas no período de 2012 a 2016

Designação	2012		2013		2014		2015		2016		Var 2015/2016		
	Valor	% global	Valor	% global	Valor	% global	Valor	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	%
<b>Total da Despesa Corrente</b>	<b>7.196.003,05</b>	<b>52,81%</b>	<b>7.280.083,95</b>	<b>72,38%</b>	<b>7.744.409,68</b>	<b>70,60%</b>	<b>7.571.554,13</b>	<b>68,29%</b>	<b>7.939.712,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>69,31%</b>	<b>368.158,31</b>	<b>4,86%</b>
Pessoal	3.255.283,62	23,89%	3.422.796,36	34,03%	3.346.504,89	30,51%	3.224.675,71	29,09%	3.196.343,31	40,26%	27,90%	-28.332,40	-0,88%
Aquisição de Bens e Serviços	2.950.747,92	21,66%	2.940.637,07	29,24%	3.275.958,46	29,87%	3.162.890,01	28,53%	3.382.217,96	42,60%	29,53%	219.327,95	6,93%
Juros e Outros Encargos	171.906,91	1,26%	92.457,50	0,92%	107.397,75	0,98%	59.393,09	0,54%	43.153,02	0,54%	0,38%	-16.240,07	-27,34%
Transferências Correntes	457.669,78	3,36%	525.787,11	5,23%	671.495,72	6,12%	717.960,12	6,48%	832.483,88	10,49%	7,27%	114.523,76	15,95%
Outras Despesas Correntes	360.394,82	2,64%	298.405,81	2,97%	343.052,86	3,13%	406.635,20	3,67%	485.514,27	6,12%	4,24%	78.879,07	19,40%
<b>Total da Despesa de Capital</b>	<b>6.429.743,58</b>	<b>47,19%</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>27,62%</b>	<b>3.224.460,30</b>	<b>29,40%</b>	<b>3.515.447,83</b>	<b>31,71%</b>	<b>3.515.191,05</b>	<b>100,00%</b>	<b>30,69%</b>	<b>-256,78</b>	<b>-0,01%</b>
Aquisição de Bens de Capital	5.491.895,86	40,31%	1.406.213,47	13,98%	1.547.075,25	14,10%	1.771.871,47	15,98%	1.887.538,28	53,70%	16,48%	115.666,81	6,53%
Transferências de Capital	416.095,69	3,05%	621.763,72	6,18%	700.077,43	6,38%	614.988,34	5,55%	657.523,80	18,71%	5,74%	42.535,46	6,92%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	161.252,00	1,45%	0,00	0,00%	0,00%	-161.252,00	-100,00%
Passivos Financeiros	521.752,03	3,83%	749.529,43	7,45%	977.307,62	8,91%	967.336,02	8,72%	964.219,87	27,43%	8,42%	-3.116,15	-0,32%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	5.909,10	0,17%	0,05%	5.909,10	-
<b>Total das Despesas</b>	<b>13.625.746,63</b>		<b>10.057.590,47</b>		<b>10.968.869,98</b>		<b>11.087.001,96</b>		<b>11.454.903,49</b>			<b>367.901,53</b>	<b>3,32%</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: *RPMS*  
 - Middle right: *37/89*  
 - Bottom right: *Handwritten signature*

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2013 a 2016:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2013 a 2016

Designação	2013	2014	2015	2016	Var. 15/16	Var. 15/16
					Valor	%
<b>1. Despesas com Pessoal</b>	<b>3.422.796,36</b>	<b>3.346.504,89</b>	<b>3.224.675,71</b>	<b>3.196.343,31</b>	<b>-28.332,40</b>	<b>-0,88%</b>
Remunerações certas e permanentes	2.667.212,34	2.514.209,88	2.371.727,68	2.395.026,91	23.299,23	0,98%
Abonos variáveis ou eventuais	88.205,38	76.614,21	154.176,05	88.647,01	-65.529,04	-42,50%
Segurança social	667.378,64	755.680,80	698.771,98	712.669,39	13.897,41	1,99%
<b>2. Aquisição de Bens</b>	<b>524.189,62</b>	<b>561.391,92</b>	<b>526.424,27</b>	<b>519.978,64</b>	<b>-6.445,63</b>	<b>-1,22%</b>
Matérias-primas e subsidiárias	16.370,01	32.586,43	32.242,39	20.883,08	-11.359,31	-35,23%
Combustíveis e lubrificantes	252.070,45	231.042,53	200.617,88	201.770,08	1.152,20	0,57%
Munições, explosivos e artifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Limpeza e higiene	8.373,06	10.667,07	8.595,77	9.240,70	644,93	7,50%
Alimentação-Refeições confeccionadas	121.233,53	111.272,07	135.106,67	126.182,80	-8.923,87	-6,61%
Alimentação-Géneros para confeccionar	503,12	1.399,93	1.816,94	0,00	-1.816,94	-100,00%
Vestuário e artigos pessoais	930,88	26.471,75	8.441,10	11.945,33	3.504,23	41,51%
Material de escritório	11.222,57	12.356,11	12.237,64	12.189,94	-47,70	-0,39%
Material de consumo clínico	73,49	506,35	1.353,69	15.484,86	14.131,17	1043,90%
Material de transporte-Peças	33.942,25	57.081,68	43.476,70	40.802,92	-2.673,78	-6,15%
Material de consumo hoteleiro	1.626,21	899,42	1.341,86	40,48	-1.301,38	-96,98%
Outro material-Peças	11.585,53	22.934,92	29.317,12	29.710,61	393,49	1,34%
Prémios, condecorações e ofertas	7.750,28	5.644,47	7.544,97	14.464,90	6.919,93	91,72%
Ferramentas e utensílios	1.300,99	3.299,15	2.882,16	4.188,91	1.306,75	45,34%
Livros e documentação técnica	1.077,84	1.020,00	965,23	461,46	-503,77	-52,19%
Artigos honoríficos e de decoração	102,88	454,76	239,44	232,96	-6,48	-2,71%
Material de educação, cultura e recreio	6.286,20	9.229,50	9.986,85	10.936,22	949,37	9,51%
Outros bens	49.740,33	34.585,78	30.257,86	21.443,39	-8.814,47	-29,13%
<b>3. Aquisição de Serviços</b>	<b>2.416.447,45</b>	<b>2.714.566,54</b>	<b>2.636.465,74</b>	<b>2.862.239,32</b>	<b>225.773,58</b>	<b>8,56%</b>
Encargos das instalações	971.738,84	1.031.036,85	1.063.177,36	1.048.500,88	-14.676,48	-1,38%
Conservação de bens	33.645,76	39.230,33	36.005,66	47.106,39	11.100,73	30,83%
Comunicações	102.992,95	122.949,97	115.236,65	106.011,32	-9.225,33	-8,01%
Transportes	557.846,39	519.614,19	577.285,55	578.951,67	1.666,12	0,29%
Representação dos serviços	2.048,16	2.408,17	3.581,43	2.857,01	-724,42	-20,23%
Seguros	109.099,27	81.093,13	69.422,05	89.942,74	20.520,69	29,56%
Deslocações e estadas	0,00	0,00	0,00	409,00	409,00	-
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	27.847,20	52.330,98	47.316,87	50.718,34	3.401,47	7,19%
Formação	1.840,00	21.531,39	6.395,50	4.709,11	-1.686,39	-26,37%
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Publicidade	16.318,08	22.116,59	27.344,64	27.593,70	249,06	0,91%
Vigilância e segurança	3.684,24	3.348,14	3.605,12	4.511,02	905,90	25,13%
Assistência técnica	16.793,89	32.693,61	35.865,56	47.484,01	11.618,45	32,39%
Outros trabalhos especializados	372.993,62	481.140,95	434.063,92	611.007,05	176.943,13	40,76%
Serviços de saúde	5.476,58	4.733,94	4.187,75	4.776,62	588,87	14,06%
Encargos de cobrança de receitas	76.869,79	74.854,63	78.595,23	76.161,56	-2.433,67	-3,10%
Outros serviços	117.252,68	225.483,67	134.382,45	161.498,90	27.116,45	20,18%
<b>4. Juros e Outros Encargos</b>	<b>92.457,50</b>	<b>107.397,75</b>	<b>59.393,09</b>	<b>43.153,02</b>	<b>-16.240,07</b>	<b>-27,34%</b>
Empréstimos de médio e longo prazos	92.440,78	82.481,29	59.129,89	43.153,02	-15.976,87	-27,02%
Outros juros	16,72	24.916,46	263,20	0,00	-263,20	-100,00%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>5. Transferências Correntes</b>	<b>525.787,11</b>	<b>671.495,72</b>	<b>717.960,12</b>	<b>832.483,88</b>	<b>114.523,76</b>	<b>15,95%</b>
Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	1.904,91	0,00	0,00	0,00	-
Estado	5.628,00	5.460,00	5.700,00	11.343,72	5.643,72	99,01%
Freguesias	138.897,17	188.508,12	197.736,99	225.277,85	27.540,86	13,93%
Associações de municípios	4.756,00	8.717,39	8.717,39	16.221,41	7.504,02	86,08%
Instituições sem fins lucrativos	311.972,73	352.837,14	366.838,00	426.572,86	59.734,86	16,28%
Famílias	64.533,21	114.068,16	138.967,74	153.068,04	14.100,30	10,15%
<b>6. Outras Despesas Correntes</b>	<b>298.405,81</b>	<b>343.052,86</b>	<b>406.635,20</b>	<b>485.514,27</b>	<b>78.879,07</b>	<b>19,40%</b>
Impostos e taxas	11.354,67	7.724,68	16.332,20	26.070,14	9.737,94	59,62%
Outras	287.051,14	335.328,18	390.303,00	459.444,13	69.141,13	17,71%
<b>Total</b>	<b>7.280.083,85</b>	<b>7.744.409,68</b>	<b>7.571.554,13</b>	<b>7.939.712,44</b>	<b>368.158,31</b>	<b>4,86%</b>

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 40% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 83% da despesa corrente paga.

No ano de 2016, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.196.343,31€, apresentando uma diminuição relativamente a 2015 de 28.332,40€ (-0,88%). Esta redução resultou sobretudo da diminuição dos montantes pagos a título de abonos variáveis ou eventuais (diminuição do valor pago a título de indemnizações por cessação de contrato ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo nas Autarquias Locais – Portaria 209/2014, de 13/10).

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior significado são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como “ADSE”. Quanto a esta matéria, é de referir que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas. A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuados em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município.

O agregado Aquisição de Bens e registou uma diminuição pouco significativa, no valor de 6.445,63€. Esta diminuição decorre sobretudo da diminuição da rubrica de matérias primas e subsidiárias e da rubrica das refeições confeccionadas.

Relativamente à aquisição de serviços registou-se um aumento da despesa paga, determinada essencialmente pelo aumento da rubrica dos outros trabalhos especializados. Nesta rubrica destacam-se os montantes pagos às Águas do Centro Litoral e à ERSUC no valor total de 528.924,09€.

Dos valores pagos nestas rubricas além dos já referidos rubricas destacam-se os encargos com instalações (eletricidade, principalmente), comunicações e transportes.

Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada uma redução neste agregado no valor de 16.240,07€ (-27,34%), relativamente a 2015.

As Transferências Correntes totalizaram mais 114.523,76€ (15,95%) do que no ano anterior.

Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam as transferências efetuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, Juntas de Freguesia, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

A rubrica “Outras Despesas Correntes” que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont’Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou um aumento de 19,40% relativamente ao ano de 2015.

O gráfico seguinte ilustra a estrutura da despesa corrente no ano de 2015 e 2016.



Como é possível verificar do gráfico supra a estrutura da despesa corrente manteve-se relativamente constante.

Da observação do Quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou um aumento, em termos homólogos, de 0,02%.

Na Aquisição de Bens de capital as componentes de maior expressão são as inseridas na rúbrica Construções Diversas, e dentro destas a Viação Rural, onde estão incluídas as obras de infraestruturização viária do concelho, e Viadutos Arruamentos e Obras Complementares.

Na rúbrica de maquinaria e equipamento destaca-se o valor do equipamento básico consequência da aquisição, durante o ano de 2016, de uma máquina giratória de rastos.

As transferências de capital, onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia relativas a contratos de delegação de competências e contratos programa, registaram um aumento relativamente a 2015, na ordem dos 6,92%.

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2016, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 964.219,87€.

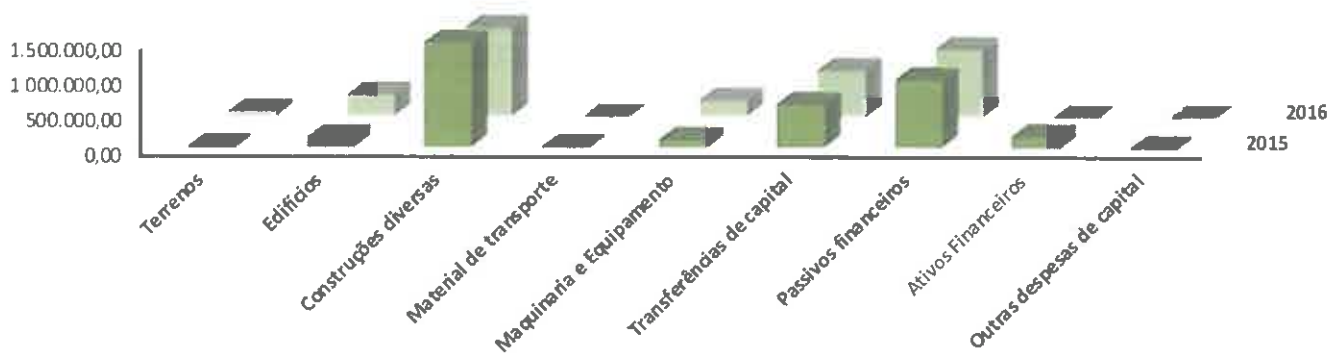


Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2013 a 2015

Designação	2013	2014	2015	2016	Var. 15/16	
					Valor	%
1. Terrenos	23.677,00	72.500,00	12.132,50	77.574,47	65.441,97	539,39%
2. Edifícios	366.655,97	28.601,85	144.229,92	316.947,70	172.717,78	119,75%
Instalações de serviços	17.964,77	28.601,85	135.331,22	271.255,12	135.923,90	100,44%
Instalações desportivas e recreativas	288.013,83	0,00	6.598,91	20.077,83	13.478,92	-
Escolas	60.677,37	0,00	2.299,79	25.614,75	23.314,96	-
3. Construções diversas	674.397,03	1.250.731,80	1.488.421,76	1.258.898,06	-229.523,70	-15,42%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	87.445,08	216.495,76	283.965,67	17.758,19	-266.207,48	-93,75%
Sistemas de drenagem de águas residuais	26.262,39	16.380,03	33.795,53	19.624,84	-14.170,69	-41,93%
Estações de tratamento de águas residuais	82.361,86	192.469,66	96.305,92	13.099,50	-83.206,42	-86,40%
Iluminação pública	6.544,46	5.956,81	58.124,37		-58.124,37	-100,00%
Instalações desportivas e recreativas	145,83	608,85	3.137,00	9.922,12	6.785,12	216,29%
Captação e distribuição de água	28.305,67	35.658,56	47.959,69	54.715,93	6.756,24	14,09%
Viação rural	595.814,08	575.530,75	723.744,67	1.086.469,70	362.725,03	50,12%
Sinalização e trânsito	12.609,42	13.295,67	40.177,86	6.501,34	-33.676,52	-83,82%
Cemitérios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outros	34.908,24	194.335,71	201.211,05	50.806,44	-150.404,61	-74,75%
4. Material de transporte	0,00	3.285,82	17.841,94	2.508,71	-15.333,23	-85,94%
5. Maquinaria e Equipamento	141.483,47	191.955,78	108.345,35	231.609,34	123.263,99	113,77%
Equipamento/ Software Informática	45.572,31	38.604,76	41.789,25	21.459,97	-20.329,28	-48,65%
Equipamento administrativo	16.317,82	78.302,45	2.856,93	11.295,81	8.438,88	295,38%
Equipamento básico	64.363,56	73.132,55	61.579,57	196.785,20	135.205,63	219,56%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Obj. valor	15.229,78	1.916,02	2.119,60	2.068,36	-51,24	-2,42%
6. Investimentos Incorpóreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
7. Transferências de capital	621.763,72	700.077,43	614.988,34	657.523,80	42.535,46	6,92%
Sociedades e quase sociedades não financeiras				11.448,42	11.448,42	-
Freguesias	544.263,72	579.077,43	532.722,60	554.464,94	21.742,34	4,08%
Instituições sem fins lucrativos	77.500,00	121.000,00	82.265,74	91.610,44	9.344,70	11,36%
8. Passivos financeiros	749.529,43	977.307,62	967.336,02	964.219,87	-3.116,15	-0,32%
9. Ativos financeiros	0,00	0,00	161.252,00	0,00	-161.252,00	-
10. Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	5.909,10	5.909,10	-
<b>Total</b>	<b>2.777.506,62</b>	<b>3.224.460,30</b>	<b>3.514.547,83</b>	<b>3.515.191,05</b>	<b>643,22</b>	<b>0,02%</b>

O Gráfico seguinte ilustra a estrutura da despesa de capital nos anos 2015 e 2016.

Estrutura da despesa de capital 2015/2016



Como já supra referido, na rubrica de transferências de capital, com um peso de 9,7% no total das despesas de capital, estão incluídos os contratos programa celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante pago de 461.722,26€ (341.236,33€ pago em 2015 os restantes 120.485,93€ pagos em anos anteriores), discriminado no seguinte quadro:

Contratos Programa - 2016

Entidade	Objeto	Ano do Contrato	Valor Total	Valor Pago	Valor em Dívida em 31/12/2016
Freguesia de Arganil	Obras de pavimentação de dois arruamentos na Vila de Arganil	2015	25.000,00	12.500,00	12.500,00
	Calçamento da rua dos Mármoreos	2016	20.000,00	20.000,00	0,00
	Requalificação do Largo Porfino dos Santos	2016	16.661,21	8.330,61	8.330,60
União das Freguesias de Côja e Barril de Alva	Reparação da Rua Luís Gouveia, no Barril de Alva. Execução de pavimento em asfalto betuminoso na rua que liga o Mercado Velho à Coutada, regularização de pavimento em cubo de granito na zona do Mercado Velho e execução de pavimento em asfalto betuminoso na rua que liga Outeiro às Covadas de Baixo. Execução de muro de suporte na estrada do Vale do Carro/ Escuiça.	2015	22.909,25	11.454,63	11.454,62
	Aquisição de antiga cerâmica progresso, pavimentação da rua Alberto Bernardo Simões (Barril de Alva) e Execução de conduta de águas pluviais do Bairro Social até à ligação Côja- Barril de Alva	2016	17.305,00	17.305,00	0,00
	Trabalhos de silvicultura preventiva	2016	5.000,00	5.000,00	0,00
Freguesia da Benfelta	Prolongamento do Parque do Prado até à Foz da Ribeira da Mata	2016	21.000,00	10.500,00	10.500,00
	Criação de solução de estacionamento na aldeia do xisto da benfelta	2015	20.000,00	14.000,00	6.000,00
	Requalificação da antiga escola primária da Benfelta	2016	27.242,00	13.621,00	13.621,00
Freguesia de Celavisa	Trabalhos de silvicultura preventiva	2016	2.602,80	2.602,80	0,00
	Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madeira - 2ª fase	2014	9.689,16	4.844,58	4.844,58
	Construção de zona de lazer e represa do Vale da Madeira - 3ª fase	2015	16.790,91	8.395,45	8.395,46
União das Freguesias de Cepos e Teixeira	Construção de muros de suporte na ligação Celavisa/Sequeiros e no acesso ao Caratão, reparação de caminho público em Linhares e limpeza, reparação e alargamento de caminho florestal em Pracernas	2016	9.000,00	4.500,00	4.500,00
	Requalificação do Largo Tenente Falcão-1ª Fase	2013	6.540,58	3.270,29	3.270,29
	Requalificação do Largo Tenente Falcão-2ª Fase	2013	6.540,58	1.308,12	5.232,46
União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	Remodelação da rede de abastecimento de água de Água d'Alte. construção de depósito de água de 60000 L (Água d'Alte)	2013	17.500,00	8.750,00	8.750,00
	Requalificação de rua na localidade de Relvas	2015	13.125,00	13.125,00	0,00
	Remodelação da rede de abastecimento de água (Casal Novo)	2015	17.500,00	17.500,00	0,00
Freguesia de Folques	Trabalhos de silvicultura preventiva	2016	4.386,00	4.386,00	0,00
	Construção de sanitários públicos (Teixeira) e de 1 Bungalow (Cepos)	2016	20.000,00	10.000,00	10.000,00
	Trabalhos de Silvicultura Preventiva		3.147,07	3.147,07	0,00
Freguesia de Piódão	Colocação de sinalética na freguesias	2015	14.199,10	14.199,10	0,00
	Requalificação da sede da União de Freguesias		6.500,00	6.500,00	0,00
	Instalação de vedação no largo principal de Salgueiro	2012	4.000,00	1.000,00	3.000,00
Freguesia de Pomares	Construção de passeios pedonais, arrelvamento e sistema de rega e vedação na envolvente ao parque de lazer da Ponte Nova	2014	9.865,95	4.932,98	4.932,97
	Construção de passeios pedonais, arrelvamento e sistema de rega e vedação na envolvente ao parque de lazer da Ponte Nova - 2.ª fase	2014	9.865,95	4.932,98	4.932,97
	Remoção de alcatrão e construção de calçada entre a rua José Simões Gouveia e o largo da capela das almas em Folques	2015	8.963,36	4.481,68	4.481,68
Freguesia de Pomares	Construção de muro de suporte à estrada do Bocado	2015	11.335,38	11.335,38	0,00
	Calçamento da rua de Cima e rua de Santiago em Póvoa de Folques	2015	11.426,80	5.713,40	5.713,40
	Construção de Polidesportivo	2016	15.000,00	7.500,00	7.500,00
Freguesia de Pomares	Sinalética na Freguesia	2016	8.077,42	4.038,71	4.038,71
	Trabalhos de silvicultura preventiva		3.988,30	3.988,30	0,00
	Requalificação da Escola EB1 da Malhada Chã e construção de ponte de acesso ao Centro de Dia (Piódão)	2016	26.000,00	13.000,00	13.000,00
Freguesia de Pomares	Requalificação do edifício da junta de freguesia e construção de muro de suporte junto à ribeira	2014	8.500,00	4.250,00	4.250,00
	Requalificação da calçada das lameiras às casas cimeiras (calçamento) e alargamento da cozinha do bar do parque de merendas	2015	8.480,00	8.480,00	0,00
	Beneficiação da praia fluvial e calçamento de rua, em Sobral Gordo	2015	11.275,00	11.275,00	0,00
Freguesia de Pomares	Trabalhos de silvicultura preventiva	2016	5.000,00	2.500,00	2.500,00
	Abastecimento de água aos fontanários, requalificação do parque infantil, beneficiação do Largo da Eira (Portelinha) e reconstrução de muro (Portelinha)	2016	9.879,20	4.939,60	4.939,60
	Req. Calçada do Torrão e da Rua de acesso ao Centro de Dia de Pomares e Reconstrução de muro de suporte no caminho denominado Machoa, no Casal da Portelinha	2016	10.000,00	5.000,00	5.000,00
Freguesia de Pombeiro da Beira	Trabalhos de silvicultura preventiva		4.930,00	4.930,00	0,00
	Calçamento travessa das Carvalhas e parte da rua da Liberdade - Murganheira	2016	22.000,00	22.000,00	0,00
	Arranjo das valetas em Póvoa da Rainha santa, Bufalhão e Picadouro		16.784,64	16.784,64	0,00
Freguesia de S.M. Cortiça	Aquisição de terreno para a feira franca		2.000,00	2.000,00	0,00
	Requalificação da Fonte da Urgueira e seus acessos	2016	14.046,00	7.023,00	7.023,00
	Trabalhos de silvicultura preventiva		3.470,00	3.470,00	0,00
Freguesia de Sarzedo	Calçamento de Rua de acesso à Igreja - 1.ª Fase	2013	12.759,75	6.379,88	6.379,87
	Calçamento de Rua de acesso à Igreja - 2.ª Fase	2013	12.759,75	12.759,75	0,00
	Construção de museu -3ª fase	2016	20.000,00	10.000,00	10.000,00
Freguesia de Secariz	Trabalhos de silvicultura preventiva	2016	1.031,90	1.031,90	0,00
	Melhoramentos na praia fluvial da Cascalheira e proteção da linha de água no Largo Antonino dos Santos	2016	18.442,09	18.442,09	0,00
	Requalificação do Largo das Eiras (Anseriz) - 2ª Fase	2015	13.309,71	13.309,71	0,00
União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	Trabalhos de silvicultura preventiva	2016	1.000,00	1.000,00	0,00
	Requalificação das antigas cavalariças do convento e reconversão na loja das aldeias do xisto - 1ª fase	2016	20.000,00	20.000,00	0,00
	Requalificação das antigas cavalariças do convento e reconversão na loja das aldeias do xisto 2ª fase e construção de muro de acesso às Relvas (Anseriz)	2016	19.967,22	9.983,61	9.983,61
		Total	666.797,08	461.722,26	205.074,82



## Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2016 ascendeu a 18.688.373,00€, dos quais 9.302.647,00€ são afetos a despesas correntes (50%) e 9.385.726,00€ (50%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 11.454.903,49€, sendo 7.939.712,44€ (69,31%) despesas de natureza corrente e 3.515.191,05€ (30,69%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 7.233.469,51€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 61,29%.

As despesas correntes contribuirão mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 85,35%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 37,45%.

### Mapa resumo da execução orçamental da despesa

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa corrente	9.302.647,00	7.939.712,44	-1.362.934,56	85,35%
Despesa capital	9.385.726,00	3.515.191,05	-5.870.534,95	37,45%
<b>Total</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>11.454.903,49</b>	<b>-7.233.469,51</b>	<b>61,29%</b>

O quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2004 a 2016.

### Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa Corrente	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%	87,57%	86,48%	84,99%	88,61%	83,95%	85,35%
Despesa de Capital	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%	62,44%	68,52%	42,68%	52,83%	48,45%	37,45%
Despesa Total	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%	73,94%	76,96%	66,72%	73,90%	68,12%	61,29%

Do quadro anterior podemos aferir que a taxa de execução da despesa de 2016 foi mais baixa do que a verificada em 2015 e em 2014.

Os Quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da Despesa.

Como tem acontecido em todos os anos, atendendo à respetiva natureza, o agregado despesas com Pessoal apresentou um índice de execução elevado (93,34%).

Da leitura dos Quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçamentado (-957.082,04€).

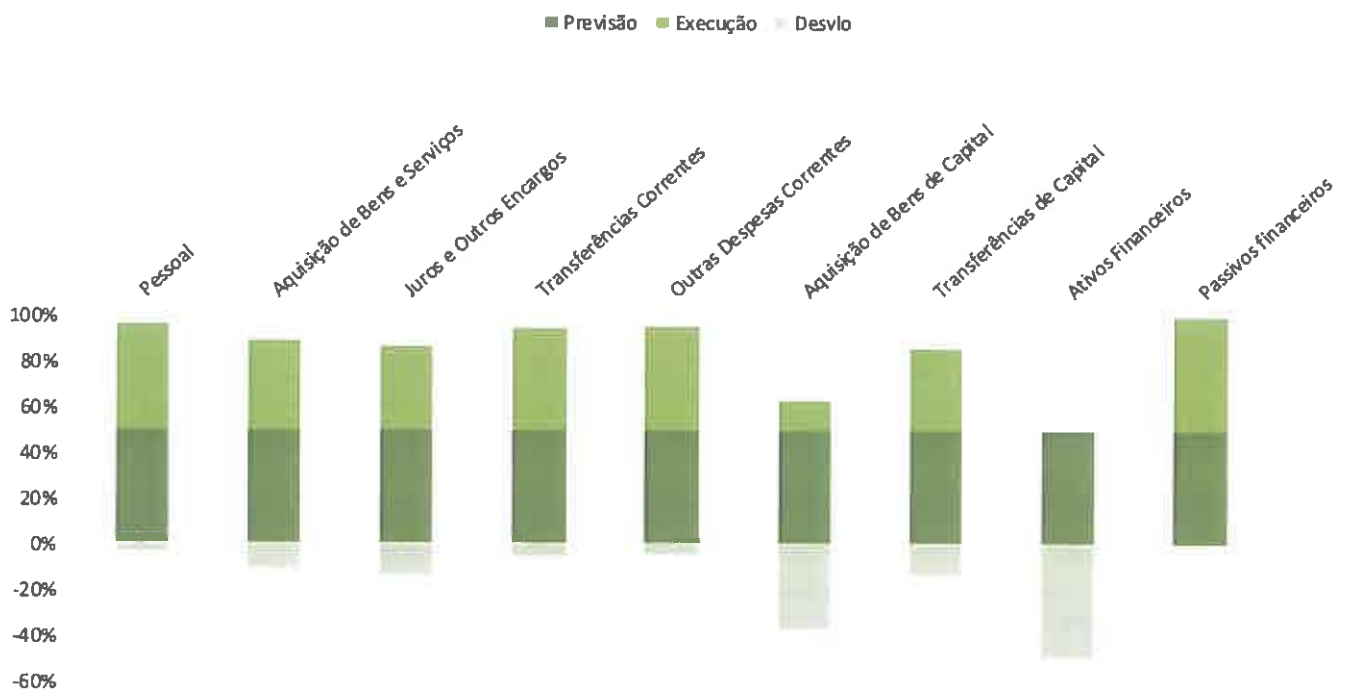
No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respetivo valor pago totalizou menos 5.870.534,95€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projetos nomeadamente: Requalificação da EB1 do Sarzedo, ETAR's/ Estações Elevatórias do Concelho, Investimento do Sistema em Alta (águas), Museu Internacional do Rally, Casa das Coletividades entre outras, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

**Execução Orçamental da Despesa 2016**

	Inicial	Orçamento Final	Variação	Valor Executado	Desvio	%
<b>Despesa</b>						
01 - Despesas com pessoal	3.644.987,00	3.424.287,00	220.700,00	3.196.343,31	-227.943,69	93,34%
02 - Aquisição de bens e serviços	4.237.800,00	4.339.300,00	-101.500,00	3.382.217,96	-957.082,04	77,94%
03 - Juros e outros encargos	75.000,00	59.500,00	15.500,00	43.153,02	-16.346,98	72,53%
04 - Transferências correntes	930.860,00	940.060,00	-9.200,00	832.483,88	-107.576,12	88,56%
06 - Outras despesas correntes	414.000,00	539.500,00	-125.500,00	485.514,27	-53.985,73	89,99%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>9.302.647,00</b>	<b>9.302.647,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.939.712,44</b>	<b>-1.362.934,56</b>	<b>85,35%</b>
07 - Aquisição de bens de capital	7.603.100,00	7.407.100,00	196.000,00	1.887.538,28	-5.519.561,72	25,48%
08 - Transferências de capital	717.000,00	913.000,00	-196.000,00	657.523,80	-255.476,20	72,02%
09 - Ativos Financeiros	80.626,00	80.626,00	0,00	0,00	-80.626,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	965.000,00	965.000,00	0,00	964.219,87	-780,13	99,92%
11 - Outras Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	5.909,10	-14.090,90	29,55%
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>9.385.726,00</b>	<b>9.385.726,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.515.191,05</b>	<b>-5.870.534,95</b>	<b>37,45%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.454.903,49</b>	<b>-7.233.469,51</b>	<b>61,29%</b>

Previsão/ execução e desvio despesas 2016



### Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2016, estimaram-se inicialmente em 13.303.186,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 13.315.886,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 48,87%, sendo que, 24,67% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 81,57% às Atividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

#### Grau de Execução das GOP's

Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	7.847.700,00	7.651.700,00	1.887.538,28	24,67%
Actividades Mais Relevantes	5.455.486,00	5.664.186,00	4.620.425,41	81,57%
<b>Total</b>	<b>13.303.186,00</b>	<b>13.315.886,00</b>	<b>6.507.963,69</b>	<b>48,87%</b>

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projetos:

#### Projectos das GOP's

Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2016 mais valores realizados em anos anteriores e não pagos	Realizado Total	Pago em 2016	Pago Total
<b>Projectos do PPI</b>					
Beneficiação Ligação Murganheira - Chapinheira		261.235,45	261.235,45	261.235,45	261.235,45
Beneficiação Ligação Benfelta - Mata da Margaraça	0,00	166.729,22	166.729,22	166.729,22	166.729,22
Ligação Selada das Eiras Cepos	0,00	129.185,38	129.185,38	129.185,38	129.185,38
Requalificação Rede Viária Municipal	3.674.783,55	208.241,01	3.883.024,56	208.241,01	3.883.024,56
Beneficiação Ligação Agroal - Sobral Magro - EM 508		211.548,17	211.548,17	211.548,17	211.548,17
ETAR's/ Estações elevatórias do Concelho	373.539,23	13.099,50	386.638,73	13.099,50	386.638,73
<b>Sub- Total</b>	<b>4.048.322,78</b>	<b>990.038,73</b>	<b>5.038.361,51</b>	<b>990.038,73</b>	<b>5.038.361,51</b>
<b>Projectos das AMR's</b>					
Fornecimento de energia elétrica	2.011.367,47	1.028.120,98	3.039.488,45	1.010.325,44	3.021.692,91
Transportes escolares		558.949,82	558.949,82	558.949,82	558.949,82
Fornecimento de refeições 1.ª CEB e Pré-Escolar		133.456,88	133.456,88	126.182,80	126.182,80
Custos Funcionamento das Águas do Mondego		424.234,14	424.234,14	404.042,23	404.042,23
Custos Funcionamento da ERSUC		133.949,37	133.949,37	124.881,86	124.881,86
Apoio ao Associativismo		126.442,45	126.442,45	126.442,45	126.442,45
Transferências para as Freguesias		812.712,11	812.712,11	779.742,79	779.742,79
Ficabeira		158.086,13	158.086,13	157.936,13	157.936,13
<b>Sub-Total</b>	<b>0,00</b>	<b>3.375.951,88</b>	<b>5.387.319,35</b>	<b>3.288.503,52</b>	<b>5.299.870,99</b>
<b>Total</b>	<b>4.048.322,78</b>	<b>4.365.990,61</b>	<b>10.425.680,86</b>	<b>4.278.542,25</b>	<b>10.338.232,50</b>

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2016:

- Beneficiação Ligação Murganheira - Chapinheira cuja obra encontra concluída final de 2016 (taxa de execução do ano de 96,75%);
- Os Transportes Escolares, projeto das AMR's, cujo valor de execução se cifrou nos 71,22 %;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

  
Ferreira

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

### Despesa com o Pessoal

No que concerne aos limites com despesas com pessoal, os mesmos estão definidos no artigo 32.º da Lei de Orçamento de Estado para 2016.

Dispõe o n.º 2 deste artigo que, *“As autarquias locais e demais entidades da administração local podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, e pela presente lei, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais”*.

Considerando que o Município de Arganil cumpre as obrigações descritas não tem qualquer limitação no que respeita às despesas com pessoal e novas contratações.

No quadro seguinte verificamos que em 2016 verificou-se uma diminuição, relativamente a 2015, das despesas com pessoal no valor de 28.332,40€:

	2015	2016	Diferença
Despesas com pessoal	3.224.675,71	3.196.343,31	-28.332,40
Exceções ao abrigo da alínea a), n.º 5 artigo 62º da LEO 2015			
<b>Total</b>			<b>-28.332,40</b>

O n.º 5 do art. 78º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Os gastos com Pessoal correspondem a 27,90% da Despesa Global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.



Como supra referido no ano de 2016 verificou-se um decréscimo da despesa com o pessoal. Esta situação deve-se sobretudo aos seguintes fatores dos valores pagos a título de indemnização por cessação de contrato (efetuados em 2015 ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo nas Autarquias Locais – Portaria 209/2014, de 13/10)

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (74,93%), e verificaram relativamente a 2015 um acréscimo de 0,98%.

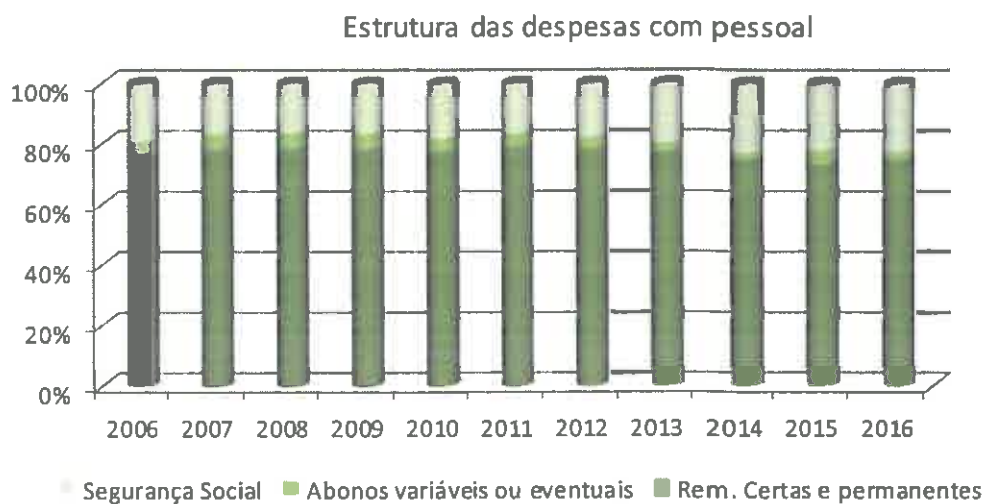
Deste grupo destaca-se a diminuição da rubrica pessoal aguardando aposentação que reflete as aposentações verificadas durante o ano de 2015.

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com: as senhas de presença dos eleitos, o trabalho suplementar bem como outros abonos aos funcionários. Neste capítulo todas as rubricas registaram um aumento comparativamente a 2015, exceto a rubrica de indemnizações por cessação de funções (ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo nas Autarquias Locais – Portaria 209/2014, de 13/10).

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão de Finanças da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários.

No que respeita aos custos suportados com a saúde é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuadas em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município. No ano de 2016 o montante pago a este título totalizou os 52.343,04€, registado na rubrica “Encargos com a Saúde”.



Do gráfico anterior verifica-se que a estrutura das despesas com pessoal tem-se mantido relativamente constante ao longo dos 11 anos evidenciados.

Município de Arganil  
Relatório de Gestão - 2016

Evolução das Despesas com Pessoal

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Estru. %	Var. %
<b>Rem. Certas e permanentes</b>								
Rem. órgãos autárquicos	135.699,00	140.845,48	143.343,83	153.602,03	168.317,52	183.329,73	5,74%	8,52%
Rem. pessoal do quadro	1.692.628,79	1.734.006,70	1.735.474,04	1.608.615,90	1.497.757,21	1.540.439,93	48,19%	2,85%
Rem. pessoal contratado a termo	248.153,58	221.475,81	141.332,08	83.122,28	59.901,00	68.084,51	2,13%	13,66%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	9.963,00	13.284,00	13.572,85	13.284,00	12.177,00	13.284,00	0,42%	9,09%
Pessoal aguardando aposentação	0,00	0,00	2.767,86	33.483,99	9.688,51	1.804,18	0,06%	-81,38%
Pessoal qualquer outra sit.	89.121,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Representação	16.683,00	16.683,00	18.963,64	28.825,95	29.002,46	30.372,99	0,95%	4,73%
Subsídio de alimentação	228.001,53	210.528,08	206.668,00	185.447,01	176.658,44	177.136,68	5,54%	0,27%
Subsídio de férias e de natal	375.838,05	183.256,22	357.310,24	351.376,89	327.821,33	317.327,53	9,93%	-3,20%
Rem. por doença maternidade/ paternidade	71.208,90	46.625,60	47.829,80	56.451,83	90.404,21	63.247,36	1,98%	-30,04%
<b>Sub-total</b>	<b>2.867.394,92</b>	<b>2.566.704,89</b>	<b>2.667.212,34</b>	<b>2.514.209,88</b>	<b>2.371.727,68</b>	<b>2.395.026,91</b>	<b>74,93%</b>	<b>0,98%</b>
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>								
Gratificações var/eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Horas extraordinárias	62.052,98	47.845,60	41.786,92	33.416,01	32.756,57	42.889,84	1,34%	30,94%
Ajudas de custo	34.675,80	31.484,04	13.490,67	12.266,69	10.757,57	11.180,99	0,35%	3,94%
Abono para falhas	20.282,56	8.060,44	9.774,10	9.444,37	8.084,49	12.321,15	0,39%	52,40%
Subsídio trabalho noturno	6.020,01	5.154,69	5.108,02	3.978,98	3.935,93	4.593,99	0,14%	16,72%
Subsídio de turno	7.422,25	6.154,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Indemnizações por cessação de funções	0,00	0,00	0,00	0,00	83.289,91	0,00	0,00%	-100,00%
Outros suplementos/ prémios	17.547,74	17.791,55	18.045,67	17.508,16	15.351,58	17.661,04	0,55%	15,04%
<b>Sub-total</b>	<b>148.001,34</b>	<b>116.491,08</b>	<b>88.205,38</b>	<b>76.614,21</b>	<b>154.176,05</b>	<b>88.647,01</b>	<b>2,77%</b>	<b>-42,50%</b>
<b>Segurança Social</b>								
Encargos com a saúde	69.919,00	79.234,89	74.340,99	69.918,51	61.112,06	52.343,04	1,64%	-14,35%
Outros enc. com a saúde	26.772,18	28.385,15	25.044,26	23.474,46	32.953,13	25.189,02	0,79%	-23,56%
Sub. familiar a crianças e jovens	26.538,36	20.820,63	25.582,55	23.300,98	20.345,97	16.076,77	0,50%	-20,88%
Outras Prest. Familiares	6.389,05	9.131,57	6.050,00	2.363,70	1.401,16	6.623,72	0,21%	372,73%
ADSE	18.380,43	11.436,86	14.670,09	21.202,94	46.154,01	55.961,44	1,75%	21,25%
Segurança social dos funcionários públicos	270.069,02	256.412,42	348.462,21	436.745,81	381.073,08	378.667,54	11,85%	-0,63%
Segurança soc. regime geral	147.646,38	139.062,51	155.623,59	151.655,51	137.632,68	161.510,55	5,05%	17,35%
Outras pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-
Seguros	23.951,60	27.603,62	17.604,95	27.018,89	18.099,89	16.297,31	0,51%	-9,96%
<b>Sub-total</b>	<b>589.666,02</b>	<b>572.087,65</b>	<b>667.378,64</b>	<b>755.680,80</b>	<b>698.771,98</b>	<b>712.669,39</b>	<b>22,30%</b>	<b>1,99%</b>
<b>Total</b>	<b>3.605.062,28</b>	<b>3.255.283,62</b>	<b>3.422.796,36</b>	<b>3.346.504,89</b>	<b>3.224.675,71</b>	<b>3.196.343,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>-0,88%</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: *RPMS* and *51/89*  
 - Middle right: *Handwritten signature*  
 - Bottom right: *Handwritten signature*

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas totais, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas totais baixou relativamente a 2015.

<b>Despesa Pessoal / Despesa Total</b>												
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	3.495.495	3.666.294	3.571.172	3.671.250	3.718.988	3.836.955	3.605.062	3.255.284	3.422.796	3.346.505	3.224.676	3.196.343,31
Despesas Totais	10.415.543	15.270.439	10.668.446	12.248.382	12.627.764	14.380.457	13.241.108	13.625.747	10.057.590	10.968.870	11.087.002	11.454.903,49
Desp. Pessoal/ Totais	33,56%	24,01%	33,47%	29,97%	29,45%	26,68%	27,23%	23,89%	34,03%	30,51%	29,09%	27,90%

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afeto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

<b>N.º Funcionários da Câmara Municipal afectos às Juntas de Freguesia</b>		
<b>Freguesia</b>	<b>N.º de Funcionários</b>	<b>Valor</b>
Arganil	0	0,00
Benfeita	2	16.165,09
Celavisa	2	17.886,52
Folques	1	8.450,00
Piódão	3	30.394,43
Pomares	2	16.375,54
Pombeiro Beira	3	27.326,43
S.Mart.Cortiça	0	0,00
Sarzedo	0	0,00
Secarias	0	0,00
União Freguesias de Cepos Teixeira	3	26.981,95
União Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	2	17.800,32
União Freguesias de Coja e Barril de Alva	2	15.178,05
União Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	2	13.328,80
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>189.887,13</b>

Refere-se ainda que, a título de Adenda aos Contratos de Delegação de Competências foram transferidos os seguintes valores:

- União de Freguesias de Coja e Barril de Alva – 30.695,40€;
- União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz- 10.231,80€;
- União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – 10.231,80€;
- União de Freguesias de Cepos e Teixeira – 10.231,80€;
- Freguesia S. Martinho da Cortiça – 30.695,40€;
- Freguesia Folques – 10.231,80€;
- Freguesia da Benfeita – 10.231,80€;

- Freguesia do Sarzedo – 20.463,60€;
  - Freguesia das Secarias – 10.231,80€;
  - Freguesia de Pomares – 10.231,80€;
  - Freguesia de Arganil – 10.231,80€
- Num total de 161.150,85€.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom and several smaller ones above it.

## Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

Para o ano de 2016 a Lei de Orçamento de Estado dispõe no n.º 4 do artigo 44º que “O montante do FSM indicado na alínea b) do n.º 1 destina -se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação o pré -escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, e dos transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico conforme previsto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto -Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, alterado pelas Leis n.os 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, 66 -B/2012, de 31 de dezembro, 83 -C/2013, de 31 de dezembro, e 82 -B/2014, de 31 de dezembro, a distribuir conforme o ano anterior.”

Deste modo, e nos termos das regras em vigor do F.S.M. para 2016, o Município de Arganil esteve obrigado a realizar pagamentos na área da Educação no montante mínimo de 265.482,00€ (valor definido na Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Orçamento de Estado para 2016), sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências de 2016 os valores em falta.

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2016 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 784.643,32€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para comparticipar estes encargos de 290.732,82€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2016 relativos ao funcionamento do 1.º CEB, Pré – Escolar e transportes escolares 3.º ciclo:

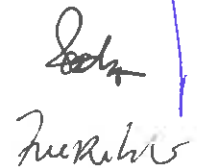
FSM 2016					
Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DGEstE	Famílias	
Transportes Escolares	377.856,84				
Refeições Escolares	131.307,00				
Prolongamento horário	18.371,10	265.482,00	135.340,59	93.087,91	290.732,82
Pessoal Auxiliar	183.401,51				
Outras Despesas de Fun. Corrente	73.706,87				
<b>Total</b>	<b>784.643,32</b>	<b>265.482,00</b>	<b>135.340,59</b>	<b>93.087,91</b>	<b>290.732,82</b>

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um *deficit* de 37%, que é diretamente comparticipado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de

290 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB, Pré-Escolar e transportes escolares do 3.º ciclo.

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos através da aquisição de livros escolares, reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário. O valor da aquisição de livros escolares, não considerado no quadro acima, totalizou a importância de 4.880,17€.

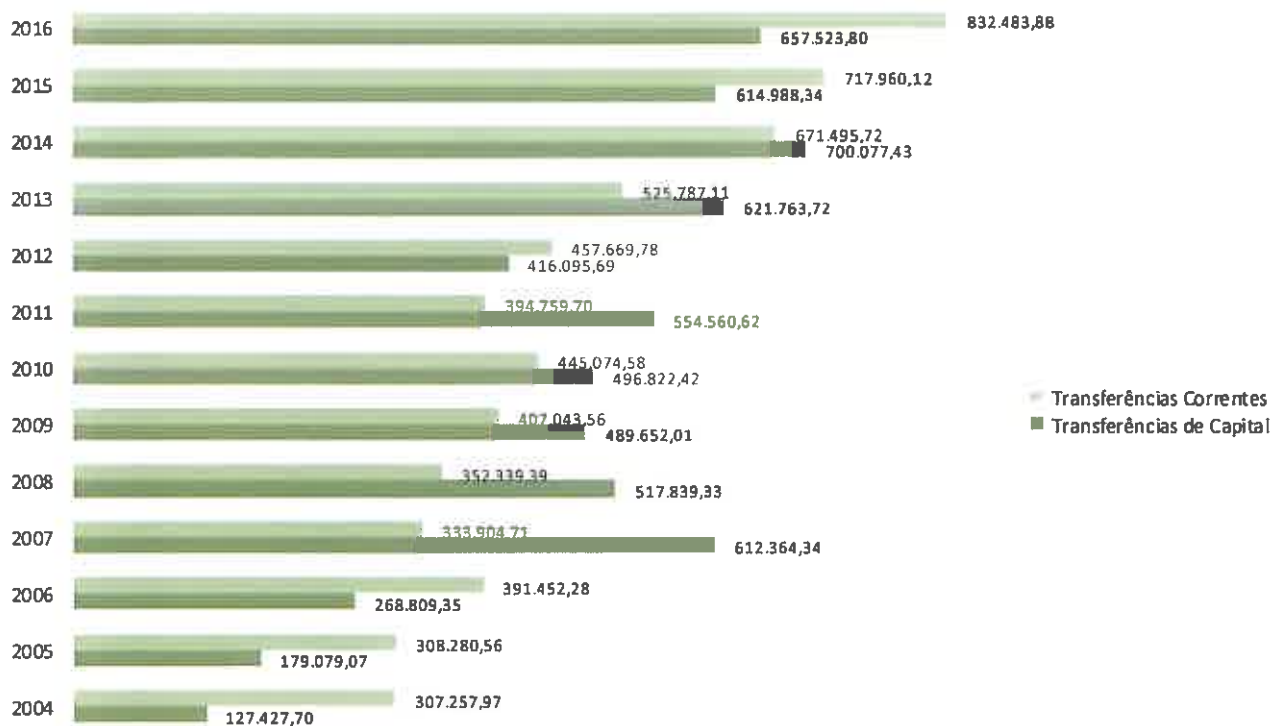
Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.



## Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos dez anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital												
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Transferências Correntes	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58	394.759,70	457.669,78	525.787,11	671.495,72	717.960,12	832.483,88
Transferências de Capital	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42	554.560,62	416.095,69	621.763,72	700.077,43	614.988,34	657.523,80



Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2016 que as transferências correntes verificaram o maior valor de sempre.

Esta situação ocorre como consequência do aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, através de adendas aos contratos de delegação de competências e contratos programa, e para as Instituições Sem Fins Lucrativos.

Das Transferências correntes destacam-se os valores transferidos: para o apoio ao associativismo que representa 15,19% das mesmas e para as Juntas de Freguesia com 27,06%.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito dos Contratos e Acordos de Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 84,33% das transferências de capital.



APM  
PS  
AS  
S  
S

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para os Bombeiros Voluntários do Concelho, de Arganil e Coja, para a Casa do Povo de Coja e para a Associação Filarmónica Progresso Pátria nova de Coja.

### Montantes Recebidos pelas Juntas de Freguesia

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma direta (transferência), quer de forma indireta (pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal):

Montantes Recebidos direta e indiretamente pelas Juntas de Freguesia							
Freguesia	Delegação de Competências	Adendas aos contratos de Delegação Comp.	Contratos Programa	Outros Apolos	Pessoal	Total	
Arganil	25.000,00	10.231,80	34.955,61		0,00	70.187,41	
Benfalta	11.042,45	18.019,38	20.223,80		16.740,23	66.019,86	
Celavisa	8.000,00	5.115,90	9.344,58		10.120,51	32.580,99	
Folques	9.854,33	10.231,80	17.206,40		8.867,90	46.160,43	
Plóvão	12.176,71		20.931,40		28.961,37	62.069,48	
Pomares	15.119,84	10.231,80	22.317,10		16.965,01	64.633,75	
Pombeiro Beira	18.675,41	14.972,87	43.714,64		27.937,92	105.300,84	
S.Mart.Cortiça	21.587,28	51.545,77	12.493,00		0,00	85.626,05	
Sarzedo	11.702,82	20.463,60	27.619,57	9.285,48	0,00	69.071,47	
Secarias	8.000,00	10.231,80	18.442,09		0,00	36.673,89	
União Freg. de Cepos Telxeira	12.642,80	14.629,91	29.698,50		17.308,89	74.280,10	
União Freg. de Cerdeira e Moura da Serra	10.915,70	22.625,16	23.846,17		17.332,16	63.803,49	
União Freg. de Coja e Barril de Alva	22.235,15	30.695,40	32.805,00		8.744,42	94.479,97	
União Freg. de Vila Cova de Alva e Anseriz	13.047,50	10.231,80	27.638,47		7.920,36	58.838,13	
<b>Total</b>	<b>199.999,89</b>	<b>229.220,99</b>	<b>341.236,33</b>	<b>9.285,48</b>	<b>160.898,77</b>	<b>929.725,86</b>	

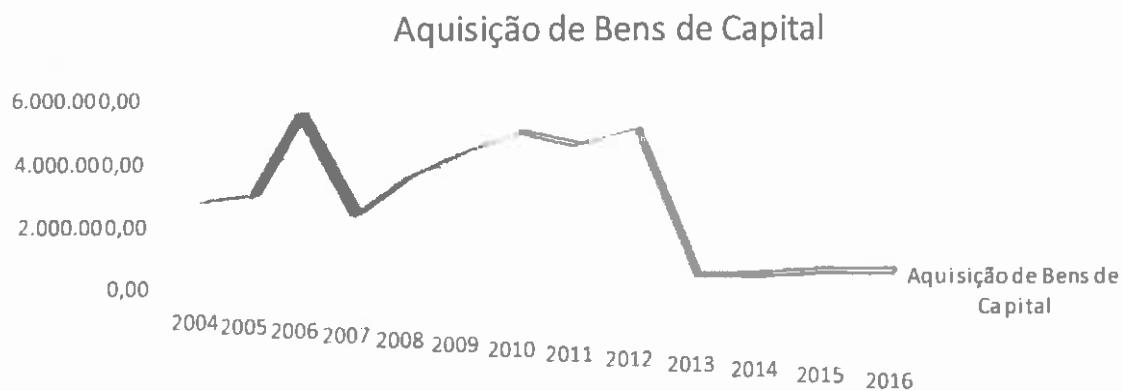
Do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

- O valor do pessoal afeto às Juntas de Freguesia representa 5,03% do pessoal total do Município;
- O valor dos contratos programa refere-se apenas ao valor pago;
- Os valores pagos às Freguesias de S. Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira relativos às adendas à Delegação de Competências no âmbito da drenagem de águas residuais totalizaram:
  - S. Martinho da Cortiça – 20.850,37€;
  - Pombeiro da Beira – 14.972,87€.

## Aquisição de Bens de Capital

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas de capital nos últimos onze anos.

Aquisição de Bens de Capital	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Aquisição de Bens de Capital	5.595.257,35	2.574.280,19	3.830.536,49	4.641.643,16	5.283.902,18	4.984.18,23	5.491.895,86	1.406.213,47	1.547.075,25	1.771.871,47	1.887.538,28



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, verificaram uma pequena subida relativamente aos anos de 2014 e 2015, sem contudo atingir os valores de anos anteriores. A justificação desta situação prende-se com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que, a sua aplicação, apesar de ser extremamente positiva tem aspetos práticos, que carecem de aperfeiçoamento e que de alguma forma condicionam a atuação do Município nas suas opções de despesa, bem como os atrasos relacionados com projetos cofinanciados por fundos comunitários.

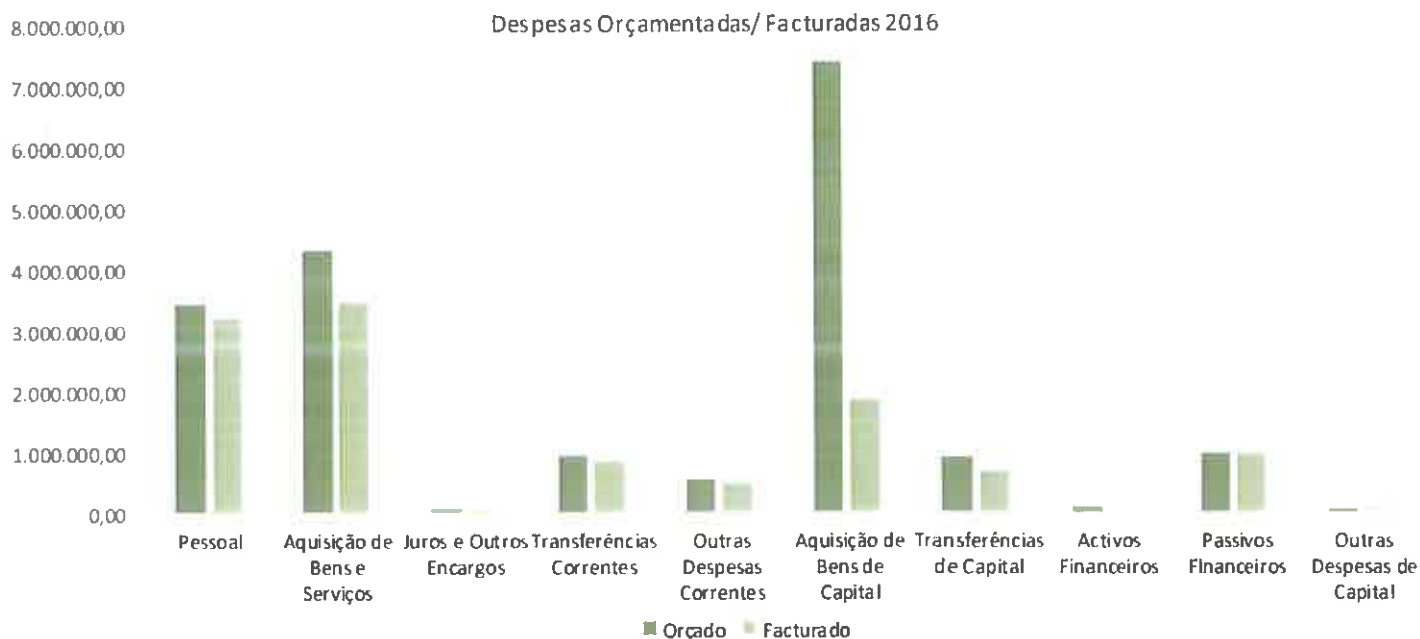
Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar apenas 17.619,82€, pelo que a menor execução destas despesas se deve à sua não realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica “Aquisição de bens de Capital” representa 16,48% das Despesas Totais.

Análise da Despesa Facturada	2013		2014		2015		2016	
	Orçamentado	Fact. Total Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total Tx Exec. %	Orçamentado	Fact. Total Tx Exec. %
<b>Despesas Correntes</b>								
Pessoal	3.534.251,00	3.465.909,28 98,07%	3.391.018,00	3.346.971,63 98,70%	3.552.667,00	3.230.342,46 90,93%	3.424.287,00	3.196.343,31 93,34%
Aquisição de Bens e Serviços	3.852.202,00	3.162.583,58 82,10%	4.128.000,00	3.444.869,04 83,45%	4.164.000,00	3.345.624,88 80,35%	4.339.300,00	3.484.829,48 80,31%
Juros e Outros Encargos	157.000,00	92.457,50 58,89%	116.000,00	107.397,75 92,58%	72.000,00	59.393,09 82,49%	59.500,00	43.153,02 72,53%
Transferências Correntes	597.300,00	532.958,76 89,23%	703.300,00	671.495,72 95,48%	767.100,00	718.610,91 93,68%	940.060,00	840.370,61 89,40%
Outras Despesas Correntes	425.000,00	309.024,72 72,71%	401.500,00	349.856,84 87,14%	463.700,00	415.830,07 89,68%	539.500,00	486.494,26 90,18%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>8.565.753,00</b>	<b>7.562.933,84 88,29%</b>	<b>8.739.818,00</b>	<b>7.920.590,98 90,63%</b>	<b>9.019.467,00</b>	<b>7.769.801,41 86,14%</b>	<b>9.302.647,00</b>	<b>8.051.190,68 86,55%</b>
<b>Despesas de Capital</b>								
Aquisição de Bens de Capital	5.052.000,00	1.492.669,37 29,55%	4.265.400,00	1.584.828,60 37,16%	5.331.774,00	1.793.748,90 33,64%	7.407.100,00	1.854.924,39 25,04%
Transferências de Capital	706.000,00	631.763,72 89,48%	858.000,00	700.077,43 81,59%	793.000,00	614.988,34 77,55%	913.000,00	684.010,46 74,92%
Activos Financeiros	0,00	0,00 -	0,00	0,00	161.252,00	161.252,00 100,00%	80.626,00	0,00 0,00%
Passivos Financeiros	750.000,00	749.529,43 99,94%	980.000,00	977.307,62 99,73%	970.000,00	967.336,02 99,73%	965.000,00	964.219,87 99,92%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00 500,00%	0,00	0,00 600,00%	0,00	0,00 700,00%	20.000,00	5.909,10 800,00%
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>6.508.000,00</b>	<b>2.873.962,52 44,16%</b>	<b>6.103.400,00</b>	<b>3.262.213,65 53,45%</b>	<b>7.256.026,00</b>	<b>3.537.325,26 48,75%</b>	<b>9.385.726,00</b>	<b>3.509.063,82 37,39%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>15.073.753,00</b>	<b>10.436.896,36 69,24%</b>	<b>14.843.218,00</b>	<b>11.182.804,63 75,34%</b>	<b>16.275.513,00</b>	<b>11.307.126,67 69,47%</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>11.560.254,50 61,86%</b>

**Quadro Evolutivo da Despesa**

	2011	2012	Var%	2013	Var%	2014	Var%	2015	Var%	2016	Var%
Orçamentado	17.907.889,00	17.704.101,00	-1,14%	15.073.753,00	-14,86%	14.843.218,00	-1,53%	16.275.513,00	9,65%	18.688.373,00	14,83%
Cabimentado	16.199.268,26	15.445.478,09	-4,65%	11.569.226,29	-25,10%	12.364.331,00	6,87%	12.387.787,36	0,19%	12.864.303,55	3,85%
Facturado	14.453.252,81	14.318.146,40	-0,93%	10.436.896,36	-27,11%	11.182.804,63	7,15%	11.307.126,67	1,11%	11.560.254,50	2,24%
Executado	13.241.108,35	13.625.746,63	2,90%	10.057.590,47	-26,19%	10.968.869,98	9,06%	11.087.001,96	1,08%	11.454.903,49	3,32%



**Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2015**

Designação	Orçamentada	Comprometida do exercício	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
<b>1. Despesas Correntes</b>	<b>9.302.647,00</b>	<b>8.470.288,90</b>	<b>8.051.190,68</b>	<b>7.939.712,44</b>	<b>111.478,24</b>	<b>419.098,22</b>
1.1 Pessoal	3.424.287,00	3.275.313,99	3.196.343,31	3.196.343,31	0,00	78.970,68
1.3 Aquisição de Bens	690.500,00	634.655,28	547.979,34	519.978,64	28.000,70	86.675,94
1.2 Aquisição de Serviços	3.648.800,00	3.137.951,96	2.936.850,14	2.862.239,32	74.610,82	201.101,82
1.4 Juros e Outros Encargos	59.500,00	43.153,02	43.153,02	43.153,02	0,00	0,00
1.5 Transferências Correntes	940.060,00	868.806,26	840.370,61	832.483,88	7.886,73	28.435,65
1.6 Outras Despesas Correntes	539.500,00	510.408,39	486.494,26	485.514,27	979,99	23.914,13
<b>2. Despesas de Capital</b>	<b>9.385.726,00</b>	<b>4.361.745,99</b>	<b>3.509.063,82</b>	<b>3.515.191,05</b>	<b>-6.127,23</b>	<b>852.682,17</b>
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	2.200.850,00	552.679,01	344.288,36	394.522,17	-50.233,81	208.390,65
2.2 Construções Diversas	4.373.500,00	1.670.796,82	1.275.681,58	1.258.898,06	16.783,52	395.115,24
2.3 Material de Transporte	30.000,00	2.508,71	2.508,71	2.508,71	0,00	0,00
2.4 Equipamento e Software Informático	53.000,00	25.148,42	21.459,97	21.459,97	0,00	3.688,45
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	636.750,00	254.450,86	208.917,41	208.081,01	836,40	45.533,45
2.6 Outros Investimentos	113.000,00	9.990,93	2.068,36	2.068,36	0,00	7.922,57
2.7 Transferências de Capital	913.000,00	876.041,87	684.010,46	657.523,80	26.486,66	192.031,41
2.8 Ativos Financeiros	80.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.9 Passivos Financeiros	965.000,00	964.220,27	964.219,87	964.219,87	0,00	0,40
2.10 Outras Despesas de Capital	20.000,00	5.909,10	5.909,10	5.909,10	0,00	0,00
<b>Total de Despesas (1+2)</b>	<b>18.688.373,00</b>	<b>12.832.034,89</b>	<b>11.560.254,50</b>	<b>11.454.903,49</b>	<b>105.351,01</b>	<b>1.271.780,39</b>

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa faturada totalizou a importância de 11.560.254,50€, representando mais 253.127,83€ do que no ano de 2015;
- O valor da despesa faturada por liquidar em 2016, que transitou para o exercício de 2017, foi de 105.351,01€;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e faturadas ficou próximo do valor previsto;
- O valor dos encargos comprometidos no ano de 2016, nos termos das respetivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente ascendeu a 1.271.780,39€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
  - Despesas correntes – 86,55%
  - Despesas de capital – 37,39%

Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas efetivamente pagas.

RPIS  
D  
B  
A  
AS  
-  
Sobrinho  
Furtado

#### 4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Do resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2016 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 11.993.639,11€. Deste montante, 11.348.442,48€ são provenientes de receitas orçamentais e 645.196,63€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 12.090.322,57€, repartidas pelas despesas orçamentais (11.454.903,49€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (635.429,08€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2016, no valor total de 1.744.616,69€, o saldo a transitar para o ano económico de 2017, será de 1.647.923,23€ Este saldo da gerência de 2016 decompõe-se em 1.258.686,48€, como saldo de operações orçamentais, e em 389.236,75€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência		
	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
	1.365.147,49	379.469,20
<b>Saldo da gerência anterior (2014)</b>		
<b>2016</b>		
Receltas	11.348.442,48	645.196,63
Despesas	11.454.903,49	635.429,08
<b>Saldo para gerência seguinte</b>	<b>1.258.686,48</b>	<b>389.236,75</b>

#### 4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das atividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores Designação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos Directos/ Receitas Correntes	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%	17,29%	16,83%	17,51%	17,16%	17,30%	15,51%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%	11,59%	13,62%	11,15%	10,71%	11,81%	11,95%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%	54,33%	51,68%	55,78%	56,40%	55,87%	56,02%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%	59,78%	56,07%	82,38%	81,83%	82,34%	81,09%
Receitas Capital/ Receitas Totais	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%	40,04%	40,55%	13,67%	8,18%	7,81%	8,06%
Pessoal/ Despesas Correntes	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%	47,82%	45,24%	45,83%	43,22%	41,58%	39,70%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%	39,13%	41,01%	41,82%	43,49%	43,06%	43,28%
Investimentos/ Despesas de Capital	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%	83,65%	85,41%	51,94%	48,58%	50,71%	52,86%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%	7,68%	8,11%	26,08%	29,96%	27,35%	27,48%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%	52,64%	52,81%	72,46%	70,83%	68,72%	69,65%
Despesas Capital/ Despesas Totais	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%	47,36%	47,19%	27,54%	29,17%	31,28%	30,35%
Pessoa/Receitas Correntes	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%	49,85%	41,50%	37,63%	33,73%	31,56%	31,11%
Fundos/ Despesas Totais	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%	43,78%	44,11%	57,59%	52,27%	52,86%	52,43%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%	5,51%	4,96%	7,53%	8,74%	8,26%	7,95%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%	102,01%	109,00%	121,80%	125,29%	131,75%	127,61%
Receitas Capital/ Despesas Capital	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%	75,96%	88,23%	53,18%	30,39%	27,44%	29,11%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas faturadas.

#### 4.6 Endividamento

Em matéria de endividamento o ano de 2016 está sujeito ao previsto na Lei das Finanças Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Assim, no que concerne à questão do endividamento, o n.º 1 do artigo 52.º do referido diploma legal estabelece que: “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”

O n.º 2 do mesmo artigo vem ainda esclarecer que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O artigo 56º da Lei supra referida vem estabelecer que:

1 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

2 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

Assim, considerando que a dívida total de operações orçamentais no período “n” corresponde ao total das dívidas de terceiros do balanço no período “n” (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do Município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria), evidencia-se no quadro seguinte o limite de endividamento para o ano de 2016, bem como a situação face ao mesmo limite:



Dívida Bruta e Limite		
Receita corrente líquida cobrada ano 2013		9.211.341,22
Receita corrente líquida cobrada ano 2014		9.923.469,62
Receita corrente líquida cobrada ano 2015		10.236.348,98
<b>Média receita</b>		<b>9.790.386,61</b>
<b>Limite dívida total de operações orçamentais = 1,5 x média da receita</b>	<b>A</b>	<b>14.685.579,91</b>
Dívida Total de Operações Orçamentais do Município Arganil 31-12-2015		4.852.421,47
Dívida total de Operações Orçamentais das Entidades Participadas pelo Mun. Arganil 31-12-2015		47.759,79
<b>Total dívida total de operações orçamentais 31-12-2015</b>	<b>B</b>	<b>4.900.181,26</b>
<b>Margem dívida total de op. orçamentais (alínea b) do n.º 3 do art. 52º)</b>	<b>C=(A-B)x20%</b>	<b>1.957.079,73</b>
<b>Limite da dívida total de operações orçamental a 31-12-2016</b>	<b>D=C+B</b>	<b>6.857.260,99</b>
<b>Valor dívida operações orçamentais em 31-12-2016</b>	<b>E</b>	<b>3.801.074,70</b>
<b>Valor dívida operações orçamentais das entidades participadas pelo Mun. Arg. em 31-12-2016 *</b>	<b>F</b>	<b>33.084,41</b>
<b>Margem dívida total de operações orçamentais</b>	<b>D-E-F</b>	<b>3.023.101,88</b>

RP/18  
D  
A  
B  
-  
E  
F

Sobre o quadro supra refere-se que o Orçamento de Estado para 2016 prevê que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total, pelo que, o total desse valor (403.130,17€) não está incluído no valor da dívida orçamental em 31-12-2016.

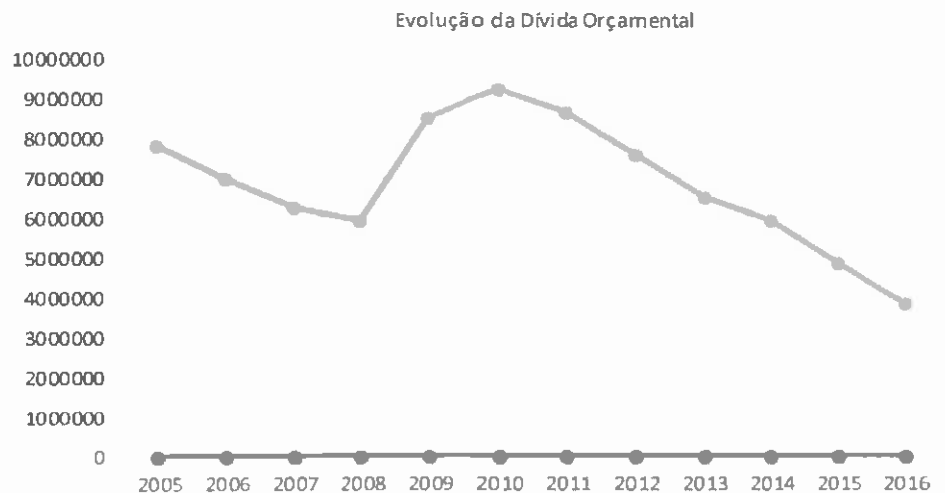
O montante em dívida das operações orçamentais das entidades participadas corresponde aos seguintes valores por entidade:

- AIRC – Associação Informática da Região Centro – 4.595,20€ (valor provisório);
- ADESA – Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional – 27.957,96€;
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – 263,70€;
- CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – 267,55€.

Atendendo aos valores supra referidos podemos verificar que, em 31-12-2016, o Município de Arganil cumpre o novo limite, bem como existe larga margem até ao mesmo.

No quadro seguinte apresentamos a evolução da dívida orçamental nos últimos nove anos até ao período em análise:

Dívida Orçamental	
2005	7.804.361,79
2006	6.967.946,02
2007	6.255.856,60
2008	5.929.422,73
2009	8.482.145,70
2010	9.210.820,86
2011	8.620.255,51
2012	7.568.541,02
2013	6.503.463,89
2014	5.890.437,01
2015	4.852.421,47
2016	3.801.074,70



Salienta-se que no valor de 2015 está incluído o valor da dívida à ADSE, gerado entre 1978 e 2005 e objeto de plano prestacional, no montante de 422.779,40€; durante o ano de 2016 foram pagos 30.000,00€, por conta do plano prestacional.

Da análise da informação anterior podemos concluir que o valor da dívida orçamental tem vindo progressivamente a diminuir desde de 2010.

Para melhor evidenciarmos esta situação efetuamos de seguida a análise do endividamento calculado de acordo com a fórmula utilizada até final de 2013, em que, "O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros".

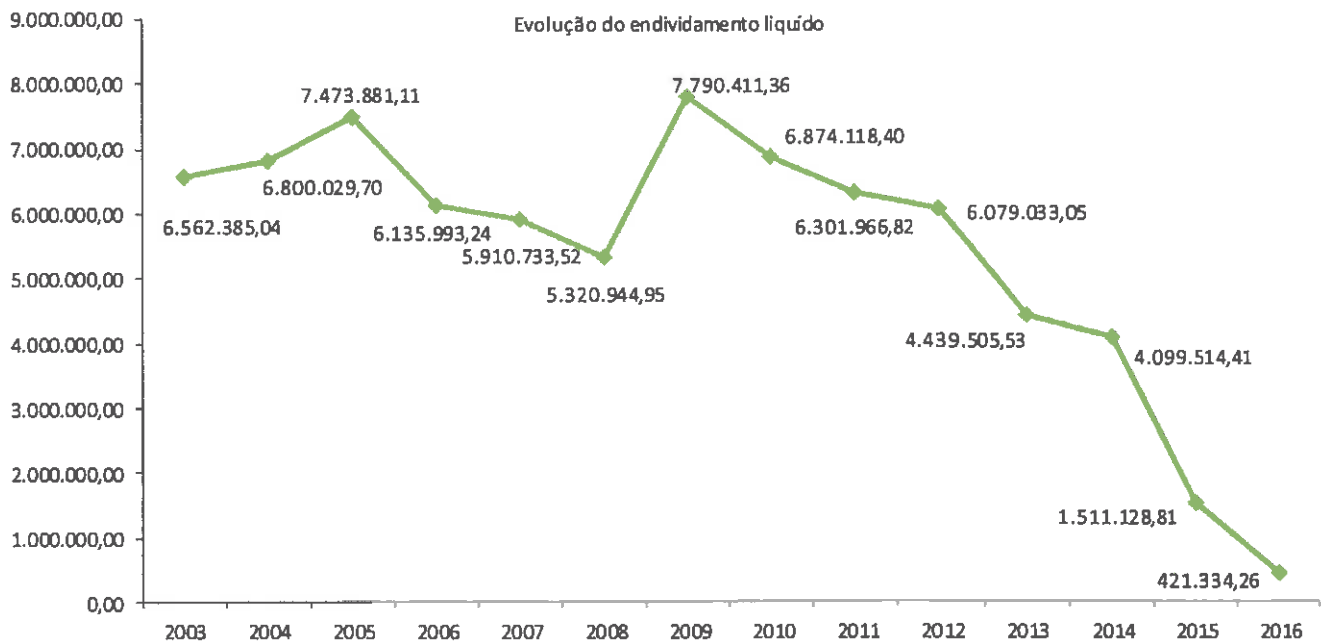
Município de Arganil  
Relatório de Gestão – 2016

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Vár. %
<b>Evolução do endividamento líquido</b>													
<b>Passivos Financeiros (1)</b>													
<b>Médio e Longo Prazos</b>													
Empréstimos	2.431.029,38	5.479.540,72	4.902.342,21	4.360.353,85	3.819.949,93	7.394.365,04	6.872.613,01	6.123.083,19	5.145.775,96	4.178.439,95	3.214.220,07	2.250.000,20	-30,00%
Fom. Sistema Locação Finan.	865.330,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
<b>Outros Credores</b>													
<b>Curto Prazo</b>													
Empréstimos	0,00	588.497,91	577.306,07	541.988,35	532.155,31	525.584,89	521.752,03	749.529,82	977.307,62	967.336,01	964.219,87	964.219,87	0,00%
Fornecedores (c/c e imobilizado)	4.177.197,71	747.521,28	647.678,02	968.270,01	3.980.366,89	1.079.291,13	1.116.939,87	648.473,70	320.446,34	219.254,10	218.882,17	123.587,92	-43,54%
Estado e Outros Entes Públicos	37.656,15	36.575,76	41.327,38	36.567,11	37.059,87	59.215,22	55.863,53	34.021,57	49.331,15	40.909,11	18.307,63	20.652,44	12,81%
Administração Autárquica	46.571,47	15.651,48	97.236,70	24.434,36	22.041,11	50.835,25	38.914,37	15.705,20	14.719,00	18.793,92	0,00	32.969,32	-
Outros Credores	628.928,51	518.818,39	365.361,55	365.282,20	418.780,31	449.001,36	449.201,60	398.413,97	424.836,47	445.133,33	363.652,63	456.899,40	25,64%
Acréscimos e Diferimentos*	364.998,54	348.208,89	417.287,79	402.794,96	421.521,51	447.233,22	292.457,05	307.338,13	415.483,06	390.299,15	405.493,62	416.032,91	2,60%
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>8.551.712,19</b>	<b>7.734.814,43</b>	<b>7.048.539,72</b>	<b>6.697.670,94</b>	<b>9.231.874,93</b>	<b>10.005.525,11</b>	<b>9.347.741,46</b>	<b>8.276.765,58</b>	<b>7.347.899,60</b>	<b>7.226.701,14</b>	<b>6.040.685,56</b>	<b>5.009.645,63</b>	<b>-17,07%</b>
<b>Ativos Financeiros (2)</b>													
<b>Caixa</b>													
Depósitos Instituições Financeiras Clientes/ Adiantamentos fornecedores	2.252,30	19.953,72	7.402,66	1.577,74	8.186,85	2.118,57	2.665,30	3.397,93	2.212,48	3.130,44	4.035,13	3.214,69	-20,33%
Estado e Outros Entes Públicos	730.680,62	1.192.678,30	776.825,69	561.392,25	459.732,21	990.274,18	856.539,15	782.601,88	1.588.116,73	1.585.072,96	1.740.581,56	1.644.708,54	-5,51%
Outros Devedores	56.589,23	62.164,12	26.963,97	24.639,23	37.052,56	25.268,12	41.137,43	138.589,85	213.807,06	178.495,18	201.454,87	257.511,05	27,89%
Acrescimos e Diferimentos	24.094,94	52.609,30	37.153,74	39.437,97	34.237,65	0,00	0,00	0,00	34.296,52	77.162,99	134.691,84	59.856,70	-55,56%
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	340.775,74	577.660,30	1.507.650,44	1.350.384,53	477.217,38	244.746,95	293,66	749,38	114.839,98	15224,59%
Total dos Ativos Financeiros	1.077.831,08	1.598.821,19	1.137.806,20	1.376.725,99	1.441.463,57	3.131.407,71	3.045.774,64	2.197.733,53	2.908.394,07	3.127.186,73	4.529.556,75	4.588.311,37	1,30%
<b>Endividamento Líquido (1)-(2)</b>	<b>7.473.881,11</b>	<b>6.135.993,24</b>	<b>5.910.733,52</b>	<b>5.320.944,95</b>	<b>7.790.411,36</b>	<b>6.874.118,40</b>	<b>6.301.966,82</b>	<b>6.079.032,05</b>	<b>4.439.505,53</b>	<b>4.099.514,41</b>	<b>1.511.129,81</b>	<b>421.324,26</b>	<b>-72,17%</b>

*John*  
*Furze*

*RPL*  
*67/89*

Evidencia-se de seguida em termos gráficos a evolução do endividamento líquido:



Do quadro e gráfico supra podemos tirar as seguintes conclusões:

- Regista-se uma redução de 72,12% do endividamento líquido, relativamente ao final do ano de 2015;
- Esta redução resulta de uma diminuição dos passivos na ordem dos 17%, e do aumento dos ativos (1,30%);
- O aumento dos acréscimos e diferimentos considerados nos ativo sofreram um aumento de 4,09% em consequência da alteração do registo contabilístico do IMI (especialização do IMI de 2016 a receber em 2017);
- Valor da dívida de médio e longo prazo tem vindo a diminuir fruto das amortizações dos empréstimos;
- O valor em médio e longo prazo de outros credores respeita ao registo do acordo de pagamento de dívida antiga à ADSE e do registo da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal;
- Verifica-se uma diminuição da dívida a fornecedores na ordem dos 43%;
- 59% do endividamento concentra-se no médio e longo prazo.

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

**Evolução dos Encargos do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	%
Amortização de Capital	532.155,31	525.584,89	521.752,04	749.529,43	977.307,62	967.336,02	964.219,87	96%
Encargos Financeiros	84.218,05	184.636,39	166.144,94	92.440,78	82.481,29	59.129,89	43.153,02	4%
Serviço da Dívida	616.373,36	710.221,28	687.896,98	841.970,21	1.059.788,91	1.026.465,91	1.007.372,89	100%

O total do serviço da dívida em 2016 ascendeu a 1.007.372,89€.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 43.153,02€, e foram efetuadas amortizações, no valor de 964.219,87€, as quais representam 94% do valor total do serviço da dívida.

Em 2016 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 955.555,60€
- Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários – 8.664,27€;

- Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimos Médio Longo Prazo – 43.053,81€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários – 99,21€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2016, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projetos participados por fundos comunitários ascendia a 8.664,27€.

No quadro seguinte apresentam-se as entidades participadas pelo Município de Arganil, em 31-12-2016, bem como a contribuição de cada uma para a dívida do Município:

Participações do Município de Arganil em 31-12-2016

Entidade Participada		Tipo de entidade	% da participação	Resultado Líquido antes de impostos em 31-12-2016	Contribuição para a dívida bruta do Município	Observações
Denominação	N.I.P.C.					
Águas do Centro Litoral, SA	513606181	Societária	0,47%	5.482.847,30	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro	503004405	Societária	0,64%	966.424,00	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,36%	137,94	0,00	Cumpra o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E. M.	504475606	Societária	0,15%	22.114,05	0,00	Cumpra o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Não societária	2,49%	370.938,94	4.595,20	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ADESA - Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Não societária		39.467,00	27.957,96	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ANMP - Associação Nacional de Municípios	501627413	Não societária		39.020,77	263,70	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	508354617	Não societária		25.910,56	267,55	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto	507925270	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal	507709705	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Considerando os dados existentes à data da elaboração do presente relatório verifica-se que, as entidades participadas pelo Município de Arganil contribuem em 47.759,79€ para a dívida bruta do Município de Arganil.

## 5. Balanço e Demonstração de Resultados

### 5.1 Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os ativos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município totalizavam, em 31 de Dezembro de 2016, 52.936.023,95€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que a variação da estrutura do balanço de 2015 para 2016 diminuiu 977.781,32€ (-1,81%).

Após o pico registado em 2012, em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 6 anos, verifica-se uma quebra resultado em parte das amortizações.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (90,99%). Esta estrutura reflete o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua consequente materialização em bens duradouros.

O aumento do ativo circulante, onde estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, educação, entre outras, as matérias-primas e os depósitos em instituições financeiras e caixa, deve-se sobretudo ao aumento da dívida de terceiros de curto prazo.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do ativo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respetivas tenham ocorrido em 2016.

O aumento significativo desta rubrica, e como já foi referido anteriormente, resulta da contabilização como acréscimo de proveitos do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) de 2016 a receber apenas em 2017.

REIS  
P.J.  
J.  
AS  
Edu  
Juro

Os Fundos Próprios aumentaram 1,28% relativamente ao ano de 2015, são constituídos maioritariamente pelo Património e a sua variação resulta igualmente da aplicação dos resultados de exercícios anteriores.

Assim o valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações quer do Balanço Inicial, quer de exercícios anteriores;

O resultado líquido foi positivo no valor de 504.696,05€, registando uma diminuição relativamente a 2015 de 99.758,18€.

O Passivo do Município de Arganil é principalmente de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

É de salientar que estão refletidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 389.407,85€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito.

Enquanto tal, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 10.639992,88€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 96% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respetivos bens, e os restantes 4% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2016, que à data de 31-12-2016 não se encontravam registados na contabilidade.

Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

No passivo o valor dos empréstimos de médio e longo teve uma redução que se traduz no montante transferido para curto prazo, respeitante às amortizações de capital com exigibilidade de curto prazo.



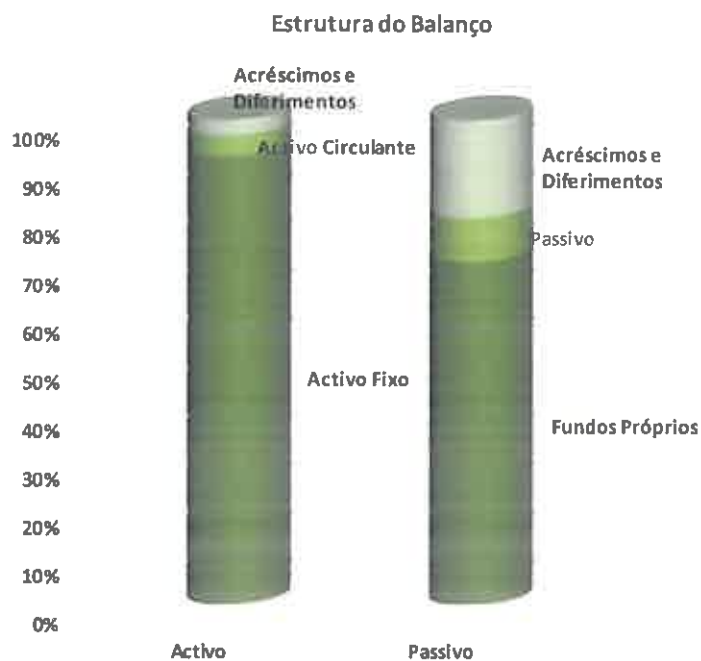
O valor, de outros credores, considerado em dívidas de 3.ºs de médio e longo prazo respeitam ao plano de pagamentos da ADSE e ao já anteriormente referido da contabilização da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal.

*[Handwritten signatures and initials]*  
RPS  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]

Município de Argemil  
Relatório de Gestão – 2016

Designação	2012		2013		2014		2015		2016		Variação 15/16	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>1. Imobilizado</b>	<b>53.769.508,58</b>	<b>96,35%</b>	<b>52.098.858,58</b>	<b>94,98%</b>	<b>51.096.157,63</b>	<b>95,52%</b>	<b>50.106.103,97</b>	<b>92,94%</b>	<b>49.055.725,74</b>	<b>90,99%</b>	<b>-1.050.378,23</b>	<b>-2,10%</b>
1.1 Bens do Domínio Público	24.223.149,78	43,41%	23.621.073,27	43,06%	22.968.310,01	42,94%	22.568.913,14	41,86%	22.119.842,03	41,03%	-449.071,11	-1,99%
1.2 Imobilizações Incorpóreas	190.434,58	0,34%	242.963,04	0,44%	156.330,13	0,29%	103.645,49	0,19%	62.117,45	0,12%	-41.528,04	-40,07%
1.3 Imobilizações Corpóreas	29.125.049,24	52,19%	28.003.947,29	51,05%	27.176.260,34	50,80%	26.638.288,19	49,41%	26.085.991,11	48,38%	-552.297,08	-2,07%
1.4 Investimentos Financeiros	230.874,98	0,41%	230.874,98	0,42%	795.257,15	1,49%	795.257,15	1,48%	787.775,15	1,46%	-7.482,00	-0,94%
2. Circulante	1.471.508,20	2,64%	2.161.214,91	3,94%	1.888.277,35	3,53%	2.154.914,48	4,00%	2.159.892,35	4,01%	4.977,87	0,23%
2.1 Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	69.701,16	0,12%	78.035,17	0,14%	64.122,12	0,12%	73.401,70	0,14%	79.761,99	0,15%	6.360,29	8,67%
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo	615.807,23	1,10%	492.850,53	0,90%	255.951,83	0,48%	336.896,09	0,62%	432.207,13	0,80%	95.311,04	28,29%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	785.999,81	1,41%	1.590.329,21	2,90%	1.568.203,40	2,93%	1.744.616,69	3,24%	1.647.923,23	3,06%	-96.693,46	-5,54%
3. Acréscimos e Diferimentos	565.050,51	1,01%	594.339,35	1,08%	507.774,35	0,95%	1.652.786,82	3,07%	1.720.405,86	3,19%	67.619,04	4,09%
<b>Activo (1+2+3)</b>	<b>55.806.067,29</b>	<b>100,00%</b>	<b>54.854.412,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.492.209,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.913.805,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>52.936.023,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>-977.781,32</b>	<b>-1,81%</b>
4. Património	33.045.405,77	94,89%	34.296.724,94	96,45%	34.411.931,13	98,20%	34.462.704,95	93,03%	36.334.617,71	98,15%	1.871.912,76	5,43%
5. Reservas	475.049,99	1,36%	540.273,10	1,52%	576.451,71	1,65%	579.124,02	1,56%	679.292,65	1,83%	100.168,63	17,30%
6. Resultados Transitados	-351,57	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.398.918,44	3,78%	0,00	0,00%	-1.398.918,44	-100,00%
7. Resultado Líquido do Exercício	1.304.462,28	3,75%	723.572,16	2,03%	53.446,13	0,15%	604.454,23	1,63%	504.696,05	1,36%	-99.758,18	-16,50%
<b>Fundos Próprios (4+5+6+7)</b>	<b>34.824.566,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.560.570,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.041.828,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>37.045.201,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>37.518.606,41</b>	<b>101,28%</b>	<b>473.404,77</b>	<b>1,28%</b>
8. Provisões para Riscos e Encargos	290.822,48	1,39%	305.822,48	1,59%	305.100,00	1,65%	277.311,94	1,64%	183.811,94	1,09%	-93.500,00	-33,72%
9. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	6.123.083,19	29,18%	5.145.775,96	26,67%	5.144.975,52	27,89%	4.070.129,64	24,13%	2.995.283,77	17,76%	-1.074.845,87	-26,41%
9.1 Dívidas a instituições de crédito	6.123.083,19	29,18%	5.145.775,96	26,67%	4.178.439,95	22,65%	3.214.220,07	19,05%	2.250.000,20	13,34%	-964.219,87	-30,00%
9.2 Outros Credores	1.846.144,26	8,80%	1.786.640,58	9,26%	1.691.426,47	9,17%	1.565.062,30	9,28%	1.598.328,95	9,48%	33.266,65	2,13%
10. Dívidas a terceiros - Curto prazo	749.529,82	3,57%	977.307,62	5,07%	967.336,01	5,24%	964.219,87	5,72%	964.219,87	5,72%	0,00	0,00%
10.1 Empréstimos de curto prazo	306.307,26	1,46%	234.998,73	1,22%	219.254,10	1,19%	204.940,74	1,21%	105.507,50	0,63%	-99.433,24	-48,52%
10.2 Fornecedores, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
10.3 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	342.166,44	1,63%	85.447,61	0,44%	40.909,11	0,22%	13.941,43	0,08%	18.080,42	0,11%	4.138,99	29,69%
10.4 Fornecedores de imobilizado, c/c	34.021,57	0,16%	49.331,15	0,26%	18.793,92	0,10%	18.307,63	0,11%	20.652,44	0,12%	2.344,81	12,81%
10.5 Estado e outros entes públicos	15.705,20	0,07%	14.719,00	0,08%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	32.969,32	0,20%	32.969,32	100,00%
10.6 Administração autárquica	398.413,97	1,90%	424.836,47	2,20%	445.133,33	2,41%	363.652,63	2,16%	456.899,40	2,71%	93.246,77	25,64%
10.7 Outros credores	12.721.450,89	60,63%	12.055.603,62	62,48%	11.308.878,37	61,29%	10.956.099,75	64,95%	10.639.992,88	63,08%	-316.106,87	-2,89%
11. Acréscimos e Diferimentos	20.981.500,82	100,00%	19.293.842,64	100,00%	18.450.380,36	100,00%	16.668.603,63	100,00%	15.417.417,54	91,40%	-1.451.186,09	-8,60%
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>55.806.067,29</b>		<b>54.854.412,84</b>		<b>53.492.209,33</b>		<b>53.913.805,27</b>		<b>52.936.023,95</b>		<b>-977.781,32</b>	<b>-1,81%</b>

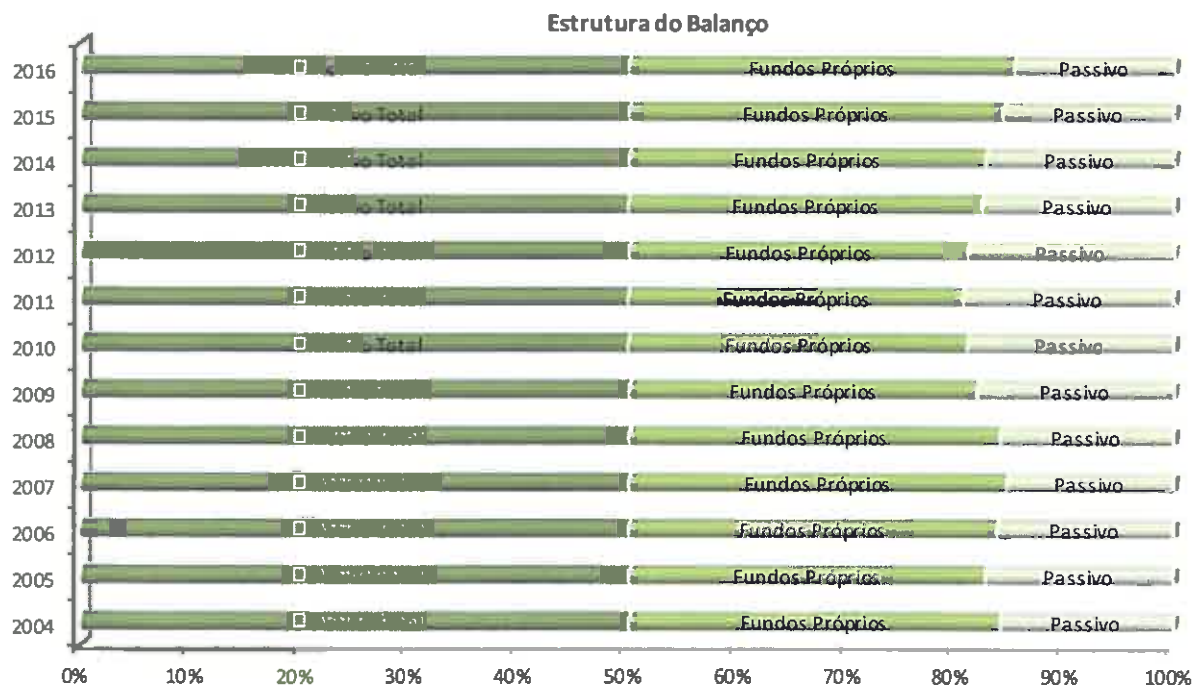
*Handwritten initials/signature*



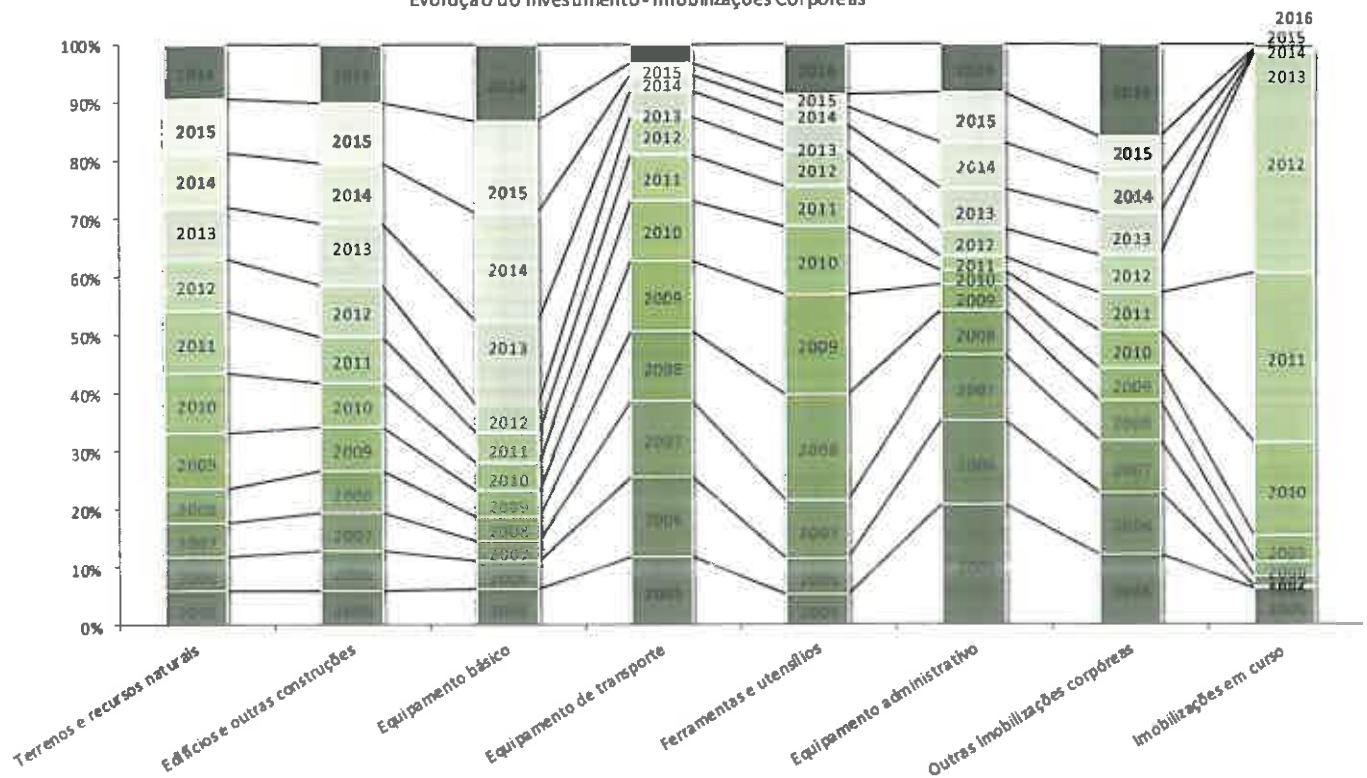
*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
 BT  
 J  
 BS  
 J  
 J  
 J

No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 13 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:

Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos bens de domínio público, nos últimos 13 anos:



Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas

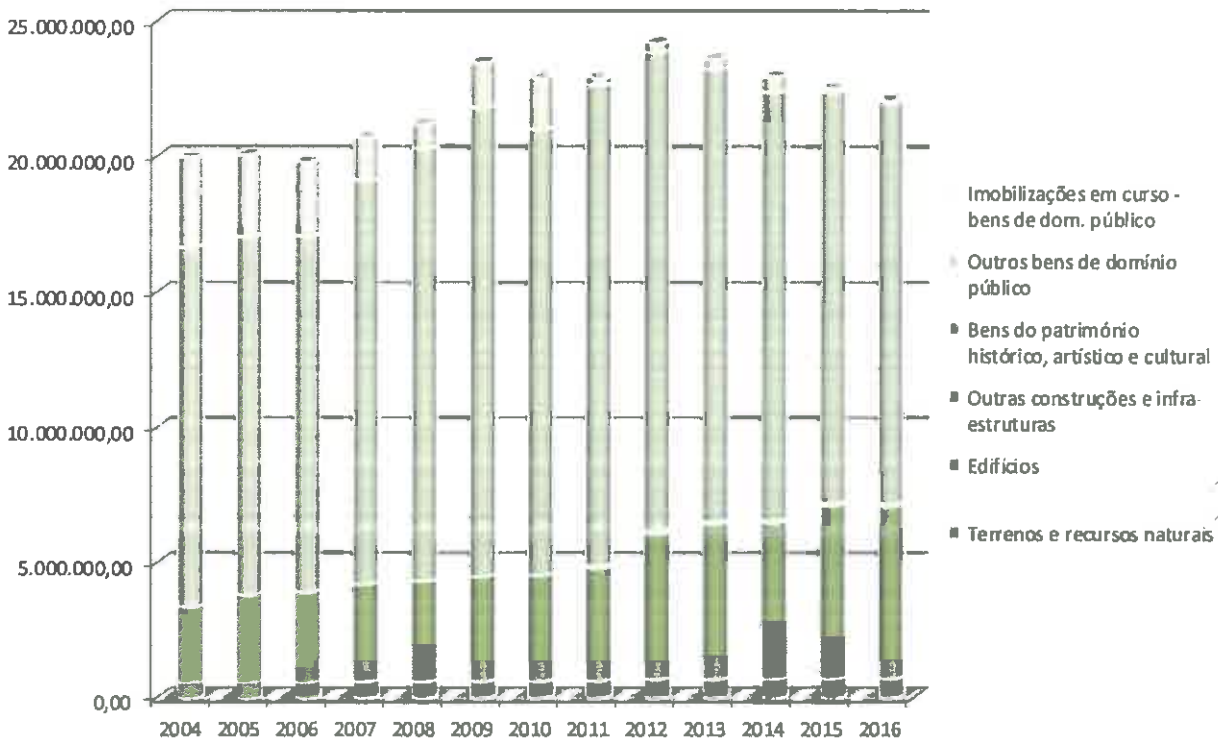


Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Terrenos e recursos naturais	3.993.524,21	4.303.908,15	4.370.957,96	3.829.537,83	3.732.732,33	3.804.073,91	3.804.073,91	3.872.921,64
Edifícios e outras construções	16.294.485,68	15.806.463,87	16.593.726,54	18.387.818,93	22.851.949,95	21.717.523,86	21.361.091,74	20.904.472,80
Equipamento básico	318.773,14	355.817,30	376.918,36	357.527,06	1.063.334,55	1.380.621,91	1.168.894,66	967.905,69
Equipamento de transporte	587.735,96	487.983,21	378.831,18	311.237,67	210.240,72	127.516,76	103.661,60	141.845,09
Ferramentas e utensílios	18.644,81	12.897,89	7.426,48	6.740,58	4.945,69	3.536,99	2.267,77	9.178,82
Equipamento administrativo	60.957,89	34.877,48	31.073,93	67.066,40	96.004,24	106.322,41	117.288,68	112.148,19
Outras imobilizações corpóreas	663,76	813,42	813,42	813,42	876,58	813,42	813,42	1.959,98
Imobilizações em curso	738.353,18	2.664.935,25	4.792.112,76	6.164.307,35	43.863,23	35.851,08	80.196,41	75.558,90
<b>Total</b>	<b>22.013.138,63</b>	<b>23.667.696,57</b>	<b>26.551.860,63</b>	<b>29.125.049,24</b>	<b>28.003.947,29</b>	<b>27.176.260,34</b>	<b>26.638.288,19</b>	<b>26.085.991,11</b>

*RPAS*

Evolução Investimento - Bens do domínio público



*Handwritten notes and signatures:*  
 (Circled 'B')  
 A  
 B  
 C  
 D  
 E  
 F  
 G  
 H  
 I  
 J  
 K  
 L  
 M  
 N  
 O  
 P  
 Q  
 R  
 S  
 T  
 U  
 V  
 W  
 X  
 Y  
 Z  
 AA  
 AB  
 AC  
 AD  
 AE  
 AF  
 AG  
 AH  
 AI  
 AJ  
 AK  
 AL  
 AM  
 AN  
 AO  
 AP  
 AQ  
 AR  
 AS  
 AT  
 AU  
 AV  
 AW  
 AX  
 AY  
 AZ  
 BA  
 BB  
 BC  
 BD  
 BE  
 BF  
 BG  
 BH  
 BI  
 BJ  
 BK  
 BL  
 BM  
 BN  
 BO  
 BP  
 BQ  
 BR  
 BS  
 BT  
 BU  
 BV  
 BW  
 BX  
 BY  
 BZ  
 CA  
 CB  
 CC  
 CD  
 CE  
 CF  
 CG  
 CH  
 CI  
 CJ  
 CK  
 CL  
 CM  
 CN  
 CO  
 CP  
 CQ  
 CR  
 CS  
 CT  
 CU  
 CV  
 CW  
 CX  
 CY  
 CZ  
 DA  
 DB  
 DC  
 DD  
 DE  
 DF  
 DG  
 DH  
 DI  
 DJ  
 DK  
 DL  
 DM  
 DN  
 DO  
 DP  
 DQ  
 DR  
 DS  
 DT  
 DU  
 DV  
 DW  
 DX  
 DY  
 DZ  
 EA  
 EB  
 EC  
 ED  
 EE  
 EF  
 EG  
 EH  
 EI  
 EJ  
 EK  
 EL  
 EM  
 EN  
 EO  
 EP  
 EQ  
 ER  
 ES  
 ET  
 EU  
 EV  
 EW  
 EX  
 EY  
 EZ  
 FA  
 FB  
 FC  
 FD  
 FE  
 FF  
 FG  
 FH  
 FI  
 FJ  
 FK  
 FL  
 FM  
 FN  
 FO  
 FP  
 FQ  
 FR  
 FS  
 FT  
 FU  
 FV  
 FW  
 FX  
 FY  
 FZ  
 GA  
 GB  
 GC  
 GD  
 GE  
 GF  
 GG  
 GH  
 GI  
 GJ  
 GK  
 GL  
 GM  
 GN  
 GO  
 GP  
 GQ  
 GR  
 GS  
 GT  
 GU  
 GV  
 GW  
 GX  
 GY  
 GZ  
 HA  
 HB  
 HC  
 HD  
 HE  
 HF  
 HG  
 HH  
 HI  
 HJ  
 HK  
 HL  
 HM  
 HN  
 HO  
 HP  
 HQ  
 HR  
 HS  
 HT  
 HU  
 HV  
 HW  
 HX  
 HY  
 HZ  
 IA  
 IB  
 IC  
 ID  
 IE  
 IF  
 IG  
 IH  
 II  
 IJ  
 IK  
 IL  
 IM  
 IN  
 IO  
 IP  
 IQ  
 IR  
 IS  
 IT  
 IU  
 IV  
 IW  
 IX  
 IY  
 IZ  
 JA  
 JB  
 JC  
 JD  
 JE  
 JF  
 JG  
 JH  
 JI  
 JJ  
 JK  
 JL  
 JM  
 JN  
 JO  
 JP  
 JQ  
 JR  
 JS  
 JT  
 JU  
 JV  
 JW  
 JX  
 JY  
 JZ  
 KA  
 KB  
 KC  
 KD  
 KE  
 KF  
 KG  
 KH  
 KI  
 KJ  
 KL  
 KM  
 KN  
 KO  
 KP  
 KQ  
 KR  
 KS  
 KT  
 KU  
 KV  
 KW  
 KX  
 KY  
 KZ  
 LA  
 LB  
 LC  
 LD  
 LE  
 LF  
 LG  
 LH  
 LI  
 LJ  
 LK  
 LL  
 LM  
 LN  
 LO  
 LP  
 LQ  
 LR  
 LS  
 LT  
 LU  
 LV  
 LW  
 LX  
 LY  
 LZ  
 MA  
 MB  
 MC  
 MD  
 ME  
 MF  
 MG  
 MH  
 MI  
 MJ  
 MK  
 ML  
 MN  
 MO  
 MP  
 MQ  
 MR  
 MS  
 MT  
 MU  
 MV  
 MW  
 MX  
 MY  
 MZ  
 NA  
 NB  
 NC  
 ND  
 NE  
 NF  
 NG  
 NH  
 NI  
 NJ  
 NK  
 NL  
 NM  
 NN  
 NO  
 NP  
 NQ  
 NR  
 NS  
 NT  
 NU  
 NV  
 NW  
 NX  
 NY  
 NZ  
 OA  
 OB  
 OC  
 OD  
 OE  
 OF  
 OG  
 OH  
 OI  
 OJ  
 OK  
 OL  
 OM  
 ON  
 OO  
 OP  
 OQ  
 OR  
 OS  
 OT  
 OU  
 OV  
 OW  
 OX  
 OY  
 OZ  
 PA  
 PB  
 PC  
 PD  
 PE  
 PF  
 PG  
 PH  
 PI  
 PJ  
 PK  
 PL  
 PM  
 PN  
 PO  
 PP  
 PQ  
 PR  
 PS  
 PT  
 PU  
 PV  
 PW  
 PX  
 PY  
 PZ  
 QA  
 QB  
 QC  
 QD  
 QE  
 QF  
 QG  
 QH  
 QI  
 QJ  
 QK  
 QL  
 QM  
 QN  
 QO  
 QP  
 QQ  
 QR  
 QS  
 QT  
 QU  
 QV  
 QW  
 QX  
 QY  
 QZ  
 RA  
 RB  
 RC  
 RD  
 RE  
 RF  
 RG  
 RH  
 RI  
 RJ  
 RK  
 RL  
 RM  
 RN  
 RO  
 RP  
 RQ  
 RR  
 RS  
 RT  
 RU  
 RV  
 RW  
 RX  
 RY  
 RZ  
 SA  
 SB  
 SC  
 SD  
 SE  
 SF  
 SG  
 SH  
 SI  
 SJ  
 SK  
 SL  
 SM  
 SN  
 SO  
 SP  
 SQ  
 SR  
 SS  
 ST  
 SU  
 SV  
 SW  
 SX  
 SY  
 SZ  
 TA  
 TB  
 TC  
 TD  
 TE  
 TF  
 TG  
 TH  
 TI  
 TJ  
 TK  
 TL  
 TM  
 TN  
 TO  
 TP  
 TQ  
 TR  
 TS  
 TT  
 TU  
 TV  
 TW  
 TX  
 TY  
 TZ  
 UA  
 UB  
 UC  
 UD  
 UE  
 UF  
 UG  
 UH  
 UI  
 UJ  
 UK  
 UL  
 UM  
 UN  
 UO  
 UP  
 UQ  
 UR  
 US  
 UT  
 UU  
 UV  
 UW  
 UX  
 UY  
 UZ  
 VA  
 VB  
 VC  
 VD  
 VE  
 VF  
 VG  
 VH  
 VI  
 VJ  
 VK  
 VL  
 VM  
 VN  
 VO  
 VP  
 VQ  
 VR  
 VS  
 VT  
 VU  
 VV  
 VW  
 VX  
 VY  
 VZ  
 WA  
 WB  
 WC  
 WD  
 WE  
 WF  
 WG  
 WH  
 WI  
 WJ  
 WK  
 WL  
 WM  
 WN  
 WO  
 WP  
 WQ  
 WR  
 WS  
 WT  
 WU  
 WV  
 WW  
 WX  
 WY  
 WZ  
 XA  
 XB  
 XC  
 XD  
 XE  
 XF  
 XG  
 XH  
 XI  
 XJ  
 XK  
 XL  
 XM  
 XN  
 XO  
 XP  
 XQ  
 XR  
 XS  
 XT  
 XU  
 XV  
 XW  
 XX  
 XY  
 XZ  
 YA  
 YB  
 YC  
 YD  
 YE  
 YF  
 YG  
 YH  
 YI  
 YJ  
 YK  
 YL  
 YM  
 YN  
 YO  
 YP  
 YQ  
 YR  
 YS  
 YT  
 YU  
 YV  
 YW  
 YX  
 YZ  
 ZA  
 ZB  
 ZC  
 ZD  
 ZE  
 ZF  
 ZG  
 ZH  
 ZI  
 ZJ  
 ZK  
 ZL  
 ZM  
 ZN  
 ZO  
 ZP  
 ZQ  
 ZR  
 ZS  
 ZT  
 ZU  
 ZV  
 ZW  
 ZX  
 ZY  
 ZZ

Evolução do investimento - Bens de Domínio Público

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Terrenos e recursos naturais	596.296,11	601.140,92	614.395,47	675.800,40	675.800,40	675.800,40	687.932,90	696.949,01
Edifícios	17.927,52	17.512,11	15.668,33	15.382,77	15.060,57	14.738,37	14.416,17	14.093,97
Outras construções e infra-estruturas	3.889.713,16	3.913.818,85	4.173.580,95	5.377.735,24	5.760.424,93	5.801.830,57	6.421.681,75	6.374.218,53
Bens do patri. histórico, artíst. cultural			103.754,51	106.691,90	115.034,38	115.034,38	115.034,38	115.034,38
Outros bens de domínio público	17.326.518,15	16.479.567,49	17.738.641,55	17.691.979,78	16.682.773,28	15.778.470,98	15.170.855,46	14.808.865,61
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	1.668.806,91	1.930.497,87	290.643,48	355.559,69	371.979,71	582.435,31	158.992,48	110.680,53
<b>Total</b>	<b>23.499.261,85</b>	<b>22.942.537,24</b>	<b>22.936.684,29</b>	<b>24.223.149,78</b>	<b>23.621.073,27</b>	<b>22.968.310,01</b>	<b>22.568.913,14</b>	<b>22.119.842,03</b>

## 5.2 Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2016 registou total de custos, no valor de 11.247.943,74 €, e um total de proveitos no valor de 11.752.639,79€, que originaram um resultado líquido de 504.696,05€.

Resultados do Exercício							Variação	
Designação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Valor	%
Resultados Operacionais	121.191,51	187.224,61	-633.467,06	-1.223.124,12	-646.261,19	-696.401,58	-50.140,39	7,76%
Resultados Financeiros	751.062,72	888.586,55	994.622,37	1.074.397,05	1.069.927,39	1.138.762,11	68.834,72	6,43%
Resultados Correntes	872.254,23	1.075.811,16	361.155,31	-148.727,07	423.666,20	442.360,53	18.694,33	4,41%
Res. Líquido do Exercício	718.530,68	1.304.462,28	723.572,16	53.446,13	604.454,23	504.696,05	-99.758,18	-16,50%

Do quadro acima verifica-se que apenas os resultados financeiros verificaram uma diminuição relativamente a 2015.

No ano de 2016 mais uma vez os proveitos operacionais foram inferiores aos custos operacionais originando um resultado operacional negativo.

Para esta situação contribuiu:

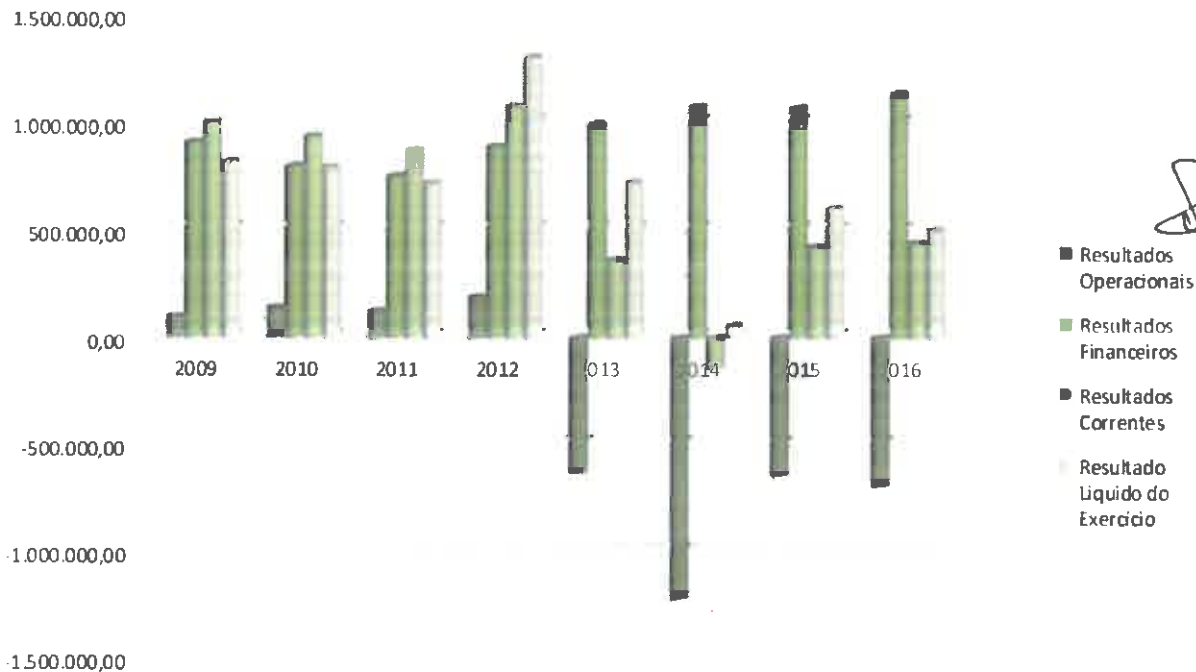
- O aumento dos custos, nomeadamente:
  - Transferências e subsídio corrente concedido onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia e para Instituições Sem Fins Lucrativos, no total mais 154.205,83€ do que em 2015;
  - Amortizações do exercício – mais 86.950,93€ do que em 2015.
- A diminuição da receita nomeadamente:
  - Trabalhos para a própria empresa – menos 49.550,10€ do que em 2015;

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução negativa registando o valor em 2016 de 62.335,52€.

*Handwritten notes and signatures in blue ink:*  
 RPS  
 D  
 P  
 A  
 B  
 J  
 M  
 S

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de 504.696,05€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.



**Custos**

À semelhança dos anos anteriores, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 29,58% e 29,68%, respetivamente.

Relativamente à rúbricas das amortizações ela registou o valor de 2.775.465,63€ a qual reflete os investimentos realizados em anos anteriores.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2016 que ascendeu a 106.116,60€.

A rúbrica de custos e perdas financeiras verificou uma diminuição no ano de 2016, em resultado da diminuição dos juros dos empréstimos.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram um aumento relativamente a 2015. Nesta rúbrica estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia a título de, contratos de delegação de competências e contrato programa.

### **Proveitos**

A atividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.752.639,79€, os quais aumentaram 2,02% comparativamente a 2015.

A Venda bens e prestação de serviços representam 10,06% dos proveitos contabilizados e registaram um acréscimo de 5,24% relativamente a 2015.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se refletidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 53,83% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 1.189.086,89€, dos quais 1.069.018,25€ correspondem a rendimentos das concessões (EDP e Parques Eólicos).

O valor dos proveitos extraordinários representa 7,49% do total da estrutura dos proveitos.



*John APP*  
*B. B.*  
*AS*

**Demonstração Resultados**

Contas POCAL	Exercícios			
	2016	2015	2015	2015
<b>Custos e Perdas</b>				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
61				
612	0,00		0,00	
616	106.116,60	106.116,60	143.588,00	143.588,00
62	3.327.345,19		3.308.756,56	
Custos com o pessoal:				
641+642	2.670.784,67		2.658.979,44	
643 a 648	667.920,56	6.666.050,42	655.970,18	6.623.706,18
63	743.614,84	743.614,84	589.409,04	589.409,04
66	2.775.465,63		2.688.514,70	2.813.843,53
67	39.411,44	2.814.877,07	125.328,83	2.813.843,53
65	48.597,71	48.597,71	54.027,77	54.027,77
	(A)	10.379.256,64		10.224.574,52
68	50.324,78	50.324,78	72.923,01	72.923,01
	(C)	10.429.581,42		10.297.497,53
69	818.362,32	818.362,32	618.026,42	618.026,42
	(E)	11.247.943,74		10.915.523,95
88	0,00	504.696,05	0,00	604.454,23
		11.752.639,79		11.519.978,18
<b>Proveitos e Ganhos</b>				
Vendas e prestações de serviços:				
7111	0,00		0,00	
7112+7113	443.246,10		459.175,75	
712	691.490,11		633.110,30	
713	21.673,59		14.875,00	
715	-1.900,10		-4.462,06	
716	0,00		-304,05	
714	28.229,82	1.182.739,52	21.425,35	1.123.820,29
72	2.109.381,83		2.095.128,50	
	Variação da produção	0,00	0,00	
75	64.073,76		113.623,86	
73	0,00		0,00	
74	6.326.659,95		6.245.740,68	
76	0,00	8.500.115,54	0,00	8.454.493,04
	(B)	9.682.855,06		9.578.313,33
78	1.189.086,89	1.189.086,89	1.142.850,40	1.142.850,40
	(D)	10.871.941,95		10.721.163,73
79	880.697,84	880.697,84	798.814,45	798.814,45
	(F)	11.752.639,79		11.519.978,18

**Resumo:**

Resultados Operacionais: (B)- (A)	-----	-696.401,58
Resultados Financeiros: (D-B)- (C-A)	-----	1.138.762,11
Resultados Correntes: (D)- (C)	-----	442.360,53
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-----	504.696,05

## 6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2016, bem como o saldo da conta 59 (resultados anos anteriores) sejam aplicados da seguinte forma:

<b>Aplicação do resultado Líquido do Exercício</b>	
Saldo da conta 59	0,00
RLE 2016	504.696,05
<b>Total</b>	<b>504.696,05</b>
Reservas Legais	25.234,80
Reforço do Património	479.461,25

## 7. Factos Relevantes ocorridos Após o Exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2017 não foi registado qualquer movimento com relevância para as contas desse exercício.

*Handwritten notes and signatures on the right margin:*  
A vertical column of handwritten marks, including the letters "RPA", several illegible signatures, and a large checkmark.

## **8. Contabilidade de Custos**

O principal objetivo do POCAL é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna que seja uma ferramenta de apoio à tomada de decisão pelos decisores autárquicos.

À Contabilidade de Custos cumpre permitir clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspetiva de economia, eficiência e eficácia, possibilitando um controlo de gestão sobre aspetos concretos da atividade Municipal.

Pela exaustividade da análise dos custos e proveitos dos bens e serviços, a ser pormenorizada no relatório da contabilidade analítica, opta-se aqui por apresentar uma breve decomposição dos custos e dos proveitos por funções.

### **8.1 Análise de Custos**

A contabilidade de custos constitui um imperativo legal nos termos do ponto 2.8.3.1 do POCAL, segundo o qual *“A Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.”*

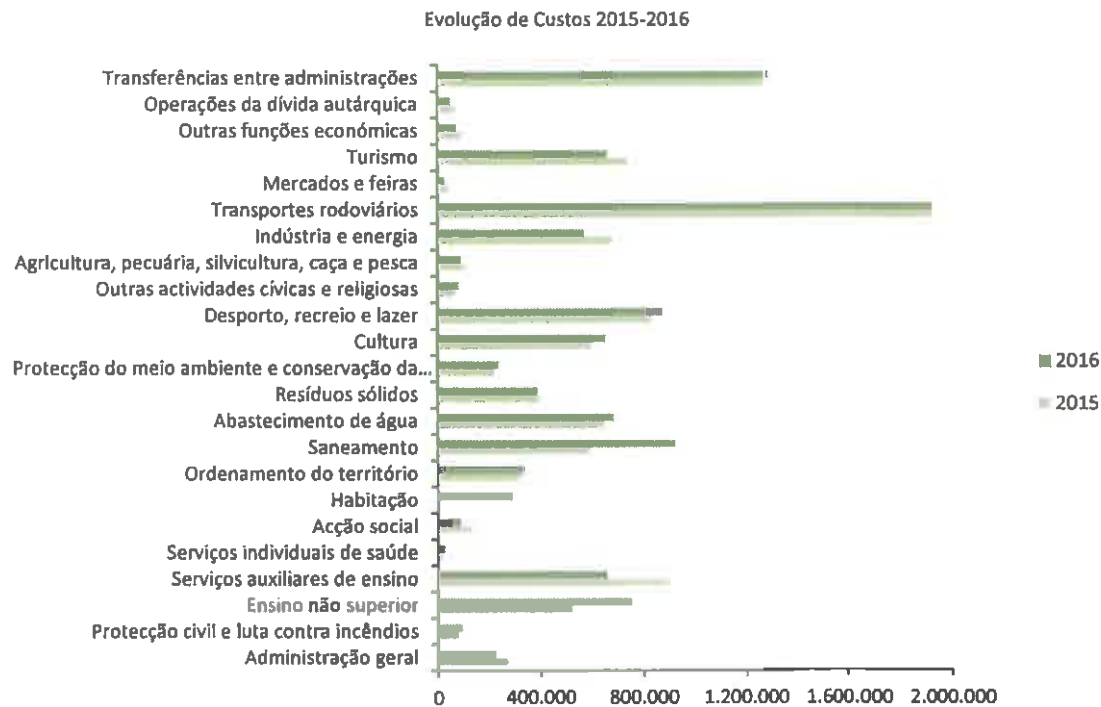
Assim, de forma a dar cumprimento ao exposto no ponto 2.8.3.2 do POCAL é apurado o custo das funções, o qual inclui custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

Para a apuramento dos custos diretos concorrem os custos de mão-de-obra direta, o custo das máquinas e viaturas e outros custos diretos. Os custos de mão-de-obra e máquinas e viaturas são custos previsionais, ou seja são custos calculados com base no custo hora apurado no ano anterior. Os outros custos diretos incorporam custos reais oriundos da classe 6 custos e perdas.

Os custos indiretos por não se relacionarem diretamente a um bem ou serviço, a sua imputação é feita à função e com base no valor dos custos diretos da respetiva função, ponto 2.8.3.3 do POCAL.

No ano 2016 tal como nos anos transatos, optou-se por recolher os custos por centros de responsabilidade e repartir os custos da função 111 – Administração Geral pelas restantes funções, por se considerar uma função administrativa diretamente relacionada com as restantes e com um custo considerável que ascende a 1.400.000€.





Da análise do quadro atrás, constata-se que os custos incorporáveis ascendem a 11.000.000,00€ mostrando-se superiores aos de 2015.

Das quatro grandes rubricas é a das funções sociais que apresenta a maior fatia de custos com 49,95% dos custos totais, sendo que os custos com os serviços auxiliares de ensino (8,53%), os serviços de abastecimento de água (6,10%), desporto, recreio e lazer (7,87%) e cultura (5,67%) foram os que mais contribuíram para a referida preponderância.

As funções económicas representam 34,04% dos custos totais, custos estes que provêm essencialmente da função 331 transportes rodoviários (18,17%) e da função 342 turismo (7,01%).

## 8.2 Análise de Proveitos

O apuramento dos proveitos, não constituindo uma imposição legal, surge como um complemento à análise dos custos e, assim, determinar o grau de cobertura dos mesmos.

Ora, os dados apurados consistem apenas nos proveitos diretamente imputáveis aos diversos bens e serviços, não havendo a possibilidade de incorporar proveitos diretamente às funções. De referir que a diferença entre os proveitos apurados e os proveitos existentes são considerados “proveitos não incorporáveis”.



Da análise dos custos e proveitos apurados pela contabilidade analítica, constata-se que no geral os proveitos cobrem os custos na sua totalidade.

De salientar que o grau de cobertura dos custos da função 111 deve-se ao facto que os custos apenas contemplam os diretamente imputáveis aos bens e serviços, uma vez que os custos indiretos desta função, como já referido anteriormente, foram distribuídos pelas restantes funções. No que respeita aos proveitos dos bens e serviços desta função os mesmos incorporam as receitas obtidas do Orçamento de Estado, da Autoridade Tributária entre outras.

Adicionalmente destacam-se os proveitos da função 241 – Habitação que provêm das receitas obtidas com as rendas dos edifícios municipais.

Por último, é de referir que o grau de cobertura dos custos da função 320 – Industria e Energia deriva dos proveitos a título da renda de concessão da EDP.





